Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 52**

I Sessão Legislativa **Horta, quarta-feira, 4 de junho de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Isabel Teixeira)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 3 minutos.

Após a chamada, a sessão iniciou-se com o debate de urgência sobre **"O combate às dependências químicas e tecnológicas — o que temos feito ou podemos fazer?"**, solicitado pelo Grupo Parlamentar do CH.

A abertura do debate coube ao Deputado José Pacheco (CH), tendo-se seguindo as intervenções dos Deputados Russell Sousa (PS), Pedro Neves (PAN), Jaime Vieira (PSD), António Lima (BE), Paulo Chaves (PSD), João Mendonça (PPM), Pedro Pinto (CDS-PP), Nuno Barata (IL), Luís Soares (PSD), Délia Melo (PSD), José Miguel Toste (PS), Andreia Cardoso (PS) e João Bruto da Costa (PSD), bem como da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi) e da Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro).

Dando seguimento à agenda, o Deputado José Paulo Sousa (CH) apresentou o **Projeto de Resolução n.º 36/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que determine a cessação da repartição da pesca da espécie de goraz pelo conjunto de embarcações de cada uma das nove ilhas"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CH, tendo intervindo os Deputados Mário Tomé (PS), Nuno Barata (IL), Jaime Vieira (PSD), Jorge Paiva (CDS-PP), António Lima (BE), João Mendonça (PPM), Pedro Neves (PAN), José Ávila (PS), Paulo Gomes (PSD) e João Bruto da Costa (PSD), bem como o Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Pinho).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiam declarações de voto os Deputados José Paulo Sousa (CH), João Mendonça (PPM), José Ávila (PS),

Nuno Barata (IL), António Lima (BE) e Jaime Vieira (PSD).

Seguiu-se a apreciação da **Petição n.º 10/XIII – "Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro"** apresentada por Nuno Rosa na qualidade de primeiro subscritor.

Após a apresentação do relatório por parte do Deputado Paulo Silveira (PSD), usaram da palavra os Deputados Lúcio Rodrigues (PS), Francisco Lima (CH), António Lima (BE), Jorge Paiva (CDS-PP), Salomé Matos (PSD), Nuno Barata (IL) e João Mendonça (PPM).

Posteriormente, avançou-se para a análise da **Petição n.º 11/XIII – "Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente"** apresentada por António José Calado Lucas na qualidade de primeiro subscritor.

Feita a apresentação do relatório pela Deputada Inês Sá (PS), intervieram os Deputados Hélia Cardoso (CH), Jorge Paiva (CDS-PP), António Lima (BE) e Délia Melo (PSD).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 23 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais.

Eram 10 horas e 4 minutos.

Vamos iniciar a nossa reunião com a chamada.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto** Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

José Manuel Resendes **Leal**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Quota **Soares**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Flávio Miguel da Ponte **Pacheco**

Henrique Miguel Couto **Melo**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Marco Euclides Lemos **Martins**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Sandra Micaela **Costa Dias**

Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo **Paiva**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, conforme deliberado na nossa Conferência de Líderes, esta manhã está reservada ao ponto 2 da nossa agenda: **Debate de urgência sobre "O combate às dependências químicas e tecnológicas — o que temos feito ou podemos fazer?"**

O debate tem os seguintes tempos: o Governo, o PSD, o PS e o CHEGA têm 25 minutos; o CDS-PP tem 12 minutos; e as Representações Parlamentares têm 10 minutos cada.

É um debate solicitado e promovido pelo CHEGA. Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para iniciar o debate.

Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Bom dia a todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo:

Sr. Presidente, se me permite, antes de iniciar a minha intervenção, gostaria de fazer,

desta tribuna, uma homenagem a duas pessoas que trabalharam arduamente nesta matéria, na prevenção, com convicção: o Sr. Amorim, que já faleceu, e, recentemente, o meu querido amigo Leonardo Sousa, que se tinha disponibilizado para trabalhar comigo daqui para o futuro, dando alguns contributos para que pudéssemos, finalmente, trazer este assunto da prevenção às toxicodependências. Um bem-haja. Como crente, sei que eles estão em bom sítio. E deixo esta singela homenagem a dois bons amigos, um que me levou para o Projeto Vida, que foi o Sr. Amorim, e o outro que me acompanhou ao longo da vida nisto e que trabalhou comigo no Projeto Vida.

Agora, sim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. e Sras. Membros do Governo:

O mundo das drogas é uma tragédia que não podemos ignorar e que bate à porta de inúmeras famílias açorianas.

Não estamos aqui para fazer diagnósticos médicos ou técnicos sobre as dependências, isso cabe aos profissionais da saúde. O nosso papel é político e social: perceber as consequências, debater soluções e, acima de tudo, essencialmente, agir.

Falamos de dependências químicas, mas também temos de falar, com coragem, do álcool e do tabagismo. Durante anos, o álcool foi, e continua a ser, um dos principais motores da violência doméstica nos Açores. Mulheres, crianças e idosos foram e são vítimas silenciosas desta realidade.

E embora este problema tenha mudado de forma, não desapareceu. Foi apenas ofuscado pelas drogas químicas e, agora, pelas mais recentes drogas sintéticas. Estas novas substâncias — as drogas sintéticas — são baratas, fáceis de esconder e muito difíceis de penalizar. Estão a espalhar-se pelas nossas ilhas com consequências devastadoras, estão a destruir vidas, famílias, comunidades inteiras.

E o que fazemos? Fazemos fóruns, colóquios, relatórios, etc… Mas sejamos honestos: muitas vezes, estamos apenas a fingir que fazemos alguma coisa. E isso é mesmo mentir às pessoas. O problema cresce, agudiza-se, e nós continuamos à espera de soluções.

O que pode e o que deve ser feito politicamente? Aquilo que o CHEGA tem dito,

repetido e gritado nesta Assembleia: prevenção, prevenção e mais prevenção. Sim, sabemos que prevenir não é fácil, nunca foi. Não se faz com uma caneta, numa secretária. É preciso agir em várias frentes, em várias áreas.

Na saúde, temos de criar ferramentas para prevenir, diagnosticar e tratar. Chega de tratar só quando o problema já é uma grande tragédia.

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

O Orador: Na educação, temos de ensinar mais do que os riscos, temos de promover estilos de vida saudáveis, porque é nas escolas que os jovens passam a maior parte do tempo e é aí que temos de agir.

Na área social, temos de repensar o assistencialismo. Dar tudo a todos, sem critério, é criar um ciclo de dependência, não só de drogas, mas de apoios sociais. Temos de ajudar as famílias a serem pais de verdade. E, sim, há quem precise de aprender a sê-lo.

Na juventude, temos de falar com os jovens no seu mundo, nas redes sociais, nos espaços onde eles estão. Não lhes vamos falar de drogas, vamos falar das alternativas bonitas que a vida oferece: projetos, sonhos, desporto, cultura, arte e, especialmente, objetivos.

E por falar em cultura e desporto… São estas duas áreas, muitas vezes esquecidas, que seguram a sociedade. Não dão lucro imediato, obviamente, mas evitam prejuízos incalculáveis.

Quem está envolvido num projeto cultural ou desportivo não tem tempo nem espaço para cair nas dependências. E como se diz: "Mente desocupada é oficina do Diabo."

Temos também de acabar com a hipocrisia, temos de combater o enriquecimento ilícito e perseguir, sem hesitações, os traficantes, os verdadeiros culpados da miséria em que muitas famílias estão a viver. Esses têm de ser banidos da nossa sociedade!

Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

O Orador: Temos também de saber devolver ao Estado o seu real papel, porque, quando o Estado quer controlar tudo, pagar tudo e organizar tudo, acaba por dizer à sociedade: não se preocupem, não façam nada. E é aí que nós estamos a perder o controlo.

Não menos importante é refletir sobre as nossas crescentes dependências tecnológicas, um tema que, apesar de muitas vezes ignorado, já devia estar no centro das nossas preocupações.

A verdade é que a tecnologia, quando mal gerida, isola. E esse isolamento é terreno fértil para novas formas de dependência, ainda mais profundas e muito mais difíceis de reverter.

E o que temos feito perante isto? Distribuímos mais tecnologia nas escolas, como se fosse uma solução miraculosa para tudo, quando devíamos, antes de tudo, cultivar o essencial: bons hábitos, como o gosto pela leitura, pela reflexão e pelo pensamento crítico, algo que falha muito na nossa sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não podemos continuar a fingir que não vemos. É tempo de agir, com verdade, com coragem e, especialmente, com muita responsabilidade.

Srs. Governantes, se queremos travar esta epidemia silenciosa que destrói vidas nos Açores, temos de começar por fazer as perguntas certas e exigir, finalmente, respostas sérias e medidas concretas.

Onde está o tão falado, famoso até, Plano de Prevenção às Dependências? Quantas vezes já ouvimos promessas e anúncios de planos estratégicos ambiciosos? Eu ouço há dezenas de anos. Mas onde está esse plano, concretamente? Está apenas no papel ou já está no terreno? Está a ser aplicado? Está a ter resultados? São as perguntas que temos de fazer. Não podemos continuar a viver de intenções. Queremos um plano que se veja, que se sinta, que funcione nas escolas, nas ruas, nos centros de saúde, nas famílias e até dentro deste Parlamento.

Que medidas concretas estão a ser tomadas para combater as dependências químicas e tecnológicas? Não basta nomear comissões nem criar observatórios. Queremos saber: que ações têm sido implementadas nos últimos anos? Com que recursos? Com que metas? E, sobretudo, com que resultados? Porque combater não é só dizer que se combate, é agir e provar que se está a inverter o problema.

O que temos feito para envolver as famílias e as comunidades neste combate? Porque nenhum combate à dependência será eficaz se continuar a ser feito à margem das famílias. O que temos feito para as capacitar? Que ferramentas lhes temos dado? Há campanhas? Há formação parental? Há apoio psicológico direto? Ou estamos apenas a esperar que as famílias lidem sozinhas com esta bomba-relógio que explode todos os dias em casa de cada um?

Qual o grau real de envolvimento dos agentes desportivos e culturais? Falamos, muitas vezes, da importância do desporto e da cultura, e bem, mas onde estão, de facto, estes agentes neste combate? Estão integrados em estratégias de prevenção? Estão a ser apoiados para cumprir esse papel social fundamental? Ou continuam esquecidos nos orçamentos e lembrados apenas nos bonitos discursos políticos, como eu estou aqui a fazer? Mas a mim não me compete, não sou governo.

Deputado Nuno Barata (IL): Ainda!

O Orador: Compete ao Governo e compete a nós, Parlamento, apoiar toda e qualquer medida positiva neste sentido.

Finalmente, uma outra questão: que avaliação tem sido feita sobre o uso da metadona nos Açores? É uma questão que ninguém levanta. Este é um tema sensível, mas não podemos fugir dele. A metadona é uma ferramenta, sim, mas tem de ser acompanhada de uma avaliação rigorosa.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É verdade!

O Orador: Quais têm sido os resultados? Que percentagem de reabilitação? Que impactos sociais? Estamos a ajudar pessoas a recuperar ou apenas a mantê-las funcionalmente dentro das dependências? E acrescento: regado com muito dinheiro,

demasiado dinheiro.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

O Orador: Eu, pessoalmente e institucionalmente, não vejo consequências positivas para a minha sociedade.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estas não são perguntas de retórica, são demandas legítimas de quem representa o povo e vê o sofrimento de tantas famílias açorianas a ser ignorado por pura incompetência e omissão política.

É tempo de responder, de enfrentar a realidade e, finalmente, de agir com coragem. É tempo de dizer chega! E temos de dizer chega a isto!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária da Saúde e Segurança Social. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exma. Sra. e Srs. Membros do Governo:

O programa do XIV Governo Regional dos Açores reforça a importância de a intervenção nos comportamentos aditivos e dependências ser baseada na evidência científica, com o objetivo de ajudar na construção de uma comunidade saudável, mais informada das suas decisões, diminuindo as problemáticas associadas ao consumo de substâncias psicoativas ou outros comportamentos com potencial aditivo.

Os princípios do humanismo e do pragmatismo que definem a obviedade da inatacável

dignidade humana e a vontade de intervir da forma mais eficaz possível, aliadas à complexidade da pessoa e da doença causadas pelos comportamentos aditivos e dependências, não pode ser resolvida com opiniões de senso comum ou mezinhas, sem o refinado crivo do conhecimento científico.

Tal como acontece a nível nacional, em que o Instituto para os Comportamentos Aditivos e Dependências orienta as suas ações com base em cinco eixos de atuação, a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências segue exatamente a mesma linha orientadora, centrando a sua ação na prevenção, no tratamento, na redução de riscos, na dissuasão e na reinserção social.

O Programa Regional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências, parte integrante do programa do XIV Governo Regional, preconiza uma intervenção em linha com o que o país e a União Europeia consideram ser basilares para trabalhar nesta área.

Este documento, que engloba o programa do Governo, tem uma vigência de 5 anos, entre 2025 e 2030, e alinhar-se-á em diversos vetores, estando a sua apresentação pública agendada para o próximo dia 27 de junho, em Angra do Heroísmo, aquando da assinatura do Protocolo de Cooperação da Macaronésia, na medida em que estas regiões enfrentam desafios comuns no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências e da saúde mental, como forma de promover a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento das populações e respetivas comunidades regionais.

A visão estratégica do plano incide na consolidação e aprofundamento de uma política pública integrada e eficaz no âmbito da prevenção dos comportamentos aditivos e dependências, com base numa articulação intersectorial, visando ganhos em saúde e bem-estar na sociedade. Para assegurar os mecanismos alinhados com esta visão, foram definidos alguns princípios: o da centralidade no cidadão e a intervenção integrada, que implica que toda a comunidade esteja envolvida no processo de intervenção.

É esta uma das principais responsabilidades da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, funcionando como agregadora de experiências e de

conhecimento, sendo igualmente responsável e com competência na definição de políticas neste âmbito, suportando, assim, as decisões da tutela.

Mas o que nos traz, aqui, hoje, é efetivamente uma matéria nobre, que tem, da parte do Governo Regional, todo o empenho, mas que nem sempre tem os resultados imediatos e visíveis que ambicionaríamos, na medida em que esta é uma luta contínua e diária, que não pode nem deve ser utilizada como arma de arremesso político, mas, sim, antes, como matéria de entendimento e de construção entre todos os partidos políticos e o Governo Regional.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É aqui que, em simultâneo, se inicia e se esgota o nosso desafio. Temos todos, repito, todos, sem exceção, a tarefa de agregar, de construir, de não olhar para esta temática como uma fatalidade, mas, antes, encarar este problema da nossa sociedade como algo que necessita ser constantemente debatido, para que possamos, de forma sólida, enriquecer a nossa estratégia de atuação. Algo que materializa o que acabei de afirmar é, sem dúvida, a criação da Task Force Açores, criada em maio de 2023. Salienta-se o facto de este projeto ter sido identificado como uma necessidade por diversos parceiros das áreas da saúde, da justiça e do setor social, que é composta por elementos do Ministério Público da Comarca dos Açores, do Departamento de Investigação e Ação Penal dos Açores, do Comando Regional da PSP dos Açores, do Comando Territorial da GNR dos Açores, a Diretora da Alfândega de Ponta Delgada, o Diretor do Núcleo de Apoio Técnico dos Açores da Delegação Regional de Reinserção do Sul e Ilhas da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Inspetora Regional da Inspeção Regional das Atividades Económicas, o representante do ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores), o representante das Comissões de Dissuasão da Toxicodependência, o representante do Instituto São João de Deus, elementos externos considerados peritos regionais, nacionais ou internacionais, quando solicitados.

A Task Force tem como propósito a análise da realidade regional nesta matéria, assim

como promover um debate articulado entre os vários intervenientes do setor nos vários eixos de atuação, bem como propor medidas adequadas às problemáticas entretanto identificadas. São exemplo disso mesmo: a integração de profissionais de saúde diferenciados nas equipas de rua da Associação Novo Dia e a sua extensão ao concelho da Ribeira Grande; a elaboração de um plano emergente para o concelho de Ponta Delgada no âmbito dos sem-abrigo; a elaboração de um pedido formal ao Infarmed para que limitasse a venda livre de pseudoefedrina, substância muito utilizada para produzir as novas substâncias psicoativas; ou até mesmo a identificação de três novas substâncias em circulação na ilha de São Miguel e, consequentemente, o pedido à República para a introdução das mesmas na tabela de criminalização da lei da droga; e, sobretudo, para uma maior proximidade entre os diferentes parceiros do setor.

Pela sua composição multidisciplinar, facilmente se percebe que este grupo não pode ter um papel executivo, mas, antes, consultivo e de aconselhamento, sem esquecer o sentido de propositura e espírito crítico que o caracteriza.

Cabe, sim, à Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências a definição de políticas neste âmbito e a implementação e execução das mesmas, naturalmente, aconselhada pelos vários parceiros do setor.

A Task Force Açores já reuniu 11 vezes e prepara agora a sua 12.º reunião, que acontecerá já na próxima sexta-feira, em Ponta Delgada, para analisar e debater a implementação de salas de consumo assistido na Região.

Não se compreende, assim, as críticas feitas por alguma oposição a um órgão de cariz consultivo e agregador, que tem na sua constituição maioritariamente elementos externos ao Governo Regional, que, de forma regular, abdicam da sua atividade para analisar a situação regional neste campo, entre outras ações, conforme tive oportunidade de descrever.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Procurando dar resposta às questões levantadas pelo partido promotor deste debate e, de forma transparente, divulgar o que tem sido a atuação da Direção Regional, o Governo tem vindo, de forma significativa, a fazer um esforço de alocar mais recursos financeiros a este departamento, reconhecendo, sim, que estamos a fazer um investimento direto nas pessoas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A prevenção é ferramenta que procura evitar a instalação dos comportamentos aditivos e dependências. Apesar de estarem assegurados vários níveis de intervenção adequados às características das comunidades e dos indivíduos, o trabalho incide sobre a identificação dos fatores de risco e fatores de proteção, para que estes possam sobrepor-se aos primeiros. Para isso, é necessário aumentar a abrangência, a acessibilidade, a eficácia e a eficiência dos programas de intervenção e aumentar o conhecimento sobre o fenómeno dos consumos de substâncias psicoativas lícitas e ilícitas, de forma a adequar as intervenções.

É com base nesta premissa que a orgânica do XIV Governo Regional, em matéria de dependências, criou, recentemente, um núcleo de prevenção específico na ilha de São Miguel, composto por um psicólogo, dois sociólogos e um farmacêutico, que trabalharão em estreita articulação com as entidades que têm competência neste eixo de atuação, de forma a tornarmos a nossa resposta mais eficaz junto dos nossos jovens.

Além deste reforço em recursos humanos, que se efetivará ao longo deste ano, o Governo Regional apoiou ainda a criação da terceira equipa de prevenção — a equipa Sementes de Mudança — através de um protocolo com a Associação Desliga, cujo início acontecerá no presente mês de junho. Com esta ação, poderemos dizer que todas as ilhas da Região estão cobertas com equipas que trabalham este eixo de atuação, sendo que, nas restantes ilhas, o programa Haja Saúde da Casa do Povo de Santa Bárbara e a equipa Mais Saúde da Santa Casa da Misericórdia de São Roque do Pico têm essa responsabilidade de intervenção.

Não obstante, existem ainda outras ações dinamizadas por outros parceiros do setor

que intervêm em público específico. Falo, por exemplo, do projeto "Fantoche não és!", dinamizado pela Solidaried'Arte, que é um programa de prevenção universal e seletivo, dirigido a crianças entre os 6 e os 10 anos, ou do programa "Eu e os Outros", programa de prevenção universal, da responsabilidade do ICAD (Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências), que é aplicado na Região sob coordenação da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências. Este programa visa proporcionar um suporte para dinamização de grupos de jovens entre os 12 e os 18 anos, com o objetivo de reforçar o enfoque na abordagem preventiva, ao mesmo tempo que promove a educação para a utilização de recursos, como sejam a Linha 1414 e sítios de referência na área de promoção da saúde e do desenvolvimento pessoal e social.

Ainda neste âmbito, há a destacar diversas ações dirigidas ao contexto desportivo e recreativo, como a presença das equipas de prevenção nos festivais de verão, que se ambiciona alargar a todas as ilhas no presente ano, bem como o contexto escolar, prisional e comunitário, ou até mesmo ações de prevenção seletiva em empresas locais.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por exemplo, em 2024, entre março e abril, na empresa Praia Ambiente, foram realizadas três sessões sobre o uso de substâncias psicoativas e consequências no indivíduo, na família, nos colegas e na própria empresa. Foram abrangidos, no total, 82 funcionários, divididos em três grupos de trabalho.

Para que não restem dúvidas, a prevenção é, sem dúvida alguma, a aposta clara que temos de continuar a fazer, de forma a evitar o início de consumos e para que todo e qualquer indivíduo tenha noção das escolhas que faz.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

A Oradora: Relativamente ao eixo do tratamento, o grande objetivo consiste em

disponibilizar, a toda a população, o acesso, em tempo útil, a respostas terapêuticas integradas. A intervenção integrada implica que toda a comunidade esteja envolvida neste processo. Na Região, esta resposta é dada através do Serviço Regional de Saúde, nomeadamente pelas unidades de saúde de ilha, com exceção na ilha de São Miguel. Nestas unidades é criada uma equipa técnica especializada de tratamento multidisciplinar, que dá resposta aos problemas relacionados com o álcool e substâncias ilícitas, com enfoque nos programas de substituição opioide, no programa Livre de Drogas, entrevista motivacional e a prevenção da recaída.

Em São Miguel, a resposta é dada através da ARRISCA, ao abrigo de um acordo de cooperação financeira que tem por finalidade apoiar o desenvolvimento de programas destinados ao tratamento, à redução de riscos e minimização de danos e à reinserção da população com comportamentos ativos e dependências, com o objetivo de disponibilizar, a toda a população da ilha a São Miguel, o acesso a respostas terapêuticas integradas, em linha com a estratégia regional para a promoção de estilos de vida saudável, prevenção, tratamento e reinserção dos comportamentos aditivos e dependências. Os programas são desenvolvidos nos centros locais de intervenção da toxicodependência, nos *pill posts* e nas unidades móveis.

Salienta-se que, para o presente ano, o valor deste acordo foi aumentado para 570 mil euros, pese embora a responsabilidade e o pagamento da aquisição da metadona ser totalmente da Região Autónoma dos Açores, em verba inscrita no plano de investimentos anual. Saliento também que, há 2 semanas, foi solicitado, a estas instituições, um relatório relativamente à eficácia deste tratamento. O que nós queremos saber são as taxas de sucesso, os reinternamentos e a eficácia do mesmo.

Deputado José Pacheco (CH): Quantos milhões?

A Oradora: Além disso, gostaria ainda de dizer que o custo da metadona, por ano, se cifra nos 30 mil euros. Saliento que, em 2024, na Região Autónoma dos Açores, eram 909 os utentes que se encontravam sob tratamento na Região Autónoma, menos cem do que em 2023.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

A Oradora: Tento por base a necessidade de criar uma rede de trabalho articulada e reconhecendo que era necessário impor mudanças neste campo, recentemente, o Governo Regional decidiu alterar o modelo de referenciação para os utentes que necessitam de estabilização farmacológica de episódios agudos. Esta resposta é dada, atualmente, pelo Instituto São João de Deus, através das Casas de Saúde de São Miguel e de São Rafael.

O contrato de convenção celebrado com o Instituto São João de Deus abrange todas as pessoas da Região Autónoma dos Açores com problemas no âmbito dos comportamentos aditivos e dependências, que necessitem de cuidados clínicos, de manutenção e de apoio psicossocial, e aplica-se a todas as instituições e serviços do Serviço Regional de Saúde.

No âmbito dos comportamentos aditivos, estão protocoladas com a Região 48 camas em regime residencial: 36 em São Miguel e 12 na Terceira. O Governo Regional reconhece o papel essencial deste parceiro, sendo de fulcral importância e relevância a resposta que é dada neste âmbito. Neste sentido, e após identificar que o valor da diária paga por utente não era atualizado desde 2008, repito, desde 2008, foi estabelecido um aumento de 5 euros para o valor de diária, sendo que, no presente ano, esse aumento será de 15 euros, numa tentativa faseada de aproximar o valor pago pela Região Autónoma dos Açores ao valor pago pela Região Autónoma da Madeira, que se situa nos 75 euros diários por utente.

Saliento que o Governo Regional honra os seus compromissos e que existiam efetivamente valores em dívida com este parceiro. Também confirmo que o mesmo foi liquidado na data por mim assumida aquando da reunião com a instituição, no passado dia 19 de maio.

Outro eixo de intervenção não menos importante diz respeito à redução de riscos e indemnização de danos. As ações neste âmbito estão também sob a responsabilidade

das unidades de saúde de ilha ou, ainda, da ARRISCA.

Mais recentemente, a Associação Novo Dia reforçou a resposta do seu projeto Saúde na Rua. Esta equipa intervém no eixo da redução de riscos e minimização de danos com populações vulneráveis, com vista à proteção da saúde pública individual, favorecendo simultaneamente a adesão dos seus beneficiários aos serviços clínicos e sociais, assim como o encaminhamento e acompanhamento para o acolhimento ou para programas de tratamento. Dirige-se à população em situação de sem-abrigo, consumidores de substâncias psicoativas e/ou trabalhadores do sexo, em locais públicos de pernoita e consumo, nos concelhos de Ponta Delgada e da Ribeira Grande.

Fruto de um reforço de protocolo com esta instituição, foi possível reforçar esta equipa com serviços clínicos especializados das áreas de psiquiatria e infeciologia, o que representou uma melhoria muito significativa nos serviços prestados a este público.

No ano de 2024, este projeto deu resposta a 176 pessoas em situação de sem-abrigo, com intervenções regulares em 95 % dos casos identificados, nos concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande (43 % destas pessoas estavam na faixa etária entre os 31 e os 44 anos).

Saliento, para o debate de hoje, os seguintes dados: tal como era a perceção da Task Force Açores, a maioria dos utentes na Região apresentam policonsumos.

Deputado José Pacheco (CH): A senhora vai fazer um monólogo e não responde a ninguém?

A Oradora: Ou seja, 40 % consomem vários tipos de droga e não apenas um único tipo, 38 % consomem novas substâncias psicoativas, 6 % consomem opiáceos e 10 % consomem álcool.

Relativamente às doenças sexualmente transmissíveis, cujo objetivo era garantir o rastreio de 60 % dos utentes intervencionados, a meta foi alcançada e superada, tendo sido de 89 %. Foram rastreados 147 utentes, sendo que 89 foram integrados em consulta de infeciologia, perfazendo um total de 156 consultas realizadas.

Em relação à saúde mental, 114 utentes foram encaminhados para acompanhamento

psiquiátrico, sendo que, destes, 59 acederam pela primeira vez a uma consulta de especialidade. O objetivo estabelecido pela equipa era de assegurar que 70 % dos beneficiários com sinais de doença mental acedessem à primeira consulta de especialidade e diagnóstico clínico. O mesmo foi alcançado, além de que conseguiram que 50 % dos utentes beneficiassem de acompanhamento e tratamentos adequados.

Cumprindo o propósito do eixo da dissuasão, as comissões de dissuasão da toxicodependência de Angra do Heroísmo, Horta e Ponta Delgada são constituídas por equipas especializadas na intervenção em comportamentos aditivos e dependências, e tem poderes jurídicos de decisão num processo de contraordenação. Reconhecendo que as mesmas terão sido constituídas através de DLR em 2001 e regulamentadas em 2013, urge rever o seu funcionamento e modo de atuação. Assim, já no presente ano, foi constituído um grupo de trabalho, oficializado pelo Despacho n.º 272/2025, com o objetivo de corrigir lacunas identificadas há mais de uma dezena de anos em alguns casos. Os contributos deste grupo de trabalho foram enviados à tutela no passado dia 20 de maio e serão alvo de análise para que se possa efetivar as alterações propostas aos diplomas supramencionados.

Para finalizar esta abordagem sistematizada, falta apenas referir o eixo de atuação da reinserção, que deve ser visto como parte integrante e complementar da prevenção. A título de exemplo, a Associação Alternativa desenvolve um projeto de intervenção terapêutica para tratamento, reabilitação e reinserção socioprofissional.

Este é um trabalho que envolve vários departamentos do Governo, bem com o ISSA, autarquias, juntas de freguesia e IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), sendo que o sucesso do mesmo será proporcional ao grau de compromisso de cada um de nós.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Certamente, há um longo caminho a percorrer, contudo, nada mais errado do que pensar que o Governo Regional não está desperto para esta problemática, sendo certo que nem sempre são imediatamente visíveis os resultados das opções tomadas.

Deputado José Pacheco (CH): Não está a fazer nada, senão não se punha com tanta conversa!

A Oradora: A articulação no terreno e o trabalho de forma coordenada para evitar duplicação de oferta desnecessária entre as várias instituições são desafios que, diariamente e de forma natural, vão surgindo.

Todos nós temos de fazer mais. Para tal, também é importante que estejamos tecnicamente bem sustentados para tomar as melhores decisões, desde já porque esta problemática é transversal a qualquer sociedade, porque, na atualidade, os números estarão novamente a subir, não só a nível regional, mas também a nível nacional ou europeu, e porque todos nós queremos evitar que, na Região, esta temática seja, para muitos, algo inevitável ou até mesmo uma fatalidade. É tempo de refletirmos em conjunto, para que os passos que terão de ser dados possam ser efetivamente consequentes.

O Observatório Regional das Drogas começará a ser definido no presente ano com o reforço da equipa da Direção Regional, na ilha de São Miguel. Será uma ferramenta valiosa na produção de conhecimento, permitindo recolher dados por ilha, faixa etária e tipologia de risco, viabilizando uma afinação progressiva das políticas públicas e adaptando-as à realidade da comunidade. É para isso que continuamos diariamente a trabalhar, para uma resposta adequada, mesmo que nem sempre seja imediata, mas ciente de que as nossas opções garantirão aos nossos filhos ambicionar um futuro mais próspero, fruto das decisões informadas e escolhas acertadas na construção de um percurso digno e forte.

Podem contar connosco!

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Se não responderem aqui dentro, vão ser bombardeados com requerimentos!

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Bom dia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estamos, hoje, aqui, para discutir um tema que deve merecer a atenção, o compromisso e a ação de todos os partidos com representação nesta Assembleia Legislativa.

Este é um flagelo que destrói comunidades, que fragmenta famílias, mas, acima de tudo, consome e devasta quem cai nesta espiral. E são essas pessoas que precisam de ajuda para se reerguerem e voltarem a contribuir para a sociedade. Não precisam de julgamentos, precisam, sim, de um Estado presente e de políticas públicas eficazes para os ajudar.

Todas as pessoas, em algum momento das suas vidas, podem errar, podem ceder a tentações, podem tomar decisões que mais tarde se revelam autodestrutivas. A dependência, seja ela química ou tecnológica, raramente é uma escolha livre e isolada, é, muitas vezes, resultado de experiências traumáticas, de abandono emocional, de carências afetivas ou de exclusão social. A ciência confirma que muitos dos comportamentos aditivos estão associados a perturbações mentais prévias, como a depressão ou ansiedade, e até contextos de fragilidade pessoal. E quando alguém tenta recuperá-lo, fá-lo, muitas vezes, sozinho. É neste momento que mais precisa de nós. Por isso, todos nós temos de estar presentes, temos de criar políticas públicas que respondam com dignidade, humanidade e eficácia a estas pessoas. A recuperação é possível e está comprovado que, com acompanhamento psicossocial, programas estruturados e reinserção na comunidade, muitas pessoas conseguem retomar uma vida ativa, saudável e plena. Mas ninguém deve ter de enfrentar este caminho sozinho.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: A nossa responsabilidade política é garantir que nenhuma recaída signifique abandono e que nenhuma pessoa é deixada para trás.

E, sim, há histórias de superação que nos mostram que vale a pena continuar a lutar. O Pedro, um açoriano de São Miguel, passou mais de 15 anos dependente de heroína e, durante a pandemia, caiu, infelizmente, nas drogas sintéticas. Perdeu tudo, chegou, inclusive, a viver na rua, mas, no entanto, com apoio, com acompanhamento e com estrutura conseguiu reencontrar-se. Hoje, está sóbrio, trabalha na oficina de cerâmica da instituição que o acolheu e é um exemplo vivo de que, com ajuda, com estrutura e com a política certa a recuperação é possível. E é por estas pessoas que nós aqui estamos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mesmo nas margens, todas as vidas merecem voltar ao centro e ter um propósito, porque ninguém deve ser deixado para trás. Mas para isso também é preciso que exista um governo à altura das problemáticas que enfrentamos nos dias de hoje. Por exemplo, o Plano Regional de Combate às Dependências terminou em dezembro de 2024. Desde então, continuamos sem ter uma revelação pública concreta deste plano, sabemos apenas o que foi revelado através de uma resposta a um requerimento do Partido Socialista dos Açores. E é por isso que assistimos com perplexidade e preocupação ao comportamento do Governo, que coloca em risco o tratamento de utentes por falta de pagamento a instituições que substituem o Estado nesta missão.

Para o Partido Socialista, este tema é uma prioridade, porque sabemos o que está em jogo, porque olhamos para os dados e não virmos a cara ao problema. E sabemos bem que não fizemos tudo bem no passado, já o assumimos várias vezes, mas não desistimos, queremos estar à altura dos novos desafios.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso, escutamos especialistas, técnicos e instituições, famílias e doentes, para sermos capazes de apresentar propostas concretas para este enorme problema que a sociedade enfrenta.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Apresentámos propostas concretas para este combate: o aumento das respostas para doentes com duplo diagnóstico; a realização de diagnósticos de saúde mental para consumidores de rua; e porque a realidade do consumo se alterou, entendemos que é importante avançar para a criação de um plano regional para o combate às novas substâncias psicoativas, porque estas substâncias, muitas vezes produzidas em laboratórios clandestinos e comercializadas como aparentemente legais ou inofensivas, têm ganho terreno nos Açores, sobretudo entre os jovens — 6,1 % dos jovens açorianos reportaram o consumo destas substâncias, acima da média nacional, e 23 % referem já ter tido problemas associados ao consumo de drogas ilícitas, incluindo sintéticas, o que representa a taxa mais elevada do país. É, por isso, urgente uma resposta transversal, que envolva a saúde, a segurança, a educação, a justiça, o desporto, a cultura, para prevenir, identificar e agir com eficácia.

A Região não pode continuar a reagir com atraso perante um fenómeno que evolui a cada semana. Curiosamente, no momento em que é preciso mais apoio e mais aposta na resolução deste problema, tivemos, desde janeiro de 2025, a Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências sem pagar ao Instituto São João de Deus, responsável pelas Casas de Saúde de São Miguel e São Rafael. A dívida acumulada chegou aos 234 mil euros.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Quer falar de dívida acumulada?!

O Orador: E só foi paga após denúncia pública e pressão mediática, colocando em risco, durante meses, a continuidade do tratamento de dezenas de utentes.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Isso é falso!

O Orador: O Governo justificou-se com acertos administrativos e mudança de centro de custos.

Sabemos que, por cada pessoa que pede ajuda, quando essa ajuda falha, se perde a chamada janela motivacional. As oportunidades de recuperação são desperdiçadas e

muitos acabam por ser forçados a procurar tratamento no continente, longe da família e da rede de apoio.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O combate às dependências não se faz com desculpas, faz-se com responsabilidade, com visão e com coragem.

E o Partido Socialista reitera, mais uma vez, que estará sempre disponível para dialogar e construir soluções numa temática que é um flagelo para a nossa comunidade açoriana, porque falhar aqui é falhar com a dignidade.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, eu não falei para si, falei para o Governo, há mais Secretárias aí. Aliás, uma ausente, que tem forte responsabilidade. A senhora falou, durante 20 minutos, num autoelogio, coisa nenhuma. Não teve 5 minutos para ouvir esta gente, os Lions de Rabo de Peixe. A senhora não teve 5 minutos, mas teve 20 minutos para fazer um autoelogio e dizer coisa nenhuma, como salas de chuto e tretas do género.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E qual é o problema?

O Orador: Esta é a conversa que eu estou farto! Esta é a conversa que os Açorianos estão fartos!

Vamos fazer a Task Force, o projeto, o psicólogo?! Quanto é que custa, ao Estado, aos

contribuintes, a diretora da Arrisca? Acho que anda em 5 mil euros por mês, não anda?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É mentira!

O Orador: Não é 1 milhão de euros que andamos lá a pôr? Há 15 dias, a senhora pediu o relatório da metadona! Há quantos anos estamos na metadona? Há quantos anos outros países já abandonaram?

Salas de chuto?! A sala de chuto é para quem não faz nada, não quer fazer nada e acomoda-se com o problema. É este o estado em que nós estamos na prevenção e no combate às dependências.

Sra. Secretária, onde é que estão os jovens no meio disso? Eu ouvi falar do diretor, ouvimos todos, do inspetor, do outro… tudo gente muito bem formada e muito bem documentada para resolver o problema. Só tem um problema: eles nunca resolveram o problema. E os jovens, os jovens que deviam estar nisto? Os jovens deviam ser os primeiros, nas escolas, nas associações culturais! A senhora não ouviu nada do que eu disse dali de cima.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E o senhor não ouviu nada do que eu disse!

O Orador: A senhora cegou-se no seu autoelogio e assumiu a responsabilidade de uma área que é multifacetada, uma área que tem de ser a Sra. Secretária da Educação a falar, da Juventude, do Desporto, da Cultura. São sempre as mesmas: Educação, Cultura e Desporto. Não, ficamos aqui… A Sra. Secretária da Juventude nem pôs cá os pés, porque não interessa.

Nós temos um problema de drogados. Foi o que o Governo acabou de dizer: temos um problema de drogados. E eu acho que nós temos um problema juvenil e familiar. Deviam ser os jovens os primeiros a dar o passo, a fazerem algo junto os seus pares, os contaminadores daquilo.

Sabem qual é a melhor prevenção? E o Leonardo, lá em cima, é a minha testemunha. A melhor prevenção que se faz à droga é não falar de droga. E nós já estamos a falar de droga há demasiado tempo esta manhã, com demasiadas conversas e demasiadas

mentiras. Foi o que eu disse: vou distribuir o meu documento, porque nós andamos aqui é a fingir e a mentir às famílias que, em casa, estão a sofrer com este problema.
Eu quero, sim, e tenho dito à Sra. Secretária da Cultura, mais dinheiro na cultura. Mas não é para a cultura dos trogloditas, é para a cultura genuína, daqueles que estão no terreno a fazer prevenção! Qual é a parte que não perceberam? Eu estou farto de falsa cultura! Eu estou farto de falsos jovens! E estou fartíssimo de falsa prevenção e de conversa da treta! 20 minutos de conversa da treta!
Deputada Olivéria Santos (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ó Sr. Presidente, o que é isto?
Deputado António Lima (BE): Caiu o Carmo e a Trindade! Isso é uma vergonha nessa bancada!
Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.
(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:
Não vou culpar nem sequer atacar o Governo, seria muito mau da minha parte.

Ruído na sala.

Se faz favor, peço para meter na pausa o meu tempo. Toda a gente está a discutir, mas ninguém me está a ouvir.

Pausa.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado. Penso que já estão reunidas as condições, faça

favor.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Vou repetir: não vou culpar nem atacar o Governo relativamente às dependências, seria de muito mau tom, tanto como deputado, como cidadão e como pai, fazer uma coisa dessas, atacar e culpabilizar alguém quando, à partida, o problema é demasiado grave para a sociedade, parte uma sociedade, divide uma sociedade. É um problema que nós não conseguimos resolver de forma leviana e deixando alguns *soundbites*.

Isto é um problema a nível mundial, mas é um problema maior a nível insular. As pessoas têm de ter a ideia de que há um problema em termos de prevalência, é um problema maior e mais grave dentro de todas as regiões insulares no mundo inteiro. Não é só um problema nos Açores, não é só um problema na Madeira, basta ver a prevalência, e só falamos no cômputo nacional. As primeiras regiões com maior percentagem de todo o tipo de substâncias — estamos a falar de anfetaminas, de metanfetaminas, de substâncias psicotrópicas novas (as psicoativas), de alucinogénios, de cocaína, de heroína — são os Açores e a Madeira, que estão no topo. Isto é um problema também insular.

Se há alguma resposta relativamente ao porquê de a prevalência ser bastante maior nas regiões insulares, ainda ninguém conseguiu dar uma certeza, uma razão. Mesmo os especialistas podem dar teorias, mas ainda não temos uma certeza absoluta.

Deputado Luís Soares (PSD): Eu já lhe vou dizer a seguir!

O Orador: Por isso, só tenho uma pergunta à Sra. Secretária, que não ouviu nem metade daquilo que eu disse, é pena.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Ouvi, ouvi!

O Orador: Mas só para dizer que, da minha parte, a ouvi pelo menos nos primeiros 10 minutos, nos outros 10 minutos foi difícil. Eu tenho um problema de atenção, é difícil. E a Sra. Secretária disse que espera que todos os partidos, toda a sociedade, toda a comunidade esteja junta, todos juntos numa Task Force informal. Eu só quero dizer que também estou aqui presente para tudo o que o Governo e a Task Force necessitar.

Temos de debater. Não nos atacarmos uns aos outros, mas debater. E também podia ser um exemplo para a Sra. Secretária, não usar os 20 minutos, usar mais tempo para debater e não tanto no seu discurso.

Eu só tenho uma pergunta para a Sra. Secretária, porque não percebi bem. Vi, da parte da Task Force, que houve informação que deixou de sair. As últimas são de 2023, talvez do princípio de 2024. Pelo menos não tenho informação de alguns resultados ou de algumas diretivas da parte da Task Force. A Sra. Secretária podia dizer quais são os resultados? Já se vê algum tipo de melhoria? E em termos de ações que vão ser realizadas no futuro? Eu agradeço que a Sra. Secretária possa dizer alguma coisa.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção a dizer que, se a Sra. Secretária Regional levou tempo na sua apresentação e levou tempo a apresentar aquilo que tem sido o serviço realizado pela sua Secretaria e Direção Regional, é sinónimo de que muito está a ser feito e é sinónimo, acima de tudo, de que esta Direção Regional e esta Secretaria se empenham para tentar solucionar os problemas relacionados com as dependências. Muito bem, Sra. Secretária!

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: E digo mais: todo o tempo despendido nesta matéria é sempre muito pouco.

Sra. Secretária, continue, porque está, certamente, no bom caminho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Pacheco (CH): Para Presidente da Câmara, está ruim!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Hoje, o partido CHEGA trouxe, a este Plenário, um tema que nos interpela a todos, independentemente da cor partidária, da ideologia ou da bancada onde nos sentamos — falamos da dependência. Mas não falamos apenas de substâncias, falamos de histórias de vida, de pessoas, de vidas que, em algum momento, se desviaram do caminho e que, muitas vezes, não encontraram quem as ajudasse a voltar.

Neste combate, não há lugar para politiquices, dizendo-se que a culpa é do partido A ou do partido B, não há espaço para discursos vazios nem para soluções desligadas da realidade, porque cada número que aqui citamos e cada estatística que aqui apresentamos representa alguém que sofre, alguém que caiu, alguém que ainda espera por uma mão estendida, por uma porta aberta, por um sistema que não vire as costas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, a dependência não é uma escolha, é, muitas vezes, o resultado de um conjunto de circunstâncias, de vulnerabilidades, de silêncios, de ausência de alguém que ouça e que aconselhe.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

O Orador: E combater este fenómeno exige mais do que promessas ou boas intenções, tem de existir presença, firmeza e ação, exige políticas públicas robustas, serviços sociais capacitados, estratégias de prevenção eficazes e, sobretudo, humanidade.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é ridículo! Ó Sr. Presidente, vamos para casa!

O Orador: Sim, rir de um problema como as dependências… é realmente incrível.

Sras. e Srs. Deputados, a dependência não é uma escolha, é, muitas vezes, o resultado de um conjunto de circunstâncias, de vulnerabilidades, de silêncios, de ausência de alguém para quem efetivamente procura uma solução.

É na sociedade, nas famílias, nas associações, nas escolas e nas comunidades que esta luta se trava. E é também aqui, na Casa da Democracia, que ela tem de ser assumida com clareza e com o compromisso de uma luta de todos e para todos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta tem de ser uma responsabilidade de todos nós, de nós enquanto decisores políticos, de nós enquanto legisladores e executores de políticas públicas, de nós enquanto seres sociais integrados em comunidades, em associações e em famílias. Quem de nós não conhece alguém, um amigo, um vizinho ou um familiar que esteja ou tenha estado preso no labirinto das dependências? Quem de nós já não se sentiu impotente perante o sofrimento de alguém próximo afundado nesta realidade? Quem de nós nunca viu uma família a ser desfeita, despedaçada, por esta problemática? Por isso, podemos afirmar que as dependências não escolhem ilhas, não escolhem bairros nem nomes de família, não distinguem os ricos dos pobres, porque estas, em qualquer altura, podem aparecer na casa de alguém, em qualquer contexto. E é precisamente por isso que a resposta tem de ser coletiva, forte, musculada, mas, acima de tudo, com muita humanidade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Muito bem!

O Orador: Permitam-me que também fale como pai e vos confesse a minha preocupação com os caminhos que a nossa sociedade está a trilhar: nunca estivemos tão expostos e tão vulneráveis a este flagelo como estamos na atualidade.

Às dependências tradicionais — o álcool, o tabaco, as drogas ilícitas — somam-se agora as drogas sintéticas e as dependências digitais. Estas são, muitas vezes, invisíveis, mas igualmente destrutivas.

Perante esta vulnerabilidade crescente da sociedade, o Governo Regional dos Açores, da responsabilidade da coligação PSD, CDS-PP e PPM, assumiu, e muito bem, a intervenção em matéria de dependências como uma prioridade desde a primeira hora.

Assim, o Governo Regional dos Açores, liderado por José Manuel Bolieiro, não

ocultou este assunto tão sensível, e a primeira medida foi a criação da Direção Regional da Prevenção e Combate às Dependências. Sim, criou uma Direção Regional própria para combater este flagelo.

Deputado José Miguel Toste (PS): Já existia!

O Orador: Desde essa altura, muito já foi feito para combater este flagelo. A prevenção assumiu um papel primordial nesta luta, onde nunca se investiu tanto nesta área como o que está a ser investido na atualidade. Sim, porque a melhor forma de combater um problema é evitar que este apareça.

Assim, foram criadas as equipas multidisciplinares de prevenção e de rua, com ação direta nas comunidades, para dar apoio e informação sobre os comportamentos aditivos e dependências, nas escolas, nas associações, nas comunidades, nas quais se destacam as equipas: Haja Saúde, Mais Saúde e Sementes de Mudança.

Foi criada e posteriormente reforçada a Task Force regional, uma equipa constituída por profissionais de diferentes áreas, inteiramente dedicada à luta contra as drogas sintéticas. O único objetivo é reforçar a articulação entre entidades e agilizar procedimentos. Já contribuiu com a descoberta e identificação de substâncias psicoativas, para serem criminalizadas na Assembleia da República.

Foi atualizado o valor da diária paga às instituições particulares de solidariedade social responsáveis pelo tratamento das dependências. Houve um aumento para 50 euros, aumento esse que não existia desde 2008.

Foram criadas vagas dedicadas às dependências de tecnologias, para maiores de 18 anos, na Casa de Saúde de São Rafael.

Foram aumentadas para vinte as vagas em comunidades terapêuticas, no continente, para apoiar a recuperação e reintegração de indivíduos afetados por dependências.

Hoje, quem não se trata é quem não quer. Há respostas para uma lista de espera, que já deixou de existir.

Em articulação com a ANAFRE, foram convidadas todas as juntas de freguesia a estar presentes em reuniões, para se falar de dependências, sobre a temática “Drogas, as

novas substâncias psicoativas versus as drogas clássicas", dando a conhecer esta nova realidade que se vive nos Açores, bem como encontrar a melhor forma de a combater.
Além destas medidas, como consta no programa do XIV Governo Regional dos Açores, está em curso a instalação do Observatório Regional das Drogas.
Também se pretende avançar com o Plano Regional de Combate às Drogas Sintéticas, que preconiza coordenar esforços para a prevenção e o combate ao consumo destas drogas, em parceria com os municípios, com a sociedade civil e com o setor empresarial.
Sras. e Srs. Deputados, quando se resgata um jovem em risco numa escola, quando uma equipa multidisciplinar vai ao encontro de um sem-abrigo, e repito, quando uma equipa multidisciplinar vai ao encontro de um sem-abrigo, numa noite fria, quando oferecemos uma nova oportunidade de trabalho a quem já foi rejeitado tantas vezes, estamos a reconstruir dignidade e estamos a dar esperança não só a quem está ou esteve doente, mas à própria família, que é quem mais sofre. E quanto a isto, não há preço que pague.
Assim, o Governo dos Açores vai investir 2,8 milhões de euros para o combate às dependências, número recorde em termos de investimento nesta área, demonstrando, assim, a vontade de fazer mais e melhor por aqueles que mais necessitam.
Julgo que estamos a dar bons passos no combate às dependências. É verdade que há muito para fazer, mas este esforço não é só do Governo, é também de todos aqueles que estão envolvidos neste combate. Um bem-haja aos profissionais da área, das associações, das instituições, das câmaras municipais e das juntas de freguesia.
Termino afirmando que todos temos de continuar este trabalho, não podemos abrandar, não por números, mas, sim, pelas pessoas, por cada vida que ainda pode ser resgatada, por cada família que ainda pode ser salva.
Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As questões ligadas às dependências são questões sensíveis, que necessitam de uma abordagem séria, correta e respeitadora de todos os intervenientes, desde logo, em primeiro lugar, aqueles que sofrem em primeira mão este problema de saúde — que atinge os próprios de forma tremenda, as suas famílias e toda a sociedade — e também os profissionais que, de forma muito empenhada (não temos quaisquer dúvidas), fazem o melhor que podem, diariamente, no terreno, a tentar recuperar, prevenir, mitigar e resolver, dentro daquilo que são as suas possibilidades, os problemas das dependências, das toxicodependências em particular, trazem a vários níveis.

Por diversas vezes, este assunto já foi debatido neste Parlamento. Os últimos anos trouxeram, efetivamente, mudanças. E tem sido sempre assim ao longo da história, os Açores não têm um problema de toxicodependência de hoje. E tem sofrido mutações, como é normal. Recordo que, já nos tempos de 2016, já lá vão alguns anos, debateu-se, aqui, até por nossa iniciativa, a realização de um estudo sobre as toxicodependências na Região. Foi feito, e bem, embora se tenha concentrado apenas na população escolar. Certamente, terá sido útil, juntamente com a informação que existe e que é publicada anualmente pelo SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências), que, de uma forma científica, permite orientar e apoiar a decisão política sobre esta matéria e, naturalmente, a decisão dos técnicos que trabalham nesta área.

Apesar de toda esta informação e do trabalho que tem sido feito, nós temos, na Região, problemas sérios no que diz respeito à toxicodependência. Nós precisamos, efetivamente, de olhar para esta matéria do ponto de vista social, é certo, mas também olhar para a componente de saúde dos próprios e de saúde pública.

Não há soluções mágicas, não tenhamos qualquer ilusão, para o problema que temos entre mãos. Não será uma medida, não serão duas, não serão três, mas é, julgo eu, mais do que tempo de se aproximar serviços de saúde dos consumidores, porque é assim que se consegue mitigar os danos e se consegue afastar os consumos das ruas, porque isso causa problemas aos próprios, às comunidades, causa receios. Efetivamente, é um problema haver consumos nas ruas. E os programas de consumo vigiado são programas que permitem reduzir este problema do consumo nas ruas, permite também identificar mais rapidamente as tais substâncias novas que surgem, que as autoridades demoram semanas ou meses a reconhecer.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Anos.

O Orador: E isso é fundamental que seja feito, porque é a forma de atuar mais rapidamente, seja do ponto de vista criminal, da atualização da legislação, mas também do ponto de vista da saúde e dos danos que estas substâncias, as novas substâncias psicoativas, geram na população.

Não posso deixar, nesta intervenção, de manifestar a nossa preocupação, apesar daquilo que a Sra. Secretária referiu na sua intervenção inicial relativamente à atualização de valores nos tratamentos realizados nas casas de saúde, com os alertas que foram feitos pelo Instituto São João de Deus relativamente ao não pagamento, aos atrasos de pagamento, aos valores. E isso é especialmente preocupante, mesmo que possa já estar resolvido ou em vias de resolução, porque não é a primeira vez com este Governo, já aconteceu, não relativamente ao tratamento das dependências, mas com outros tratamentos. E esse reparo ou essa crítica não pode deixar de ser feita, porque nós não podemos chegar ao ponto de ser necessário, quem realiza os tratamentos, vir à praça pública dizer que, se não for pago, o tratamento está em causa.

Uma última palavra, porque este debate inclui também as dependências tecnológicas, que são novas problemáticas que também devem merecer a nossa atenção e são questões complexas. É conhecido, não sou, naturalmente, especialista, que há jogos, videojogos, o jogo online. Toda essa matéria gera problemas do ponto de vista da criação de dependências, mas as novas tecnologias causam outros problemas para além disso, que dizem respeito ao aumento de ansiedade, à própria utilização de redes sociais, que chega a não ser saudável e causa problemas aos jovens, que estão mais expostos a essas questões. E é fundamental que se atue rapidamente ao nível das escolas, das aulas de cidadania, porque, para além da própria tecnologia, os conteúdos que, muitas vezes, estão a chegar às nossas crianças são conteúdos perigosos. E as notícias têm-nos provado isso. As notícias sobre as violações que aconteceram em Loures são um alerta grave para aquilo que está a acontecer aos nossos jovens e aos conteúdos que lhes estão a chegar, conteúdos machistas, misóginos, que desprezam as mulheres, que querem as mulheres como seres subalternos. E esses conteúdos estão a chegar aos nossos jovens.

Deputado Francisco Lima (CH): O que é que isso tem a ver com a droga?

O Orador: Não tem a ver com as dependências, mas tem a ver com a dignidade, com a igualdade e com a segurança da nossa população e dos nossos jovens.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Chaves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Chaves** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate que, hoje, trouxe o CHEGA, o debate de urgência sobre as dependências, é, sem dúvida alguma, um debate pertinente. É um flagelo que está a ocorrer e que está à vista de todos os Açorianos, mais numas ilhas, é certo, com mais densidade populacional, mas é um flagelo que está a ocorrer.

É um tema complexo. E eu, como Deputado, mas, sobretudo, como jovem, nesta Casa,

gostaria de ver todos os partidos e todos os Deputados aqui presentes num espírito mais de missão e mais de solidariedade em relação a este combate e menos de ganho político sobre uma ou outra opção política.

Mas quero contribuir para este debate com alguns dados, satisfatórios, porque nem tudo está a ser mal feito, há uma estratégia que está em curso. Por exemplo, no último inquérito nacional do ICAD, na prevalência de consumo dos últimos 12 meses, publicado, agora, em 2024, a nível do álcool: a média nacional fixa-se nos 48,3 %; a nível regional, está fixada os 44,7 %. A nível do tabaco: a média nacional fixa-se nos 17,1 %; na Região Autónoma dos Açores, fixa-se nos 14,4 %.

Aparte impercetível.

É o ICAD, Sr. Deputado, não sou eu que estou a dizer.

As drogas ilícitas: a nível nacional, está nos 6,2 %; e a nível dos Açores, está fixada nos 5,9 %.

Ou seja, são dados satisfatórios. Sem dúvida alguma, não nos fazem baixar a guarda em relação a esse flagelo que está a ocorrer nas nossas ruas.

E também tenho aqui mais uns dados que queria dar a esta Casa sobre esse mesmo inquérito nacional publicado, que é quem faz os estudos e o levantamento desses mesmos dados, não é o PSD nem o Deputado Paulo Chaves. O inquérito nacional revela que a prevalência, ao longo da vida, do consumo do álcool, no país, diminuiu em relação a 2017, passando de 86,4 % para 75,8 %, em 2022. E, nos Açores, estão bastante abaixo da média nacional para o álcool, como acabei de referir.

Atenção, também não foi falado, nesta Casa, sobre o consumo de medicamentos sedativos. Os Açores também estão abaixo da média nacional em todas as prevalências: em 2017, era de 8 %; nos últimos 12 meses, 0,5 % contra 1,2 % de média nacional.

Ou seja, queria trazer estes números a este debate para realçar que também há trabalho feito, há uma estratégia desenvolvida por parte do Governo Regional, mas, acima de

tudo, consciencializar todos de que não se combatem as dependências, esse flagelo, em 4 anos, como muitos, aqui, estavam a querer insinuar há pouco ou a referir. Portanto, é um trabalho conjunto, que pede a solidariedade de todos os Deputados desta Casa. E queria só apenas deixar este meu humilde contributo.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos num arquipélago que se orgulha da sua beleza natural, da sua força cultural e da sua capacidade de resistir, mas também enfrentamos problemas sociais profundos. Um dos mais graves, e muitas vezes silencioso, é o das dependências.

Hoje, falamos de dependências químicas, comportamentais e digitais, três expressões do mesmo problema. Uma condição humana que, durante demasiado tempo, foi vista como marginal, quando é, na verdade, um problema de saúde pública.

Os Açores continuam a liderar várias estatísticas nacionais de consumo. E é aqui que o PPM quer ser claro: não há combate eficaz se a resposta não começar nos cuidados de saúde primários e na nossa comunidade. Não basta substituir uma substância por outra, não basta manter alguém vivo, é preciso devolver dignidade, autonomia e integração.

A resposta regional deve distinguir entre situações mais ligeiras e quadros clínicos mais graves. Quem está no início do problema precisa de uma abordagem diferente de quem vive uma dependência há anos.

Os centros de saúde devem ser pontos de acesso e de reconstrução, não apenas para diagnóstico ou medicação, mas para tratar as causas do problema, para escutar, para ajudar a recomeçar. É ali que se combate o abandono clínico e se ajuda quem mais precisa. E é nas escolas, nas autarquias e nas associações que se constroem as redes de proximidade.

A toxicodependência não é uma fraqueza de caráter, é uma doença. E tratá-la como outra coisa é negar o cuidado a quem precisa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem, Sr. Deputado João Mendonça!

O Orador: O PPM acredita que o combate às dependências não passa só pela autoridade, precisa de educação, respeito e acolhimento. Ignorar o problema não nos torna mais seguros. Discriminar não resolve.

Reconhecemos que este Governo assumiu, desde o início, esta prioridade. Após anos de falta de investimento, em que foi extinta a Direção Regional das Dependências, este Executivo recriou essa estrutura. E com ela, recuperou os meios, a dignidade e a presença no terreno.

É justo dizer que o trabalho que hoje se faz é mais completo, mais técnico, mais humano. Mas todos sabemos que os resultados levam tempo, porque os erros do passado deixaram marcas. Durante anos, houve concentração de utentes em poucas instituições, sobrecarregadas e com respostas limitadas. Apesar da dedicação dos profissionais, os meios eram escassos.

Mas, hoje, temos outro caminho. O Governo da coligação trabalha em rede, com os centros de saúde, com os municípios, com as IPSS, as escolas e a comunidade.

Mas ainda há passos a dar. Por isso, defendemos:

Equipas em todas as ilhas, com técnicos especializados nos centros de saúde;

Tratamentos distintos para situações mais leves ou mais graves;

Programas de reintegração profissional com formação e apoio;

Apoio reforçado às comunidades terapêuticas com critérios de qualidade;

Campanhas permanentes para combater o estigma e formar quem está no terreno.

Este é um trabalho de longo prazo, que exige compromisso, mas também empatia. Não podemos adiar mais nem aceitar que vidas continuem a ser deixadas para trás.

Esta é a hora. Este é o momento. Esta é a nossa responsabilidade.

Disse.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O combate às dependências químicas e tecnológicas, o que temos feito ou podemos fazer? O CDS-PP reconhece a importância de debater, de forma aprofundada e responsável, o combate às dependências químicas e tecnológicas nos Açores. Estas representam desafios complexos que afetam diretamente a saúde, a segurança, o bem-estar social dos Açorianos, nomeadamente dos nossos jovens, dos nossos filhos.

O consumo de estupefacientes, especialmente substâncias psicoativas, é uma realidade que inquieta o CDS-PP e tem um impacto significativo na sociedade açoriana. Os efeitos destas substâncias revelam-se em comportamentos desviantes, o aumento da criminalidade, problemas de saúde pública e impacto na coesão social.

Além disso, a constituição química das novas substâncias dificulta a sua identificação e análise, dificulta muito o socorro e a prestação de cuidados de saúde às vítimas e também a atuação das forças policiais.

Este fenómeno está associado ao crescimento de fenómenos como a população sem-abrigo, a violência doméstica, furtos, roubos e outros crimes, que, por sua vez, reforçam um ambiente de insegurança no espaço público.

O CDS-PP defende uma abordagem assente em três grandes linhas fundamentais de atuação: por um lado, devem ser reforçados os programas de prevenção de comportamentos aditivos e desviantes; a lei da droga tem de ser corrigida; os meios de fiscalização e de combate ao tráfico de droga têm de ser reforçados.

Relativamente aos programas de prevenção, estes devem ser o pilar central na luta contra as dependências. É imprescindível atuar desde a infância e a juventude. E aqui está uma grande responsabilidade das famílias. Elas não se podem demitir da sua responsabilidade de contribuírem para a segurança das suas crianças. E esta luta deve promover a educação para a saúde, o desenvolvimento de competências sociais e a sensibilização para riscos associados às substâncias psicoativas.

O Governo dos Açores tem vindo a implementar ações concretas, como o projeto Mais Saúde, nas ilhas do Pico, Faial, Flores e Corvo, e também o programa Haja Saúde, na ilha Terceira, que tem mostrado resultados positivos na promoção de estilos de vida saudáveis e na prevenção de consumo precoce.

É preciso uma abordagem comunitária, que envolva as famílias, as escolas, as associações culturais, como, por exemplo, as filarmónicas e o setor desportivo, para criar redes de proteção e apoio às crianças e jovens. É também fundamental promover campanhas de sensibilização que sejam permanentes e adaptadas às realidades locais de cada ilha e de cada freguesia.

A correção da lei da droga é uma competência da Assembleia da República, mas esta lei é um instrumento crucial na luta contra as dependências. Esta lei, de 2023, da auditoria do Governo do Partido Socialista, apresenta-se, na perspetiva do CDS-PP, como um passo atrás no combate às drogas.

As alterações introduzidas vieram dificultar o trabalho das polícias e dos tribunais. Defendemos uma legislação clara, rigorosa e que permita às forças de segurança e ao sistema judicial atuar de forma eficaz na repressão do tráfico e na proteção das vítimas. É necessário reforçar a penalização do tráfico, estabelecer critérios mais rigorosos na distinção entre o consumo e o tráfico e promover medidas de redução de danos que não

significuem conivência com a liberalização total.

É preciso e fundamental aumentar, nos Açores, os meios de fiscalização e combate ao tráfico. Os Açores, devido à sua localização geográfica central no Atlântico, são uma zona de passagem de grande volume de droga oriundo de rotas internacionais. A recente operação Nautilus, do passado mês de março, que permitiu a apreensão de 7 toneladas de droga e a detenção de elementos de uma organização criminosa, exemplifica a importância de uma atuação firme por parte do Estado. Contudo, há necessidade de reforçar os meios humanos e materiais das forças policiais na Região, garantindo patrulhamento de proximidade, operações de inteligência e ações de fiscalização permanentes. É fundamental que a República aumente o número de agentes policiais nos Açores, para que possam responder rapidamente às ameaças emergentes.

As medidas de controlo e segurança pública, para além do reforço da fiscalização, são essenciais para que se possa criminalizar o tráfico e controlar o consumo de drogas no espaço público. Tal medida contribuiria para criar um ambiente mais seguro e reduzir o clima de insegurança.

O CDS-PP defende que o combate às dependências exige uma abordagem equilibrada entre a repressão, a prevenção e o apoio às vítimas. Assim, é fundamental aprofundar o controlo das novas substâncias psicoativas com uma legislação que possibilite uma resposta rápida à diversidade de produção de drogas ilícitas. É também imprescindível controlar o acesso a determinadas substâncias utilizadas na produção dessas drogas.

Relativamente às dependências tecnológicas, é um facto que a digitalização trouxe avanços significativos na educação, na comunicação, na sociedade, mas criou igualmente novos desafios que não podemos ignorar. A dependência digital, enquanto uso descontrolado de dispositivos tecnológicos, é um problema emergente que compromete o convívio social e o desenvolvimento das nossas crianças e jovens.

O uso excessivo de ecrãs promove o isolamento, reduz as competências interpessoais e aumenta os hábitos sedentários, com consequências a médio e a longo prazo para a

saúde física e emocional.

O CDS-PP entende, por exemplo, que é necessário estabelecer regras claras sobre o uso de telemóveis e dispositivos eletrónicos nas escolas, no âmbito da autonomia que as escolas têm para adotar políticas de uso racional e responsável de telemóveis no espaço escolar, não esquecendo que isto, obviamente, deve cumprir com orientações claras e firmes da tutela.

Deputado António Lima (BE): Foi exatamente o que propusemos!

O Orador: Além disso, defendemos que a implementação de programas educativos que sensibilizem jovens para os riscos do uso abusivo de tecnologia, promovendo o desenvolvimento de competências digitais críticas e saudáveis. Campanhas de sensibilização, formação de professores e envolvimento das famílias são estratégias essenciais para reduzir a dependência digital e promover o uso equilibrado das tecnologias.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Se este tema que o CHEGA, hoje, aqui, nos traz fosse de solução fácil, certamente, o CHEGA não teria tido a necessidade de o aqui trazer, já estava resolvido.

Deputado José Pacheco (CH): Ora bem!

O Orador: Acontece, porém, que a pertinência do tema decorre precisamente do problema que assola as famílias, as comunidades, principalmente as mais deprimidas,

do arquipélago dos Açores. E assola principalmente aquela que, muitas vezes, é chamada de ilha grande, centralista e poderosa. Certamente, se o problema não fosse tão grande na ilha grande, centralista e poderosa, este assunto seria visto com outros olhos. É mais ou menos como aquela questão do porto da Ribeirinha. O porto da Ribeirinha da Ribeira Grande caiu porque era na Ribeirinha da Ribeira Grande, porque, se ele fosse na Ribeirinha do Pico ou na Ribeirinha da Terceira ou na Ribeirinha do Faial, certamente, tinha sido acudido a tempo e a horas. É mais ou menos a mesma coisa.

Este é um assunto que carece de uma análise séria, ponderada e, diria, multissectorial, mas que passa principalmente pela prevenção em vez do tratamento. O tratamento é o último recurso, o fim da linha, quando já não há mais nada a fazer. Porque as famílias, quando se veem confrontadas com um problema dessa natureza, já estão completamente destroçadas. E só não sabe isso quem nunca teve na família um caso destes ou quem nunca teve nas famílias próximas da sua um caso destes.

O tratamento, sim, é preciso olhar a ele, porque é um facto que o tratamento tem permitido retirar ou salvar algumas pessoas destas dependências, de todas elas, mas é na prevenção que deve estar o nosso foco.

Eu ouvi atentamente todas as intervenções e acabei de ouvir, agora, o Sr. Deputado Pedro Pinto, que diz que as famílias têm uma enorme responsabilidade neste processo. E têm, as famílias são o primeiro núcleo de formação, de educação e de acompanhamento dos seus filhos ou dos seus maridos ou das suas mulheres, porque também há, infelizmente, pessoas que entram no consumo em idade avançada. É uma coisa que, às vezes, até custa a compreender, mas acontece.

Mas, muitas vezes, as famílias envolvidas no dia a dia, na necessidade de pagar a conta, na necessidade de trabalhar, no esforço de manter a família sustentada, por mais que queiram, não têm tempo para acompanhar devidamente as crianças e, às vezes, o cônjuge.

E é neste sentido que o Estado tem um papel preponderante. O Estado, que tem o

objetivo, o intuito e a capacidade de educar, tem, neste setor, um papel fundamental na prevenção pela via do desporto, pela via da divulgação destes problemas e pela via da informação.

Eu acho que quem estava aqui na última legislatura deve-me ter ouvido, um dia, dizer que o meu pai me obrigou a ver *Christiane F. — Os Filhos da Droga* até ao fim. Eu torcia-me todo na cadeira, mas fui obrigado a ver aquilo até ao fim. Foi a primeira vacina que eu levei. Hoje, infelizmente, nós não precisamos de ver *Christiane F. — Os Filhos da Droga*, basta sair à rua!

Deputado José Pacheco (CH): É só abrir a porta!

O Orador: Eu resido a 100 metros da Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a 1 quilómetro do *central business district* desta Região, e à porta da minha casa, a semana passada, estava um casal a fazer uma chinesa! Para quem não sabe, é consumir heroína.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O problema é que isso já não impressiona!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma Task Force, da dimensão daquela que a Sra. Secretária Regional levou quase 1 minuto a enumerar, com 11 reuniões e sem resultados, não é uma Task Force, é um conjunto de pessoas que estão para ali a conversar daquele assunto.

Deputado José Pacheco (CH): E a ganhar uns trocos!

O Orador: Falar de salas de consumo assistido e transformá-las ou querer chamá-las de salas de chuto, como no século passado, também não é bem correto dizê-lo. As salas de consumo assistido têm papel preponderante, mas já na fase do tratamento, até na fase de identificação dos indivíduos, que, às vezes, não sabemos quem são. E, nesse aspeto, a Iniciativa Liberal apresentou uma proposta na Assembleia Municipal de Ponta Delgada, para que fosse criada uma sala de consumo assistido em Ponta da Delgada. Foi aprovada por unanimidade, mas foi posta no veto de gaveta. O que levou o Bloco de Esquerda, logo a seguir, a apresentar mais uma, que também foi aprovada por unanimidade, mas continua no veto de gaveta. Toda a gente concorda, mas, depois,

ninguém quer implementar. E este é outro problema das políticas de combate às toxicodependências. Nós temos um plano, um plano 2021-2024. Onde é que está a análise dos resultados deste plano?

Deputado José Pacheco (CH): Na tal gaveta!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): No requerimento que foi respondido ao Partido Socialista!

O Orador: E é satisfatório, Sra. Secretária Regional?! No nosso entender, não é satisfatório.

O trabalho que todos temos de fazer na prevenção deste flagelo, seja das substâncias psicoativas, seja das novas substâncias psicoativas, que é o grande drama neste momento, seja da heroína, seja da cocaína, seja do haxixe, seja do que for, seja do álcool, do tabaco ou desta coisa que todos nós usamos todos os dias, durante todo o dia, até ao ponto de carregar pela segunda vez a bateria, é um combate de divulgação e de prevenção que cabe a todos.

Mas não é desvalorizando os números, não é desvalorizando a realidade, não é vindo aqui falar da melhoria que a Região teve no álcool ou no tabaco que vamos resolver o assunto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isto não é aquilo que fazem as avestruzes no deserto: enfiar a cabeça na areia para fingir que o problema não existe.

E, portanto, queria apenas deixar este testemunho, porque este não é um assunto de fácil solução, mas é um assunto que deve envolver toda a sociedade.

E, já agora, por exemplo, ao nível do desporto, é ver as dificuldades enormes que todas as associações, todas as agremiações e todos os clubes estão a passar neste momento. E se for preciso dizer às pessoas para se acabar com essas megalomanias do desporto federado e dessas coisas todas, que nos levam imensos recursos, que nos dão imensas medalhas e imensas coisas, mas que, depois, não retiram os jovens desse flagelo, porque eles acabam por ser uma minoria, os que entram neste desporto, então, vamos

empenhar-nos a pô-los a praticar exercício físico, desde muito cedo, nas escolas, nas várias modalidades, em modalidades que têm pouca adesão, para que essas crianças se envolvam em projetos de vida saudável, em vez de procurarem esses comportamentos aditivos.

E não me resta senão ter esperança, porque eu tenho esperança nesta Região. Há dias, num debate, ouvi alguém dizer que isto era inevitável, que era inevitável ser pobre e ter de pedir esmola a Lisboa e a Bruxelas. E eu revoltei-me, porque acredito nesta Região, acredito neste povo, este povo que é capaz de emigrar, de ir para outros destinos e fazer fortuna. Nós não temos o direito de deprimir este povo e de lhe dizer que não somos capazes, aqui, entre pares, de tirar esta Região destas situações que são lamentáveis.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos do Deputado José Pacheco (CH).

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 42 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao nosso debate de urgência.

Eram 12 horas e 4 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Luís Soares, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Luís Soares** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu peço a palavra para intervir neste debate, porque me parece que é importante fazê-lo dado que mais de 25 anos da minha vida profissional foram exatamente tendo como ferramentas de trabalho o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, e, um bocadinho mais à frente, a Lei n.º 30/2000, de 29 de novembro, portanto, os dois diplomas que controlam ou, de alguma forma, exercem atividade sobre o consumo e o tráfico de estupefacientes. Portanto, inserido nesta brigada que tinha por missão esta problemática, sinto-me, digamos, habilitado e detentor de conhecimento que me leva a responder, nomeadamente, ao Sr. Deputado Pedro Neves e dizer que os Açores e a Madeira não estão no topo das regiões do país ao nível do consumo de estupefacientes. Estão a nível estatístico, os números estão lá, sim, é verdade, mas há que interpretar e olhar para os números. E o senhor tem todo o privilégio de o fazer de uma forma muito mais sábia, porque conhece as duas realidades, o continente e os Açores. E se interpretar aqueles números e se transportar para o meio insular, vai perceber que aqueles números que ali estão correspondem realmente a uma realidade nos Açores relativamente ao continente que não é verdade, porque, nos Açores, desde logo, não existem praticamente cifras negras ou *dark numbers*, ou seja, nos Açores, quase todos os casos de consumo de estupefacientes, que, sim, são muitos, que, sim, é preocupante, que, sim, é preciso alocar pensamento, que, sim, é preciso prevenir, que, sim, é preciso combater, existem e ninguém os pode negar, isso é uma evidência de La Palice…

Agora, no continente, não será bem assim. Nos Açores, pela proximidade das comunidades, pela dimensão do meio, as pessoas estão mais próximas, confiam mais umas nas outras, é mais fácil a contaminação, um novo consumidor, aquele que é contaminado pelo outro. Acontece isso nos Açores, é muito mais fácil neste meio.

Depois, tem outro fenómeno: mais uma vez, atendendo à proximidade da comunidade, toda a gente se mete na vida de toda a gente. Nós, até no café, ficamos a saber que o filho de fulano, afinal, anda a consumir uma coisas.

E aqueles que têm responsabilidades de denunciar, acompanhar e monitorizar essas situações reportam esses factos. Ou seja, eu diria que, nos Açores, a estatística é bem verdadeira. No continente, e o senhor sabe disso de uma forma privilegiada (privilegiada porque vive agora nos Açores, claro), não é assim. Portanto, nos Açores, não temos essas cifras negras. Nos Açores, não existe esse *dark number*, é praticamente nulo. No continente, tem uma expressão imensa, principalmente nos grandes meios.

Depois, permitam-me, aqui, uma correção ao Sr. Deputado Pedro Pinto, peço-lhe desculpa, mas falava, o senhor, na 32.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, não é bem assim. Nós, a 7 de março, tivemos a 33.ª alteração, portanto, já em 2025. O Decreto-Lei n.º 15/93 foi alterado, embora tenha sido só uma alteração de tabelas, ou seja, nós, com um diploma de 1993, já vamos na 33.ª alteração. E muitas mais vão surgir se continuarem a proliferar as substâncias psicoativas que estão constantemente a acontecer e a aparecer no mercado.

Eu não sei se não seria mais simples nós pegarmos no objeto do Decreto-Lei n.º 15/93, e aí, sim, Sr. Deputado, concordo consigo, fazer uma alteração em que toda a substância capaz de alterar o estado psíquico e físico do indivíduo era punível, ponto, do que estarmos aqui com muitas tabelas e as especificar as coisinhas todas. Ou seja, cada vez que um se lembrasse de fazer alguma coisa que produzisse esse efeito sobre o indivíduo seria criminalizado.

Agora, a verdade é que o Decreto-Lei n.º 15/93, uma legislação que na altura foi muito acolhida pelos OPC (Órgãos de Polícia Criminal), porque, efetivamente, era uma legislação que, até para efeitos do Código Penal, equipara o tráfico de estupefacientes à criminalidade violenta, organizada e terrorismo. Ou seja, o órgão de polícia criminal estava quase legitimado, sem ter de recorrer, embora tivesse de dar conhecimento, no prazo legal estabelecido, ao poder judicial, ou seja, a autoridade de polícia criminal podia fazer quase tudo no imediato.

A verdade é que a legislação tem vindo a ser alterada e tem vindo a complicar a vida dos OPC, até mesmo nas intersecções telefónicas. Vá-se lá saber porquê, se tem a ver

com *influencers*, se tem a ver com colarinhos brancos, se tem a ver com apitos dourados… Não sei com o que é que tem a ver. O que é verdade é que a legislação, em Portugal, tem sofrido alterações que vão no sentido de complicar a vida aos OPC. E quando se complica a vida aos OPC, põe-se em causa a segurança, põe-se em causa tudo. Portanto, não consigo perceber, Sr. Deputado. Estou aqui a tentar perceber, na qualidade de deputado, o que é que aconteceu com esta legislação.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Respondendo às perguntas que me foram realizadas nesta fase do debate e registando que nem o Bloco de Esquerda nem o PS me fizeram perguntas…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fez, fez!

A Oradora: … de forma concreta, mas, sim, antes, comentários, que naturalmente registo, em relação às perguntas do PAN, eu penso que, durante a minha intervenção, fui, naturalmente, respondendo relativamente àquele que tem sido o papel da Task Force.

Naturalmente, estas reuniões, em articulação com os vários membros que compõem a Task Force, permitiram, desde já, identificar a necessidade, conforme tive a oportunidade de dizer, de reforçar as equipas de rua que já existiam e que tinham um cariz mais social com elementos do foro da saúde, nomeadamente um infeciologista e um psiquiatra, que, desde já, no terreno, têm conseguido referenciar de forma mais

célere e dar uma resposta até do ponto de vista interventivo e de tratamento a este público-alvo. Isto fez com que pelo menos 114 doentes do foro da psiquiatria iniciassem tratamento no âmbito da saúde mental e 89 utentes, se não me falha a memória, fossem referenciados para consultas de infeciologia, para iniciarem tratamento contra as doenças sexualmente transmissíveis.

Em relação às três substâncias psicoativas que foram identificadas, o que se passou foi que, nas reuniões, através da troca de informação entre esta equipa, nomeadamente o psiquiatra e as forças de segurança, se percebeu que havia uma alteração no comportamento dos indivíduos que andavam nas ruas. Isto fez com que se alargasse o espectro das análises e que se conseguisse identificar as três novas substâncias que até então não tinha sido possível identificar. Essa informação só é possível porque há cruzamento, nas reuniões, entre aquilo que é uma alteração dos comportamentos deste público-alvo, identificados por quem dá suporte, nomeadamente a equipa de saúde, e por quem apreende as substâncias, nomeadamente, portanto, as forças de segurança.

Além disso, a questão da pseudoefedrina foi também amplamente divulgada porque é de venda livre. Portanto, há um medicamento, que é um anti-histamínico, que não requer receita médica, que é comprado às caixas nas farmácias e que é utilizado como substância de base para produzir as novas substâncias psicoativas. Não havendo poder na Região de restringir essa venda, o que nós fizemos foi o envio de uma carta ao Infarmed a pedir, dada a especificidade da nossa Região, nomeadamente o aumento do consumo destas novas substâncias, para que o Infarmed restringisse essa venda livre. Não estou a dizer que proibisse, mas que pelo menos limitasse a uma ou duas embalagens. Infelizmente, até à data, não tivemos consequência destas nossas ações.

E, portanto, tudo isto só é possível porque há partilha de informações e há partilha de experiências. Inclusive, entre as próprias instituições, tivemos a possibilidade de, numa instituição que durante algum tempo esteve sem um psiquiatra, ter o psiquiatra de outra instituição a colaborar com essa mesma instituição. E pode ter a certeza de que não há nada mais de valor do que ter a responsável dessa instituição a enaltecer esta mesma

ação, ou seja, agradecer ter tido a possibilidade de conversar com o psiquiatra em questão, e ele ser uma forma de ajudar os utentes da sua instituição que, durante algum tempo, não tinham a possibilidade de ter acesso a consultas de saúde mental. E, portanto, há aqui um trabalho que não é, de todo, publicitado, nem é esse o objetivo da Task Force, mas que, naturalmente, está a dar frutos e irá continuar a dar.

Em relação ao Sr. Deputado José Pacheco, eu gostava de dizer que não vou, naturalmente, responder no mesmo tom emotivo nem no mesmo volume, mas, naturalmente, terei de dar as respostas.

Deputado José Pacheco (CH): Nem consegue!

A Oradora: E ainda bem que não consigo.

O Sr. Deputado critica o uso da metadona, mas eu gostaria de lhe dizer que a metadona é utilizada em mais de oitenta países.

Deputado José Pacheco (CH): Estude, se faz favor!

A Oradora: Acho que não é neste Parlamento que vamos pôr em causa aquilo que está a ser implementado a nível mundial. E, portanto, efetivamente, é o medicamento que é usado na atualidade como primeira linha, e que a Região utiliza. Custa 30 mil euros por ano, para os cerca de mil utentes que fazem tratamento, 365 dias por ano.

Deputado José Pacheco (CH): 1 milhão de euros que vai para a ARRISCA!

A Oradora: Não é 1 milhão de euros que vai para a ARRISCA. O contrato que a ARRISCA tem com a Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências é público, o senhor pode consultar, ele é publicitado no Jornal Oficial. E, este ano, foi assinado por 570 mil euros. Portanto, no âmbito da Direção Regional de Prevenção e Combate às Dependências, o contrato com a ARRISCA custa, em 2025, 570 mil euros.

Em relação à questão do Lions Club de Rabo de Peixe, eu também gostaria de dizer ao Sr. Deputado que, em 2022, o Diretor Regional de Prevenção e Combate às Dependências reuniu com a direção. Em 2024, voltou a reunir com a direção e também com a Diretora Regional de Promoção para a Igualdade e Inclusão Social. A Junta de Freguesia e o próprio Presidente da Câmara também reuniram. E, portanto, é, de todo,

falso que não tenha sido recebido.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Efetivamente, este é um tema que nos diz muito a nós todos, certamente. Todos nós conhecemos alguém que caiu neste flagelo, mas não desistimos destas pessoas nem iremos desistir. E não é não falando deste tema que iremos resolver o problema, é falando precisamente deste tema, trazendo este tema ao debate político, à sociedade, que podemos resolver este problema, todos juntos.

Neste sentido, gostaria só de perguntar à Sra. Secretária relativamente ao projeto de resolução apresentado pelo Partido Socialista em 2023. São cinco medidas, e vou passar a enumerar:

1) Abertura de Comunidades Terapêuticas nos Açores;

2) Promova o aumento das respostas para encaminhamento de doentes com duplo diagnóstico, que necessitam de uma resposta de longa duração;

3) Implemente, até ao final do ano, programas de tratamento de duplo diagnóstico, para jovens dos 14 aos 30 anos de idade, na Região;

4) No início do próximo ano letivo, ou seja, 2024/2025, retome a realização do inquérito às escolas e do plano e relatório de atividades da saúde escolar;

5) Realize, até ao final do ano, um diagnóstico à saúde mental dos consumidores de

rua não motivados para tratamento (vulgo sem-abrigo).

E gostaria também de perguntar à Sra. Secretária: na Task Force, alguma vez se falou da criação de uma comunidade terapêutica para adultos, ao longo das 11 reuniões que foram feitas?

Por fim, perceber também um bocadinho a diferença de tratamento do Instituto São João de Deus nos Açores comparativamente com o continente e a Madeira relativamente ao seguinte assunto: supostamente, no contrato, datado de 15 de novembro de 2024, entre o Instituto São João de Deus e Secretaria Regional da Solidariedade e Segurança Social, estava previsto um acordo em que existiria capacidade para encaminhar os doentes para tratamento quando estes entrassem na instituição. De acordo com o que foi dito pelo Instituto São João de Deus, nos Açores, contrariamente à Madeira e ao continente, estes não têm essa competência. Passa primeiro pela Direção Regional…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade!

O Orador: Quem o disse foi o instituto, não é o Partido Socialista. Estou-lhe só a perguntar, de forma a ficar esclarecido.

Para finalizar a minha intervenção neste tema, que acho que nos diz muito e não devemos entrar em tricas políticas, mas, sim, num combate conjunto de todos os partidos nesta Casa, acho que devemos todos unir esforços. E o Partido Socialista reitera de novo esta intenção de estar aberto ao diálogo com todos, com o Governo, com todos os partidos que suportam a coligação e com todos os partidos nesta Casa, para resolvermos este problema, porque o assunto das dependências não é estanque, é dinâmico. E nós, na Assembleia, temos o privilégio de poder legislar. E numa área tão crítica como esta, para a nossa comunidade açoriana, acho que devemos meter de parte as nossas cores partidárias e unir-nos todos para que possamos resolver este problema. Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto. Dispõe de 22 segundos.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Obrigada. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No âmbito da educação, cultura e desporto, naturalmente, há várias ações de prevenção, sensibilização e formação dos mais jovens. Vou enumerar aqui algumas. Ao nível do desporto, temos o maior número de atletas federados de sempre, mais de 24 mil. E temos o maior número de intervenção ao nível das escolinhas do desporto, com 592 núcleos de atividade. Ao nível da cultura, temos 22 escolas PNA (Plano Nacional das Artes) e 160 mil euros investidos em escolas de formação ao nível das filarmónicas. Na saúde escolar, temos 4500 ações feitas este ano, com mais de 20 mil rastreios, estes em 2023/2024, ainda não tenho os dados deste ano.

Presidente: Agradeço que termine.

A Oradora: Para terminar, Sr. Presidente, desporto escolar, também com os maiores números de sempre, temos a participação de mais de 6500 alunos nos Megas Escolares, 7 mil no corta-mato escolar e 800 nos jogos desportivos escolares.

E em termos de apoio e de acompanhamento, fizemos o maior investimento de sempre ao nível dos técnicos…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi desligado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

O Governo esgotou o seu tempo para este debate.

A Mesa não tem inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O tema que o CHEGA nos traz, hoje, é muito pertinente e relevante e tem de ser discutido, obviamente, com grande realismo e responsabilidade. Daquilo que já foi falado hoje, e muito já foi dito, o Grupo Parlamentar do PSD, obviamente, partilha da visão daquilo que já foi aqui partilhado.

Consideramos que o que se pretende dizer, aqui, hoje, e falámos em uníssono, porque todos querem dizer exatamente o mesmo, é que devemos mudar o foco. E devemos mudar o foco, como? Em vez de estarmos a falar, aqui, no combate às dependências químicas e tecnológicas, que é algo que, obviamente, é preocupante, e temos de acudir a quem necessita, devemos começar a falar mais na prevenção.

Deputado José Miguel Toste (PS): E o que é que estamos a fazer?

A Oradora: Falar mais na promoção de estilos de vida saudáveis, de bem-estar físico e mental, porque, a fazermos isso, a trabalharmos a montante, obviamente, os resultados serão diferentes.

Não quero com isso dizer que não se deve tratar das dependências ou que devemos deixar de falar nelas, não podemos fazer disso um tema tabu, isso existe e tem de ser falado, tal como as tecnologias que vieram para ficar e temos de conviver com esta realidade. Portanto, não podemos simplesmente falar, por exemplo, nas escolas, de uma proibição total do uso, por exemplo, das tecnologias.

Deputado José Pacheco (CH): Afinal, temos razão, é isso?

A Oradora: Isso seria algo que, enfim, foge à realidade, porque temos de conviver

com aquilo que existe realmente.

Agora, o caminho, obviamente, é nós conseguirmos, aqui, encontrar um equilíbrio e um uso consciente destas tecnologias, é este o nosso papel. Obviamente, não podemos exigir aos jovens que consigam fazer isso por si só.

Deputado José Pacheco (CH): Podemos, podemos.

A Oradora: Nós é que somos os adultos, temos de orientar, temos de estar presentes, temos de escutar. É este o nosso trabalho, é este o nosso foco.

Para além disso, é mais que sabido aquilo que são as consequências nefastas do uso excessivo das tecnologias. Isso já foi aqui dito, não vou estar a repetir, mas deixemos de ilusões, nós não podemos imputar à escola, unicamente à escola, a responsabilidade de nós corrigirmos estes problemas, de solucionarmos estes problemas, porque não é apenas na escola que isso se faz, isto é um problema social, comunitário.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É preciso a intervenção de todos, já foi aqui referido, toda a gente tem de concorrer para a resolução deste problema que nos afeta.

A escola tem feito o seu trabalho. Ainda agora, ouvimos a Sra. Secretária enumerar um conjunto de ações que têm sido levadas a cabo. Não podemos ignorar aquilo que tem, realmente, sido feito. Portanto, falou-se, aqui, no número de psicólogos, há um maior rácio nas escolas da Região por comparação a Portugal continental. Nós temos, aqui, todo um investimento nas escolinhas de desporto. Temos, aqui, uma série de outras medidas, que já foram anunciadas, em termos de educação.

Deputado José Pacheco (CH): Já existiam!

A Oradora: Portanto, isso tudo tem sido feito. Agora, os resultados não são imediatos.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é chamar-me de burro!

A Oradora: Os resultados levam tempo a surgir, mas está a ser feito um caminho, porque isto não é uma meta, é um caminho que se percorre, com grandes adaptações, porque tudo isto muda com grande velocidade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além disso, a propósito, por exemplo, da operacionalização do Plano de Ação para a Educação Digital, da União Europeia, as escolas também têm feito a promoção…

Deputado José Pacheco (CH): Ponham uma moção de confiança!

A Oradora: Sr. Deputado, eu ouvi-o com muito respeito.

Deputado José Pacheco (CH): Falo o que eu quiser!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): São apartes, mas deixe intervir.

A Oradora: E agradecia que também ouvisse, porque eu gostaria de dizer aquilo que tem sido feito nas escolas.

Deputado José Pacheco (CH): Não posso ouvir mentiras e ficar calado!

Presidente: Sr. Deputado José Pacheco, eu peço que se contenha e permita que a Sra. Deputada Délia Melo prossiga a sua intervenção.

Os apartes são regimentais, mas não podem interferir com a intervenção que está a ser feita e impedi-la muito menos.

Faça favor, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

A operacionalização do Plano de Ação da Educação Digital, da União Europeia, tem sido posta em prática nas nossas escolas, através da promoção do desenvolvimento de competências digitais à comunidade educativa. E a comunidade educativa não são só os alunos, portanto, há formações também para os pais, para os docentes, para todos os que estão envolvidos e que lidam com os jovens. Chegam a todos? Não, não chegam. É preciso fazer mais? Sim, reconhecemos que é preciso fazer mais, mas não é uma responsabilidade exclusiva da escola. Portanto, todos têm de trabalhar para o mesmo fim.

Para além disso, a própria Direção Regional da Juventude já levou a cabo várias ações para este efeito, portanto, várias ações com jovens, a falar sobre as problemáticas das tecnologias, para orientar para o bom uso das tecnologias e para saberem selecionar a informação que chega diariamente aos jovens.

Há que haver, obviamente, essa continuidade, esse trabalho nas famílias. E, às vezes, sabemos que é difícil, por isso é preciso agir em várias frentes. E nós temos de ser sempre o exemplo.

Temos também, obviamente, e já foi dito aqui, de promover as relações saudáveis, a educação emocional. Os jovens devem fazer trabalho comunitário, trabalho de voluntariado, devem-se envolver, obviamente, no desporto. E sobre o desporto, nós temos excelentes exemplos. Eu recordo um do meu concelho, por exemplo, do Clube Desportivo de Rabo de Peixe, que tem um plano relacionado com a integração social dos jovens através do desporto. Portanto, há muitos planos, há vários exemplos de grande sucesso que podem ser referenciados.

Aquilo que temos de fazer é, obviamente, continuar a trabalhar e saber que os jovens não encontram sozinhos este caminho, este equilíbrio, se os adultos que estão à sua volta não lhes derem um rumo. Portanto, cabe-nos, a nós, então, fazer esse trabalho e orientar os nossos jovens para os melhores caminhos, para poderem ter estilos de vida saudáveis.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O debate que, ao longo desta manhã, nos trouxe o CHEGA é um debate de suma

importância e é um debate que é relevantíssimo para o futuro desta Região. A questão do consumo de drogas sintéticas é, em nosso entender, o maior problema de saúde pública que, neste momento, afeta a Região. É um problema que, além da sua vertente de saúde pública, já se transformou também, em algumas cidades da nossa Região, num problema de segurança pública. E estas duas dimensões do problema não podem ser ignoradas. Não podem ser ignoradas, por um lado, tentando, aqui, desvirtuar e transformando a questão das dependências do álcool e do tabaco como o grande problema. Este não é o grande problema. O grande problema, nesta fase, tem que ver com o consumo de drogas sintéticas. E era nisto que nós nos devíamos empenhar.

O próprio Governo, no seu programa, inscreveu como medida a criação de um Plano Regional de Combate às Drogas Sintéticas. Encontra-se inscrito. Nós não sabemos, neste momento, em que fase é que se encontra o seu desenvolvimento. Não nos interessa o plano, a questão não é irem a correr fazer um plano para apresentar, para ficarmos todos satisfeitos porque temos um plano, a questão são as medidas. Que medidas é que vão fazer parte deste plano? Porque o problema é de tal maneira grave que mesmo quem faz parte da Task Force, nomeada pelo Governo, diz-nos que, independente dos passos que se têm dado, de algumas medidas que têm sido implementadas, estas ficam muito aquém. São declarações pública num evento organizado pela Secretaria Regional da Saúde, em cooperação com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. E lá, foi referido, por um elemento da Task Force, que a velocidade com que se implementam as medidas não é suficiente para o avanço do problema. A expressão utilizada foi: "Por muito que façamos, estamos a perder por uma goleada."

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: O que é que é necessário fazer? É necessário, no imediato, arranjar soluções para o problema emergente.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E as soluções são…

O Orador: A questão da prevenção é uma questão relevantíssima, mas o problema de saúde pública é emergente e tem que ver com a questão das sintéticas. E é centrado neste problema de saúde pública e de segurança que devem haver medidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E a solução?

O Orador: Medidas, designadamente, como aquelas que já foram colocadas aqui em cima da mesa por outros partidos e que nós achamos que são relevantes. A criação de salas de consumo assistido em Ponta Delgada é uma medida relevante. Sobre isto, a Sra. Secretária nada disse.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Eu falei delas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Em declarações públicas?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Na TVI!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso é para a prevenção ou para o tratamento?

O Orador: Outras medidas são necessárias. Há um problema de consumos nas ruas. E esse problema deve ser combatido. Há quem considere que é através das salas de consumo assistido. O CHEGA entende que esta não é uma solução. Certamente terá outras. Mas é neste diálogo, que é essencialmente político. Há certos temas, que por serem sensíveis e complicados, não deixam de ser políticos. Eles não devem ser utilizados como arma de arremesso político, mas não podem também ser utilizados como escudo político.

E nós temos de ter a coragem de perceber que, por muito que estejamos a avançar e a ter algumas medidas, não tem sido suficiente. Nós estamos a perder esta batalha.

Deputado José Pacheco (CH): Já perdemos!

O Orador: E perder esta batalha não é um problema político, é já um problema social. Nós estamos a perder esta batalha e estamos com isso a onerar as famílias que têm estes problemas. Nós estamos a perder esta batalha e estamos a onerar os nossos cidadãos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): O importante é ganhar a guerra!

O Orador: E ao perder esta batalha, o que nós temos? E este debate deve servir para isso, para, de imediato, arranjarmos medidas concretas que permitam mitigar o problema, que é o problema mais grave de saúde pública.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas não fala das medidas!

O Orador: Uma das medidas que foi aqui referida, as salas de consumo assistido, não só garantem a segurança no consumo, garantem a proximidade a quem consome e permite identificar quem são os consumidores, permite, através de análises, identificar que substâncias é que estão a ser consumidas e evita que haja consumos nas ruas. E, portanto, isto, no imediato, deve ser feito.

E mais do que vir aqui apresentar um relatório de atividades de uma Direção Regional, — que, sinceramente, foi isto que a Sra. Secretária fez daquela tribuna — o que devia ter sido trazido aqui era um conjunto de medidas, porque, se foi criada uma Task Force, e se essa Task Force tem aconselhado o Governo, se essa Task Force não tem capacidade executiva, pois, quem a tem que implemente estas soluções que têm sido apresentadas ao Governo Regional.

É necessário um plano? É, mas, mais do que um plano, são necessárias medidas imediatas para resolver um problema, que é um problema de todos os Açorianos e das suas famílias.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não disse uma medida que fosse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e

Srs. Membros do Governo:

Do diagnóstico, de facto, já muito foi dito. Os relatórios do ICAD são conhecidos de todos os presentes. Sabemos que a prevalência e os consumos nos Açores, também na Madeira, mas nos Açores em particular, são muito superiores à média nacional naquilo que diz respeito à heroína, à cocaína, às novas drogas — as NSP (Novas Substâncias Psicoativas), entre outras, com exceção da canábis, mas, na larga maioria, os consumos nos Açores são superiores, e em muito, àquilo que é a média nacional. Portanto, o diagnóstico está feito, digamos, conhecemos a realidade. Também sabemos em que comunidades é que ele é mais prevalente. Também sabemos que o número de pessoas na rua e sem-abrigo aumentou. E a relação entre os problemas de saúde mental, as pessoas que estão na rua e os consumos existe. Portanto, o diagnóstico, já todos aqui fizemos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou-se a este debate com a preocupação de, desde o primeiro momento, trazer, aqui, as nossas preocupações, mas, naturalmente, também algumas ideias. Sabemos que nenhum de nós é especialista em matéria de dependências, acho que nenhum dos presentes, aliás, mas entendemos que é nossa obrigação e é nosso dever contribuir de forma construtiva para um debate que a todos nos deve mobilizar. E foi isso que, de facto, fizemos.

Relembrando, aqui, uma resolução que apresentámos em 2023, com um conjunto de medidas concretas, entre elas a comunidade terapêutica, o retomar o inquérito de risco e os relatórios de saúde escolar, avançar com um diagnóstico de saúde mental para as pessoas que estão na rua.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Está a ser feito.

A Oradora: Fizemos isso. Isso foi em 2023. Desconhecemos, até hoje, a implementação de qualquer uma dessas iniciativas. Pelo menos não nos foi transmitido, aqui, hoje, de forma clara.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Isso não é verdade! Acabei de apresentar os números aqui! Não ouviu o que eu disse!

A Oradora: Ouvi a Sra. Secretária atentamente e tenho a dizer que há aspetos da intervenção da Sra. Secretária, pelo acompanhamento que também fazemos, naturalmente, da atividade do Governo Regional, que nos agradam, nomeadamente o reforço das equipas de rua com elementos clínicos. Isso é um aspeto importante? Com certeza que é. É um aspeto que devemos relevar e enaltecer como algo que é aquilo que nós entendemos que vai no caminho certo, de intervir junto daqueles que estão na rua, junto daqueles que já estão marginalizados, mas que precisam de ter uma oportunidade de retomar e refazer a sua vida. Isso, para nós, é um aspeto importante. Portanto, há aspetos, e não vamos negá-lo, que vão no bom caminho, vão no caminho que nós entendemos que é o caminho certo, de dar novas condições e novas oportunidades àqueles que estão marginalizados. Isto, para nós, é um aspeto importante.

Mas, como já aqui foi dito e repito, "estamos a levar uma goleada". Foi esta a expressão que usou um dos elementos da Task Force, numa ocasião recente, em que tivemos a oportunidade de o ouvir.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O que é que ele disse?

A Oradora: Isto, acho, tem de nos deixar a todos preocupados. Ele usou uma figura interessante para explicar a sua ideia e o seu pensamento sobre a matéria, nomeadamente a seguinte: nós temos a nossa rede, a nossa comunidade, as escolas, a família, o Serviço Regional de Saúde, o desporto, a cultura. E todos estes elementos são elementos importantes, elementos protetores. Isto é uma rede. Mas há uma outra rede, que é a rede do tráfico. E esta rede está a ganhar largamente e por uma goleada àquela que é a nossa rede. Então, há que fortalecer a rede de proteção.

Deputado José Pacheco (CH): Tem toda a razão!

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

A Oradora: A Região tem que ser capaz de fortalecer a rede de proteção, de ativar mais mecanismos, de colocar mais recursos também. Não são só financeiros, são

humanos. Mas, sobretudo, e acho que este é o grande papel do Governo, conseguir pôr todos a trabalhar em rede, conseguir consolidar, fortalecer, alargar esta rede de proteção.

Deputado Flávio Soares (PSD): E o que é que a senhora fez enquanto Secretária Regional?

A Oradora: Este é, para nós, leigos nesta matéria, um esforço que nós todos temos de fazer.

Sras. e Srs. Membros do Governo, caros colegas:

Dando ainda um contributo adicional neste debate, acho que era importante, entre outras ações… Ouvi e fiquei satisfeita, vamos ter, brevemente, o próximo plano de combate às dependências, que será apresentado no fim do mês de junho, mas a verdade é que saímos daqui sem saber o que nos trará este plano. Nós gostávamos, os pais que estão em casa gostavam de saber…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quantas vezes já foi apresentado?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Os cinco eixos de intervenção.

A Oradora: Era importante nós sabermos quais são as linhas prioritárias deste plano. O que é que está previsto ao nível das NSP? O que é que está previsto? Era suposto que nós ficássemos a conhecer um pouquinho disso, um pouquinho, as linhas estratégicas. Nem estou a falar de medidas concretas, mas as linhas estratégicas. Não, saímos daqui sem saber isto.

Eu, por exemplo, gostava de saber o que é que está previsto ao nível do emprego, da promoção de empregabilidade para estas pessoas que vivenciam estes problemas. A inserção através da empregabilidade, o que é que está previsto? Nós saímos daqui sem saber.

Nós gostávamos de saber, por exemplo, ao nível dos programas de parentalidade, se incluem ou não incluem esta questão das redes sociais, das dependências digitais. Incluem ou não incluem ações específicas nesta área? Ou destas novas drogas,

incluem? Continuamos sem saber. Saímos daqui sem saber.

Eu também gostava de saber um aspeto que para mim é determinante e que foi falado nessa reunião, há uma semana.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Gostava de saber porque é que não fez uma grande parte dessas coisas.

A Oradora: Sobre os jovens, com medidas de promoção e proteção, que estão integrados em lar, eu ouvi um alto magistrado da nossa nação perguntar se estava previsto ou não estava previsto, e para quando, a integração nestes lares, com medidas de estabilização, para estes jovens que são consumidores.

O Sr. Diretor Regional, é verdade, disse que haveria boas notícias. Eu até, com alguma expectativa, pensava que era hoje que estas boas notícias seriam aqui trazidas. Ainda não foi hoje. Eu esperarei pelo dia 27 para perceber se é nessa altura que teremos essa informação.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Espero que o Partido Socialista dê contributos, que nunca deu até agora, desde que o plano foi lançado.

A Oradora: Sras. e Srs. Deputados:

A nossa motivação neste debate foi apenas uma: analisar os dados e apresentar propostas concretas ou voltar a apresentar algumas que já tínhamos apresentado em 2023.

Também nessa altura, nesse debate, nós tivemos a oportunidade de dizer que víamos com preocupação que o plano, que agora terminou em 2024, fosse uma réplica daqueles que nós próprios implementámos nos 4 anos anteriores, porque a realidade social da Região era outra, a tendência dos consumos era outra. E, portanto, este plano que foi implementado nos últimos 4 anos, para nós, já pecava por não responder a essas necessidades. Mas nós não conhecemos a avaliação desse plano.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O seu partido fez um requerimento.

A Oradora: E, portanto, Sras. e Srs. Deputados, isto não é politiquice, isto é virmos aqui, com sentido de responsabilidade, trazer aquelas que são as nossas preocupações e exigirmos, naturalmente, também conhecer aqueles que são os resultados, alegadamente, que o Governo terá para nos apresentar nessas matérias e, sobretudo, perspetivas de futuro e esperança para as nossas famílias, para aquelas que estão em casa e vivenciam estes problemas e, principalmente, para nós pais — muitos dos que aqui estão são pais, mães e alguns já são avós — percebermos o futuro, como é que nós vamos estar mais bem preparados para o futuro e para os desafios que, a este nível, todos os dias, se nos colocam.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados… (tenho sempre de olhar para ver se tem mais homens ou mulheres) Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parabéns, Sra. Deputada. É assim que se deve falar deste tema. E parabéns a todos aqueles que falaram desta forma. Vergonha a todos os que tentaram enrolar esse problema.

Sr. Presidente, é verdade, eu sou uma figura diferente, não me envergonho nem tenho medo de o ser. E o senhor há de me repreender as vezes que forem necessárias. Mas se há tema que me revolta, se há tema que me causa pressão, é precisamente este. E por esta mesma razão, tenho tido o cuidado e a inteligência de não puxar demasiado, porque eu sei que vou explodir. Estou nisso há quase 40 anos. E 40 anos depois, não vejo absolutamente nada de novo. Eu vejo é aquilo que dizem os brasileiros: conversa para boi dormir.

E ouvimos, aqui, da boca do Sr. Deputado Luís Soares, uma coisa muito grave. Obrigado, Sr. Deputado. É que as leis são cada vez piores, mas não é para os bandidos, são para quem? Para os polícias! As leis estão a piorar para os polícias! Ouviram todos? Nós queremos combater o tráfico? Nós queremos combater a droga? Nós queremos combater esse flagelo? Não. Em vez de termos leis mais punitivas, mais facilmente se vai lá… Olhe, para mim, era fuzilá-los todos! Peço desculpa, mas é assim que eu penso, porque sou pai. Eu dou a minha parte, em casa, aos meus filhos. Eu tenho um filho, agora, fora. Eu espero ter-lhe dado a formação necessária para ele nunca cair nisto. Mas, como pai, eu não posso fazer isto. Eu relembro João Pedro Lima, um pai que tratou do seu filho, mas nunca conseguiu.

Os casos que o recuperam?! Isso é conversa do Patriarche. E bem bom que alguns recuperam. E aqueles que morreram? E aqueles que estão aí na sarjeta, que ninguém olha para eles? E aqueles que estão no crime, que até os pais já nem querem saber deles? Desses não se fala, só se fala dos que recuperaram.

No final dos anos 80, anos 90, vi surgir o Projeto Vida. Eu, como jovem e dirigente juvenil, que era na altura, fiquei bastante feliz, porque já era um problema para nós. Já era um problema as cocaínas, as heroínas, as drogas mais leves que acabam por ser, depois, um patamar. Durou meia dúzia de anos. O poder governativo disse: bom, a moda, agora, não é isto. E acabou. Não foi substituído por, absolutamente, mais nada.

Só tenho de dizer aos pais que sofrem em casa, aos irmãos, aos tios, sobrinhos, aos vizinhos (até eu já fui roubado em casa), tenho de lhes pedir desculpa e dizer que estou envergonhado como político, porque nós não conseguimos resolver isso.

E eles assistiram, podem recuperar o vídeo, ouvimos conversa de enrolar, ouvimos a conversa de costume, até plagiaram algumas coisas que eu tinha dito, e bem.

Nós todos sabemos, e meu colega pode dar-vos uma aulinha sobre isso: se não houver clientes, não há comerciantes. Perceberam o que é que eu disse? Se não houver clientes, não há comerciantes. O que é que eu quero dizer com isto? Se nós apostarmos mais na prevenção, os traficantes não vão ter a quem vender.

Mas também é importante começarmos a falar aqui de coisas muito giras: festivais pela noite dentro, com alto consumo de álcool e drogas. Qual é o problema, senhor? Num país civilizado, porque é que eu tenho de ter um festival até às 5h da manhã? A música é melhor a partir das 5h da manhã ou é melhor à décima cerveja? É a pergunta que temos de fazer. Eu gosto de música. Não gosto de música é às 5h da manhã, gosto de música às 10h da noite, às 9h, às 8h. Mas este senhor que está aqui a mandar bocas diz que eu quero acabar com os festivais. Esse Sr. Deputado pensa assim. Por isso é que esta Região nunca há de ir a lado nenhum, porque há aqui um senhor que diz que eu quero acabar com os festivais, quando eu digo que é uma pouca-vergonha termos festivais de madrugada, com alto consumo de drogas e álcool, muitos deles patrocinados pelo Governo Regional. E isto ninguém quer falar.

E, depois, fala-se em salas de chuto. Sabem o que é uma sala de chuto? É quando o Governo já baixou os braços. Uma sala de chuto não é remédio. Uma sala de chuto é dizer: eu já não consigo fazer mais nada. Uma sala de chuto é isto, não é mais nada. Uma sala de chuto não combate nada.

Nós temos de nos concentrar cada vez mais na prevenção. Nós temos cada vez mais de apostar na cultura. Sra. Secretária, é muito bonito dizer que temos isso, aquilo e aquele outro… A senhora tem dinheiro para isso tudo? A senhora não tem dinheiro para isso tudo. Não diga que tem, porque não tem!

E não foi a senhora que criou as escolinhas, não foi a senhora que criou as filarmónicas. Com todo o respeito, não foi, foi a sociedade. Daqui a bocado, vão dizer que têm não sei quantos Espíritos Santos, que têm não sei quê… A sociedade é que fez tudo isto.

E o que nós estamos a fazer, políticos, é apropriar-nos disto, muitas vezes, quando devíamos estar era a incentivar a termos mais escolas de desporto, a termos mais miúdos… Mas não é na primeira divisão, isso é tudo muito bonito, isso é como o meu Santa Clara, depois, não tem um açoriano que seja. É uma alegria. Nós temos de fazer essa aposta.

E, finalmente, isso já em jeito encerramento, Sr. Presidente, estamos disponíveis. Sra.

Líder Parlamentar do PS, o CHEGA está disponível para conversar consigo, com o seu partido, se tivermos de fazer um plano. Porque é assim: 4 anos depois, dali já não vem nada. Eu peço desculpa, não gosto que me mintam. Dali já não vem nada, absolutamente nada. Ponham na mesa as ideias que tiverem.

Este partido é um partido livre. Este partido não tem palas ideológicas. Toda a boa ideia… Convido o Sr. Deputado, convido o CDS-PP e a Iniciativa Liberal a juntarem-se a nós, porque a única coisa que eu ouvi da governação foi música e foi para boi dormir.

Ó meus amigos, para terminar, Sr. Líder Parlamentar do PSD e caro amigo, pelo respeito que tenho por si, o senhor, quando não gostar da forma como o CHEGA trabalha, é muito fácil, ponha uma moção de confiança e vamos lá ver o resultado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

Deputado José Pacheco (CH): Os senhores estão aí porque nós queremos!

Ruído na sala.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados…

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O debate foi evoluindo ao longo da manhã. E creio que foi evoluindo exatamente para o lado contrário que deveria ter evoluído. Todos nós sabemos que, quando temos uma pedra no sapato, nos dói o pé. E, portanto, fazendo essa analogia, o debate transformou-se num debate sobre a dor no pé e não sobre a pedra que provoca a dor. Estas duas

últimas intervenções que tivemos aqui, quer do Partido Socialista, quer do Sr. Deputado do CHEGA, expressam muito bem esse tiro ao lado naquilo que é o assunto deste debate.

Naquela tribuna, de várias coisas que eu referi, salientei a necessidade de reforçar os meios humanos e materiais das forças policiais na Região, para garantir um patrulhamento de proximidade, operações de inteligência e ações de fiscalização permanentes. É fundamental que a República aumente o número de agentes policiais nos Açores, para que possam responder rapidamente às ameaças emergentes. Ora, sem controlo, sem policiamento, sem ações de inteligência, não é possível combater o tráfico de droga. E, portanto, não combatendo o tráfico de droga, a droga está disponível.

E o Sr. Deputado do CHEGA quis-nos dar um ensinamento, obviamente, dando um tiro ao lado, porque ele acha que, se não houver clientes, não vai haver comerciantes. Pois, eu acho que isso é uma pescadinha de rabo na boca.

Deputado José Pacheco (CH): É capaz de ser.

O Orador: Porque há comerciantes, há também clientes à procura. E, portanto, enquanto não combatermos os comerciantes, os clientes vão sempre existir.

Deputado José Pacheco (CH): Concordo consigo!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado, nós temos de exigir que a República faça o seu trabalho.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor está lá, não está? O CDS-PP faz parte do Governo.

O Orador: Na Região, o Governo Regional está fazendo aquilo que lhe compete. O apoio que é dado diariamente nas ruas e o apoio que é dado em instituições às vítimas são apoios que são prestados por instituições particulares de solidariedade social, que contratam com o Governo Regional. Não é o Governo Regional que faz isso diretamente, não são os departamentos do Governo que fazem isso diretamente. Portanto, qualquer crítica que é feita ao Governo porque não age, não atua, que

despreza os Açorianos, é uma crítica feita a todos os funcionários que, diariamente, trabalham nas IPSS para combater este flagelo.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Apoiado!

O Orador: Portanto, o CHEGA está aqui é a criticar a nossa sociedade e a criticar as nossas instituições.

Deputado José Pacheco (CH): Qual é o problema? São vacas sagradas?

O Orador: Se elas não existissem, se elas não o estivessem na rua, o problema seria muito maior, Sr. Deputado.

Deputado José Pacheco (CH): Seria?

O Orador: E o seu partido tem, na Assembleia da República, um grupo parlamentar com mais de 50 deputados. O que é que fez para alterar a lei, para dar mais poder aos polícias?

Deputado José Pacheco (CH): Chumbaram tudo!

O Orador: O senhor concorda com o que o Deputado Luís Soares, do PSD, disse, mas nada fez na República!

Deputado José Pacheco (CH): Fizemos! Os senhores é que chumbaram!

O Orador: Tem mais deputados, podia ter feito e não o fez!

Deputado José Pacheco (CH): Fizemos!

O Orador: Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção apenas para dar nota do seguinte: não faço apreciações, não tenho de gostar ou desgostar das intervenções das bancadas, posso é também ter o direito à crítica em relação àquilo que ouço e àquilo que dizem ou à forma como o fazem. E, portanto, foi apenas isso que eu fiz, foi uma crítica à forma como o senhor estava a fazer um conjunto de apartes, mais nada do que isso.

Eu quero dar nota apenas do seguinte relativamente à intervenção da Sra. Deputada Andreia Cardoso, que diz que sai daqui sem saber: nós é que saímos daqui sem saber quais são os contributos do Partido Socialista.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: No Plano Regional de Combate à Pobreza, zero contributos. Nos planos Regionais de Saúde, zero contributos.

Eu quero só dar nota que uma das coisas importantes que este Governo tem feito, e não só, para além dos anúncios que a Sra. Secretária fez, é relativamente aos jovens. Menos metade dos jovens que não estudam nem trabalham, nesses últimos 5 anos, na Região, é efetivamente combater a sério os problemas da nossa sociedade. E menos jovens, mas muito menos, daqueles que abandonam precocemente o ensino…

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: … e a sua formação também é combater ferozmente os problemas que afligem a nossa sociedade.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Apostamos na juventude, apostamos no seu futuro, reduzimos o seu desemprego e estamos a lutar por uma sociedade melhor nos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O PSD esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu guardei este minuto para dizer duas ou três coisas que me parece que ficaram ainda por dizer, mas repetindo uma que já aqui disse numa intervenção e que decorre da rapidíssima, fulgurante, intervenção da Sra. Secretária Regional de Educação e Desporto. É um facto que temos esta quantidade enorme de crianças envolvidas em clubes, é um facto que temos essa quantidade enorme de atletas federados, mas também é um facto que temos as instalações degradadas, que temos as instalações sem manutenção e que muitas dessas crianças não praticam desporto em condições de estarem mais envolvidas na sua sociedade.

Deputado José Ávila (PS): Na Graciosa, não tem balneários.

O Orador: Pelo contrário, entram precisamente numa fase de ansiedade porque não têm condições para praticar esse desporto.

Mas queria, ainda, aqui, aceitar o desafio que foi feito pelo Sr. Deputado José Pacheco, aceitando o debate que foi proposto pela Sra. Deputada Andreia Cardoso. Sr. Deputado José Pacheco, eu aqui estarei para dar os contributos que souber dar para uma análise séria e medidas concretas para resolver esse problema na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15h.

Eram 13 horas.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade ao debate de urgência que estava a ser promovido pelo CHEGA na parte de amanhã. A Mesa tem uma inscrição da Sra. Deputada Andreia Cardoso, que não está presente.
Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Pergunto ao CHEGA se quer encerrar o debate com os minutos que lhe restam.

Pausa.

Vamos avançar com a nossa agenda para o ponto 7 – **Projeto de Resolução n.º 36/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que determine a cessação da repartição da pesca da espécie de goraz pelo conjunto de embarcações de cada uma das nove ilhas"**. É uma iniciativa apresentada pelo CHEGA. Os tempos são os seguintes: o Governo, o PS, o PSD e o CHEGA têm 20 minutos cada, o CDS-PP tem 12 minutos, as representações parlamentares têm 10 minutos cada.
Tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa para a apresentação da iniciativa.

(*) **Deputado José Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No passado mês, o CHEGA apresentou nesta Assembleia uma proposta para alterar o método de repartição de quota do goraz nos Açores. Trata-se de um sistema que, ao longo dos anos, tem promovido uma discriminação injustificável entre ilhas e entre pescadores, criando conflitos dentro do setor que em nada contribuem para a sua melhoria.

Desde a sua implementação, este método de repartição foi marcado por uma luta de interesses que, no final de contas, tem causado perdas incalculáveis, com parte da quota a ficar por capturar, ano após ano.

Apesar dos efeitos evidentes, insiste-se na mesma abordagem, deixando pescadores em terra, sem faturar e sem uma razão específica.

Inclui-se na nossa proposta também a realização de um estudo para a introdução de uma época de defeso durante a desova do goraz, bem como o aumento do tamanho mínimo de captura, medidas que visam tornar a exploração da espécie mais sustentável e economicamente vantajosa, criando riqueza hoje, sem comprometer o amanhã, garantindo que as próximas gerações também possam usufruir dos recursos do nosso mar.

A má gestão das pescas nos Açores é resultado de um trabalho desastroso por parte da Federação das Pescas, somado à inoperância dos sucessivos governos, que lhes conferiram total liberdade de decisão.

Este cenário reflete-se num jogo de interesses desmedido que tem travado o desenvolvimento deste setor tão importante da nossa Região. Para além de algumas viagens a Bruxelas, reuniões com resultados previamente definidos e milhões de euros gastos sem retorno visível, o que vemos hoje é o empobrecimento generalizado de um setor à deriva.

O que verdadeiramente tem sustentado armadores e pescadores é apenas e somente o mercado que, com o aumento da procura, felizmente tem permitido uma boa

valorização média de algumas espécies durante quase todo o ano.

Se dependessem apenas da ação do Governo e da Federação, muitos pescadores já estariam na falência ou a recorrer ao RSI.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

O Orador: A Direção Regional das Pescas, por sua vez, permanece inerte, sem alterar ou decidir coisa alguma, mesmo perante evidências claras de que o sistema está a falhar.

Em vez de restruturar o setor e valorizar quem dele vive, tem-se apostado em aumentar o número de funcionários nas lotas e nas secretarias, …

Deputado Francisco Lima (CH): Uma vergonha!

O Orador: … alguns dos quais trabalham apenas uma hora por dia, só servem para abrir a máquina do gelo.

Gastam-se milhões de euros em obras megalómanas, caprichos de alguns anteriores, que em nada beneficiam quem trabalha no mar e a breve prazo serão outro cachalote para os açorianos pagarem.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

Deputado Francisco Lima (CH): Mais um cachalote!

O Orador: Este é, infelizmente, o retrato do vosso trabalho. As desculpas apresentadas em Comissão para rejeitar as mudanças foram inúmeras, viraram as costas à realidade e até às próprias posições que defendiam anteriormente.

Aqueles que antes apoiavam o defeso e o aumento do tamanho mínimo de captura foram os mesmos que, ouvidos em Comissão, se manifestaram contra essas propostas.

Se o trabalho dos senhores especialistas tivesse sido eficaz, as pescas nos Açores não estariam na situação atual. Não seríamos obrigados a criar áreas marinhas protegidas, nem assistiríamos, relatório após relatório, à degradação contínua dos estoques de espécies como o goraz, o pargo ou o boca negra.

Isto é um claro sinal de ineficácia. O setor das pescas transformou-se num sistema

dentro do sistema, onde os responsáveis para essa situação se protegem entre si e aos seus interesses. E, no fim, o que resta para quem realmente trabalha é um setor arruinado.

Portos sem condições, gruas avariadas e casas de aprestos completamente degradadas. Muitos foram os que beneficiaram dos milhões investidos no setor, muitos. Mas, de certo, não têm sido os pescadores.

A quota do goraz foi sendo reduzida por várias razões. Uma das principais foi, até 2015, a captura de exemplares antes mesmo de se começarem a reproduzir. Um erro grosseiro que comprometeu a sustentabilidade da espécie durante anos, para vender esse peixe a menos de 2 euros por quilo na altura.

A resposta foi sempre reativa às exigências da Europa. Chama-se correr atrás do prejuízo.

Os governos limitaram-se a aceitar as sucessivas reduções de quota e a perpetuar uma gestão desastrosa, fugindo à sua responsabilidade, entregando o destino do setor à Federação, que se limita a agradar aos que garantem os seus lugares e, quiçá, os catapulte para outros horizontes, enquanto esperam que o milagre resolva os problemas que eles próprios criaram. A estes senhores manifesto o meu mais firme repúdio.

A nossa proposta é simples e justa: eliminar a discriminação entre os pescadores e assegurar uma igualdade de oportunidades a todos, mesmo que os resultados no final sejam diferentes. A quota é regional e não pode haver privilegiados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Essa é que é essa, Sr. Deputado!

O Orador: Após as audições em Comissão e às reviravoltas de opinião de quem no passado defendia propostas semelhantes, venho a essa tribuna não só reafirmar a nossa proposta, como também dizer aos pescadores que o problema das pescas não está neles, mas em quem os representa, que colocou os seus interesses à frente dos vossos.

Deputados Francisco Lima e **José Pacheco** (CH): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Peço por isso que hoje, na Casa da Democracia, se faça justiça e que se assegure igualdade de oportunidades e coloque fim, de uma vez por todas, aos

interesses instalados dentro deste setor cada vez mais pobre. Porque, com as mesmas políticas, não podemos esperar resultados diferentes e os prejudicados serão, como sempre, os mesmos: aqueles que cada vez mais lutam para garantir o sustento das suas famílias. A igualdade de oportunidade é a base de tudo o que é justo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

(*) **Deputado Mário Tomé** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA traz a debate um tema de extrema importância para os pescadores açorianos. A gestão da quota de pesca do goraz, espécie esta que, só no ano 2024, representou 21 % do valor descarregado em lota, o que corresponde a 8,5 milhões de euros e que é demonstrativo da importância da disponibilidade de pesca a esta espécie.

Quem naturalmente anda pelos portos de pesca conhece as inquietações dos nossos pescadores, que manifestam incerteza, desconfiança e preocupação com o presente perante o atual momento em que se encontra o setor pesqueiro e naturalmente com o futuro.

Preocupação, porque o Governo anuncia a privatização da Lotaçor, mas o setor nada sabe. Não conhece quais são as suas verdadeiras intenções, se é para alienar alguns

entrepostos frigoríficos, se é para privatizar as lotas, se é para alienar os equipamentos portuários. Mas, afinal, o que pretende fazer o Governo com a Lotaçor? Esta é uma empresa importante, estratégica para o setor da pesca, que não pode nem deve estar sujeito a esta incerteza.

Preocupação dos pescadores açorianos com o que vai acontecer em setembro, aquando da implementação das áreas marinhas e se não houver um retrocesso, no que diz respeito ao salto e vara e a captura do atum em determinadas reservas, com a proibição da pesca ao atum nos bancos de pesca, nomeadamente no Princesa Alice, no Condor e na reserva das Formigas e que se confirma que exercem a pesca ao atum nesta reserva mais de três dezenas de embarcações de pesca ao atum, ao contrário do que foi afirmado, recentemente nesta Casa, que o PS estava a defender o interesse de dois armadores de pesca, quando de facto o interesse do Partido Socialista é defender os interesses de todos os pescadores açorianos. Sempre foi assim e sempre assim será.

O Sr. Secretário Regional anuncia às associações de pesca um corte no seu financiamento que poderá colocar em causa o funcionamento das mesmas. Mas afinal...

Presidente: Sr. Deputado Mário Tomé, nós estamos a discutir uma resolução sobre o goraz, não uma política regional de pescas.

O Orador: Mas isto tem a ver com o goraz, Sr. Presidente, se me permite. Aliás o senhor já deu a amplitude noutras situações…

Presidente: Eu estou a aguardar que o Sr. justifique esse enquadramento.

O Orador: Eu já vou justificar, se me permite, Sr. Presidente. Muito obrigado.

Presidente: Eu aguardo com expectativa.

O Orador: Portanto, um corte poderá colocar em causa o funcionamento das mesmas, mas afinal o Sr. Presidente do Governo diz que não, que vai assegurar o financiamento. Mas, afinal, Sr. Secretário, porque é que há a necessidade de sujeitar os pescadores açorianos a estas indefinições, a estas incertezas, que em nada contribuem para a confiança dos pescadores açorianos? E é isso que os pescadores açorianos precisam da parte do Governo dos Açores: de confiança, de estabilidade e de garantia.

Só assim, Sr. Secretário, teremos um setor robusto, com confiança no futuro e seguro que é preciso renovar e inovar com garantias perante os novos desafios, que o mesmo setor estará sujeito, como o rejuvenescimento, os efeitos das alterações climáticas e a política comum de pescas que deve privilegiar os países e as regiões que adotem pescarias sustentáveis, como é o nosso caso e amigas dos oceanos. Isto não está a acontecer, continuam a privilegiar a pesca industrial que destrói ecossistemas marinhos e nada contribui para a sustentabilidade dos oceanos. Todos nós temos essa obrigação, enquanto região que pesca sustentavelmente, de exigirmos a quem defende a política de pescas uma diferenciação, relativamente à questão das quotas de pescas e falo especificamente no atum.

Ainda ontem, o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Alimentação afirmou no debate sobre a agroindústria — já vamos chegar lá, a gente tem 20 minutos portanto e com certeza me dá alguma amplitude para poder chegar ao mais importante que é a questão que eu também vou levantar ao Sr. Secretário — sobre a questão, e bem, dos términos dos rateios e isso é fundamental e tem sido importantíssimo para os nossos agricultores. Curiosamente, na primeira oportunidade e no último pagamento do dito POSEI Pescas, o Governo dos Açores fez um rateio, não pagou a totalidade que os pescadores açorianos tinham direito e para não utilizar este termo rateio deve utilizar o termo que é de facto pagou parte das capturas efetuadas relativas a determinadas espécies e não pagou o excedente do que de facto os pescadores e a Região teriam direito a esse financiamento e competia à Região e devia ter feito como fez na questão do POSEI aos agricultores.

Secretário Regional do Mar e Pescas (Mário Rui Pinho): Não é verdade!

O Orador: Devia ter feito, mas a verdade é que o Governo não pode ter tratamento diferenciado. Faz e bem, paga o POSEI na totalidade aos agricultores, deve fazer o mesmo aos pescadores porque, a não ser que o setor das pescas não faça parte deste Governo, que obviamente sabemos que o faz.

Como se não bastassem as incertezas da própria atividade da pesca, quer por razões

climatéricas de períodos de maior ou menor abundância, como é o caso dos atuns, como é o caso das lulas, os pescadores açorianos, Sr. Secretário, hoje, dia 4 de junho, continuam na incerteza e na incerteza, Sr. Presidente — e vou lá direto ao assunto que o senhor pretende, mas obviamente eu tinha de fazer esta introdução — porque o que pretendem saber os pescadores açorianos, neste momento, é qual é a quota de goraz disponível para o segundo semestre. Por isso, obviamente o projeto de resolução do CHEGA é extremamente importante. É que nós estamos no dia 4 de junho e nós não sabemos, os pescadores açorianos não sabem qual é a quota disponível, qual é o corte que vão ter, de que forma é que vão gerir a sua quota. E é essa pergunta, Sr. Secretário, e estas preocupações porque… Sr. Secretário, digo isto de uma forma aberta que até fora deste contexto a gente se conhece e não digo isto, não é o Mário Tomé a dizer, não é o Partido Socialista a demonstrar estas preocupações, é o contato que nós temos diretamente com os pescadores açorianos, porque até do ponto de vista dos rendimentos, a situação está muito estável, o que é muito importante e discordo completamente do que disse o deputado do CHEGA, José Pacheco, que o setor está a colapsar. Não, o setor das pescas é um setor extrativo. Há períodos de maior ou menor abundância, por n razões e porque a realidade da pesca é diferente de ilha para ilha. Mas, há uma coisa que não pode ser diferente: é fundamental a questão da estratégia, é fundamental os pescadores açorianos lá fora perceberem, quais são as garantias que têm o Governo Regional, relativamente a uma questão que é importante para eles que é a disponibilidade de quota para o segundo semestre do goraz.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado Nuno Barata, faça a favor, tem a palavra.
(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do

Governo:

Para falarmos da repartição de quota de goraz, da perda de quota que a Região já teve nos últimos anos, 10 minutos seria muito pouco, 2 horas ainda seria pouco, uma tarde inteira seria pouquíssimo tempo. Até porque há um histórico e esse histórico obriga-nos a ir a 2005, data em que foi estabelecida, pela primeira vez, a quota de goraz para a Região Autónoma dos Açores, com base no histórico de capturas entre 2000 e 2005, e isso obrigaria a fazermos uma retrospetiva demasiado longa desse processo. Um processo todo ele, do princípio ao fim, mal conduzido.

Há uma primeira portaria que aplica à Região a diretiva comunitária que diz o seguinte: a quota será distribuída pelas embarcações de pesca da Região Autónoma dos Açores, de acordo com o seu histórico. Alínea d): nenhuma embarcação pode pescar mais que 30 toneladas. Logo aí, uma portaria feita *ad hominen*, feita para uma pessoa especificamente e que prejudicou três empresas da pesca que eram geridas pela mesma pessoa.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Quem era a pessoa?

O Orador: Não posso dizer. 2005!

Mais, a partir daí, foram só mais disparates e, obviamente, quem ficou a perder com esses disparates foi a Região Autónoma dos Açores. O goraz é a espécie piscícola que mais é valorizada no mercado internacional e que nós capturamos nos Açores e que dá nome às restantes espécies capturadas nos Açores. É comercializado em Espanha como *Pezúgo de los Azores*, especificamente. Os consumidores não querem o goraz de Tarifa, não querem o goraz da costa africana, não querem o goraz de mais lado nenhum, querem o goraz selvagem dos Açores. Comercializado, para terem uma ideia, em 2005, quando as quotas foram estabelecidas no final de 2005 – quando ele é mais valorizado, na época do Natal até aos Reis, em Espanha – já naquela altura, a 22 euros o quilo. Era uma valorização enorme do nosso produto. Tudo isso foi depauperado por o exercício de uma tentativa de agradar a tudo e a todos, prejudicando só alguns.

Deputado José Paulo Sousa (CH): É verdade, sim senhor.

O Orador: Na altura, alertei o Sr. Secretário, alertei o Governo Regional dos Açores e nada foi feito e isto tem de ser dito nesta Casa, por estas palavras. Daí para cá, também ainda não houve um único remendo que servisse.

E, sobre uma coisa que o Sr. Deputado José Sousa disse ali daquela tribuna, que tem a ver com as paragens biológicas, eu tenho muita pena de dizer isso ao Sr. Secretário, mas eu tive quase todos os Secretários das pescas e quase todos os técnicos do DOP (Departamento de Oceanografia e Pescas) a dizerem-me que a paragem biológica não ia resolver o assunto. Quase todos, se não todos. Mas, não tive um único que me dissesse que podia funcionar. Não me deram um único argumento para dizer que a paragem biológica não ia resolver o assunto, um único argumento. "Isto não serve, isto não resolve."

Deputado José Paulo Sousa (CH): Política pura!

O Orador: Mas, eu, que andava lá, sabia que, entre janeiro e abril, o goraz vale muito menos, muitíssimo menos, do que no segundo semestre do ano, até porque depois tivemos o advento do turismo que veio levantar o preço na época em que ele antes era barato, que era o verão e, entretanto, sabia também a quantidade de fêmeas ovadas que nós capturávamos e que descarregávamos nas lotas dos Açores. Só num dia, uma embarcação aqui a trabalhar no canal de São Jorge-Pico, descarregou aqui na lota da Horta 6 toneladas de fêmeas ovadas e chamou-se o Secretário na altura para ir lá abaixo ver.

Aplausos do Deputado José Sousa (CH).

A resposta foi: "Não tivesse pescado!" Como se isso fosse resposta.

Portanto, nós temos de olhar para esse assunto com muita clareza e com muita frieza, porque isto é muito sério para o futuro das pescas dos Açores.

Nós temos de ter medidas e, até que me provem ao contrário, a paragem biológica é

uma boa medida para garantir a sustentabilidade da pesca do goraz na Região Autónoma dos Açores, porque a pesca do goraz na Região Autónoma dos Açores é o que traz dinheiro para o bolso dos pescadores e dos armadores dessa Região.

Muito obrigado.

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem dito.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (PSD): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este projeto de resolução que hoje estamos a debater nesta Casa e que foi trazido pelo Partido CHEGA tem como um dos pontos resolutivos o fim de distribuição de quotas por embarcações ou por ilhas. Pretende a criação de um monte muito comum, onde todos os armadores, de todas as ilhas, possam ir buscar a este monte.

Isto acontece porque em algumas embarcações, de algumas ilhas dos Açores, esta quota para o primeiro semestre já terminou.

Neste sentido, é nosso entendimento que é preciso também criar algumas respostas para que nenhum pescador fique efetivamente para trás.

Logicamente, é uma situação que temos de repensar e pensar, mas é importante também referir que, em primeiro lugar, a questão das quotas é uma posição da União Europeia. A atual distribuição resulta de decisões do setor e da Federação das Pescas.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Más decisões.

Deputado Francisco Lima (CH): Vai fazer como Pilatos… lava as mãos!

O Orador: Se são más, ou se são boas, este Governo tem por hábito, e tem sido assim, ouvir o setor e que seja o setor a decidir o que pretende para as pescas nos Açores.

Em democracia, a maioria é que ganha e, …

Deputado Francisco Lima (CH): Os pescadores é que são a maioria.

O Orador: … neste sentido, se nós temos oito, nove associações que defendem que a quota tem de se manter é difícil para nós estar a alterar esta situação.

Mas, no entanto, queria colocar algumas questões e que é legítimo questionar: se criamos um mundo comum de quota, não estaremos a permitir que embarcações de maior porte e de maior qualidade técnica possam, acima de tudo, também ficar com grande parte da quota? Não estaremos nós a acentuar ainda mais a desigualdade neste setor desta forma? E também, uma vez que a portaria já permite a possibilidade de cedência de quota entre ilhas, …

Deputado José Paulo Sousa (CH): Que ninguém cede.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não cede? Então veja o gráfico.

O Orador: … julgo que essa situação poderá ficar resolvida desta forma.

No passado, já houve cedência em várias ocasiões, em vários anos. Repito, no passado já houve essas cedências de várias ilhas para vários armadores. Se a portaria permite, acho que também temos de acreditar que essa situação pode acontecer, porque sim, não concordamos que nenhum pescador possa ficar para trás.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Há também dois pontos resolutivos importantes nesta área que é o estudo para a época de defeso e o aumento do tamanho mínimo de captura. Nós concordamos com esse estudo, aliás, num passado também já o defendemos. Há quem defenda que não se deve parar por completo nos 3 primeiros meses da desova, por constrangimentos do mercado, mas acreditamos que, se podemos fazer de tudo para que o goraz seja pescado na altura em que ele vale mais, teremos de tomar esta posição.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E se queremos ter goraz.

O Orador: Quanto ao aumento do tamanho mínimo do peixão, é preciso não esquecer que esta medida poderá criar mais constrangimentos a alguns armadores, uma vez que o peixão é uma das pescarias também que nos Açores mais se pescam.

Mas não tenho dúvida nenhuma que é importante para nós percebermos que, em

democracia, é preciso respeitar as maiorias. E, nesta primeira fase, Sr. Secretário, sei que tem feito um trabalho extraordinário na defesa das pescas nos Açores, um trabalho extraordinário ao defender aquilo que é uma pesca de respeito ambiental. Sei que tem feito esse trabalho junto da comunidade europeia, para que haja uma diferenciação positiva pela pesca que se pratica nos Açores.

Sabemos que a quota e o futuro da quota é uma incerteza nesta altura, mas não podemos concordar com a União Europeia. No local onde mais se pesca de forma sustentável, que haja quem queira continuar, de certa forma, a prejudicar com a redução das quotas. Os pescadores açorianos têm de ser vistos, junto da União Europeia, como benfeitores, como gente de bem, como heróis, e não, muitas vezes, como malfeitores, ou, pura e simplesmente, pessoas que não querem o bem da pesca.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Contamos consigo, Sr. Secretário, para continuar a lutar, juntos, rumo àquilo que nós pretendemos, que é o maior respeito da comunidade europeia, para que as quotas não continuem a ser reduzidas, como acontece há muitos anos.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A gestão da quota de goraz é um tema que há muito acompanha o debate sobre a sustentabilidade da nossa pesca e dos nossos recursos marinhos nos Açores.

Mais do que uma mera limitação, esta quota é, na verdade, uma ferramenta essencial para garantir a preservação da espécie, o equilíbrio do ecossistema marinho e uma

garantia de que haverá futuro na pesca do goraz.

Felizmente, hoje, muitos dos nossos pescadores compreendem isso, percebem que a sustentabilidade não é só uma responsabilidade, mas também uma oportunidade.

Ao contrário de outros tempos, em que se procurava capturar o máximo num só dia e de uma só vez, hoje vemos práticas mais responsáveis e inteligentes. Em vez de apanhar, por exemplo, uma tonelada por dia, vemos apanhar, por exemplo, 100 kg durante 10 dias, o que lhes permite alcançar um rendimento superior.

Esta abordagem traz duas vantagens claras. Por um lado, protege a espécie e o ambiente marinho e, por outro, permite uma melhor organização do escoamento do pescado, contribuindo assim para uma maior valorização do produto no mercado e mais rendimento para os pescadores.

Em suma, o que verdadeiramente importa é garantir que o goraz continue a fazer parte da nossa biodiversidade marinha e que todos, e não apenas alguns pescadores, possam receber um preço justo pelo seu trabalho, o que ficou salvaguardado pelas alterações feitas por este Governo da coligação à repartição da quota da espécie do goraz.

Não está tudo feito, mas é este o caminho que devemos continuar a trilhar: o da sustentabilidade, da valorização e da responsabilidade partilhada.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor.

(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, não querendo puxar o assunto do atum, porque eu acho que isto é para um debate posterior, mas puxando aqui o assunto das reservas, da criação de áreas

marinhas protegidas, do aumento do tamanho mínimo de captura, do aumento da fiscalização e da fuga à lota, estabelecimento de períodos de defeso e a revisão dos tamanhos mínimos de captura foram propostos, na altura, por um Secretário vosso, que era o Sr. Fausto Brito e Abreu, …

Deputado Mário Tomé (PS): E bem.

O Orador: … e agora os senhores estão preocupados com as áreas marinhas e querem adiar e criar aqui… sim, sim, mas na altura, que agora é vosso Deputado, que não está aqui hoje com todo o respeito, e que era Presidente da Federação das Pescas, disse assim: "nós estamos de acordo com praticamente todas as medidas propostas pelo Governo. O que pedimos é que elas passem o mais rapidamente possível do papel à prática." Hoje, 10 anos depois, já não é para passar à prática, é para ir adiando.

Nomeadamente, sobre o Governo não poder decidir nem ir contra o setor, meus senhores. Governo anuncia redução dos limites máximos de captura do peixe imperador. Porquê? Para controlar a sustentabilidade da espécie, para todos poderem apanhar ao longo do ano. Mas não existem quotas por ilha, nem por embarcação. Porquê? Não vos preocupa, porque a concentração das capturas está só em uma ou duas ilhas. Não há que pensar nos outros das outras ilhas, não é? Só vos preocupa defender os interesses de alguns. Mas, eu já disse isso aqui e continuo a dizer as vezes que forem precisas. Nomeadamente, a pesca do peixão, que o senhor disse que é muito importante para alguns e que representa uma grande parte das capturas, vou explicar-lhe porque é que representa uma grande parte das capturas: não tem mais nada para apanhar, porque durante muitos anos nunca houve fiscalização nenhuma. Ainda continuamos com este problema, mas já há mais sensibilização da parte dos pescadores.

Só que vou-lhe dar aqui um dado: em 2024, a pesca do peixão de 400 a 600 representou 22 % das capturas, mas apenas 13 % do rendimento, enquanto o goraz da medida, que é o de 800 a 1,2 kg, representou o dobro disto, cerca de 40 %, mas mais de 50 % do rendimento, com um preço médio de 22,56 €.

Portanto, nós temos de criar um equilíbrio de mercado, que permita ter a maior

vantagem possível dessa espécie e enquanto não se aumentar o tamanho mínimo de captura e também se colocar limites diários de captura, se assim necessário for, para que não haja também o que nós sabemos, que há alguns que pensam que a quota é só sua, como fazem no imperador. Isto não é problema nenhum, agora temos é de ter igualdade de oportunidade à partida para todos.

Quando as quotas foram feitas, existiam nas Flores 14 embarcações, com algumas embarcações a terem 4 toneladas por ano de possibilidade de pesca do goraz. Hoje em dia, temos 22 embarcações profissionais licenciadas para a pesca do goraz, que podem pescar 250 kg num trimestre. Se isto não é gozar com o histórico de alguns, eu gostava que os senhores me dissessem o que é que isso representa então. Porque se é para respeitar o histórico de alguns, que respeitemos o histórico de todos, de toda a Região. E o histórico de algumas ilhas é mau, porque no ano em que aquilo foi implementado, o escoamento do pescado era péssimo, havia dois ou três voos por semana. As pessoas não se dirigiam à pesca do goraz, porque não tinham por onde escoar. Portanto, não podemos ter essa comparação com os dias atuais, porque as embarcações já não são as mesmas, o número de embarcações já não é o mesmo e a capacidade de escoamento também já não é a mesma.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Congratule o Governo.

O Orador: Diga?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Congratule o Governo pelo número de voos.

O Orador: Congratular o Governo?! Ó senhor, pelo amor de Deus, tenha paciência. Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Havia de chegar o dia que nós víssemos neste Parlamento, e ainda bem que chegou e não posso deixar de assinalar, que o PSD viria a debate criticar as imposições da União Europeia. Havia de chegar esse dia, porque essa é uma realidade que o PSD sempre disse que era para cumprir e que não era sequer discutível. Na nossa opinião, tudo é sujeito a debate e a crítica e ainda bem que o PSD finalmente o reconhece.

Ora, este assunto da repartição da quota de goraz é um assunto importante e é importante fundamentalmente porque esta espécie é extremamente relevante para o rendimento dos pescadores e é extremamente relevante para a sobrevivência da pesca nos Açores.

E só há pesca se houver uma coisa muito simples: recursos, peixe.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E são escassos.

O Orador: Esta espécie, sendo tão importante, deve ter uma gestão rigorosa para permitir que a pesca sobreviva e que haja quem possa viver da pesca. Esse deve ser o objetivo primordial. Antes de ir à proposta, eu socorro-me daqueles que são os dados que a Federação de Pesca entregou à Comissão, relativamente às capturas dos últimos 10 anos. As quotas que são atribuídas à Região dos Açores, nos últimos 10 anos, não foram esgotadas nos últimos 9 anos. Ou seja, o problema não tem estado na quota, o problema está muito provavelmente no recurso. Houve certamente anos, no passado, em que se conseguia pescar mais do que a quota atribuída, e isso já aconteceu, mas o que é certo é que não tem sido possível e isso tem de nos fazer questionar se o problema está na quota ou está, efetivamente, no recurso.

E para garantir que há sobrevivência do setor e dos recursos, nós temos de os gerir bem e nós tivemos, infelizmente, uma quota mais reduzida ou pelo menos uma indefinição relativamente ao que será o futuro, quanto à quota deste ano. Isso gera incerteza, gera preocupação, sabemos das dificuldades que houve e dos problemas de ausência de dados nos últimos anos. É necessário e em Comissão percebemos que essa matéria estará ultrapassada. Agora, o que não se percebe é o que é que a proposta resolve do

problema que nós estamos a tratar, que é da falta do recurso, porque a distribuição da quota entre ilhas é uma distribuição possível. Poderão existir outras, podemos discutir se o histórico está bem, se pode ser mais para a esquerda, mais para a direita, podemos ter muitos pormenores sobre esta matéria que é complexa e que, como é óbvio, como estamos a tratar de um recurso escasso, que várias embarcações querem chegar a ele, há sempre conflitos, qualquer que seja a solução e a decisão do Governo, haverá sempre alguém insatisfeito, é impossível nesta matéria agradar a todos.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É verdade.

O Orador: O que eu não sei é o que é que esta proposta propõe, porque propõe que se altere a distribuição ente ilhas, mas não diz qual é a distribuição que se quer e aquilo que pergunto a quem propõe é qual é a solução que quer. Não quer a distribuição que existe. Qual é a distribuição que quer? E deixo esta pergunta a quem nos traz a proposta.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, respondendo à sua questão, e que é muito pertinente, nós não concordamos com esse modelo de gestão, porque cria aqui uma desigualdade muito grande entre ilhas e entre pescadores. Mas, explanando melhor o que é que se pretende, é que exista um modelo de gestão que permita também gerir de melhor forma e de forma a valorizar melhor economicamente a espécie ao longo do ano, mas com igualdade para todos. Ou seja, se for com limites por maré, ou limites mensais, ou limites trimestrais, que sejam iguais para todas as embarcações licenciadas nos Açores, simplesmente para acabar com essa desigualdade que existe.

Espero que tenha respondido à sua questão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Rui Pinho): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este tema é, de facto, muito importante e é importante que o Parlamento discuta este tipo de assuntos, porque impactam muito a vida dos pescadores na Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional, relativamente a esta resolução do CHEGA, tomou uma posição clara em sede de Comissão. Quero agradecer ao Sr. Deputado António Lima pelo enquadramento claro, lúcido, pelo entendimento e resumo que fez daquilo que se ouviu na Comissão.

E o Governo, relativamente a esta matéria, Sr. Presidente, tem uma posição clara que, relativamente ao ponto 1, não recomenda que se faça a liberalização da divisão da quota por ilhas.

Relativamente ao ponto 2, o Governo está disponível e está disponível, Sr. Deputado Nuno Barata, para olhar para os aspetos da parte 2, do tamanho mínimo e também da paragem biológica.

Contudo, cada uma destas medidas tem problemas específicos, técnicos muito complexos, que apesar de termos uma boa intenção em resolver um problema, ao desenvolver a medida podemos complicar severamente e até, quiçá, criar um problema de pressão do estoque.

A razão por que, no ponto 1, não recomendamos a alteração da repartição das quotas, tem a ver com cinco pontos que explicamos muito detalhadamente no processo de audição.

É preciso, em primeiro lugar, compreender que o modelo de gestão resulta do facto da Comissão Europeia ter a exclusividade da gestão de recursos vivos marinhos na União Europeia. O Sr. Deputado João Paulo parece que ainda não percebeu isso …

Deputado Joaquim Machado (PSD): Se fosse só isso…!

O Orador: … e implica com isso que o sistema que é imposto pela Comissão Europeia

é um sistema de TAC (Total Admissível de Captura) e quotas, portanto, os estados-membros têm de implementar o sistema TAC e quotas. Somos livres depois de implementarmos como é que fazemos a repartição da quota, em termos internos.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Aí é que está. O senhor disse tudo agora.

O Orador: O terceiro aspeto tem a ver que este modelo de gestão implementado pela Comissão Europeia — eu expliquei isto de forma muito clara em sede da Comissão — é complexo. Há ainda muitos atores na Região Autónoma dos Açores, e não só, no âmbito da política comum de pesca, que têm dificuldade em entender o modelo, as relações institucionais que o modelo implica, de onde é que vêm os dados, quem é que entrega, quem é que faz as avaliações, quem é que decide as quotas, como é que o processo de quotas é definido, este processo é um processo relativamente complexo. E, portanto, o Governo Regional participa em quase nada nesta definição das quotas.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não funciona, já se viu que não funciona.

O Orador: Mas é o sistema. O senhor pode não gostar do sistema, mas o sistema funciona assim.

Portanto, a participação do Governo é na recolha e no envio dos dados e cumpre esse papel bem. É também, em dezembro, no âmbito do Conselho da União Europeia, trabalhar junto do Governo da República para defender os interesses que o país tem para defender e para defender os interesses que a Região tem para defender e é o que temos feito.

Agora, as associações têm um poder acima daquilo que o próprio Governo Regional tem.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Exagerado. E porque alguém lhe deu.

O Orador: E, é por isso, Sr. Deputado — queira aprender alguma coisa — que os governos — não este, mas todos os governos — têm vindo a trabalhar com as associações e a formar as associações, dando capacitação técnica às associações, para que defendam os interesses da Região nos Conselhos Consultivos Regionais, porque os Conselhos Consultivos Regionais podem alterar as decisões que são tomadas e

podem alterar e podem até interrogar o Conselho Internacional de Exploração do Mar, dizendo que não concordam com essas alterações.

E, portanto, dizer-lhe isto, Sr. Deputado Mário Tomé, o Sr. Deputado pode não saber, o Partido Socialista pode também não saber, a Assembleia pode não saber, mas hoje, todas as associações da Região Autónoma dos Açores sabem exatamente aquilo que lhes espera e estão hoje reunidos via online a discutir, não um, mas cinco modelos possíveis para a repartição da quota na Região Autónoma dos Açores. E esta é a maneira por onde temos de ir.

Deputado José Ávila (PS): Mas qual é a quota?

O Orador: A quota, Sr. Deputado, são 276 toneladas até junho e são cerca de mais de 120 toneladas de junho até dezembro.

Portanto, a quota são 390 e poucas toneladas, como aliás já eram das recomendações provenientes da Comissão Europeia e das recomendações que foram feitas ao ICES (Conselho Internacional para a Exploração do Mar) da Comissão Europeia. E isto vem na sequência daquilo que disse o Sr. Deputado António Lima, o problema está na avaliação do bom estado do estoque que, neste momento, como sabem, está classificado atualmente como sobre-explorado. E o que é que fazemos a um estoque sobre-explorado? Tentamos geri-lo o melhor que sabemos. E é o que estamos a fazer.

Quero, por último, chamar a atenção do seguinte. O Secretário não tem emoções relativamente a esta matéria. Se a Assembleia, se as associações assim concordarem, o Governo não implementaria esta medida , porque sabe o que é que vai acontecer. E porquê que o Governo sabe o que é que vai acontecer? Porque o que nós temos, em cada uma das ilhas, são diferentes meta populações desta população. Ou seja, cada ilha tem como se tivesse uma população do goraz e essas populações são alimentadas umas das outras, por relações de estoque-recrutamento que têm a ver com aquelas relações da distribuição dos ovos, a distribuição das larvas e sabemos uma coisa, é que os juvenis apenas aparecem nas costas das ilhas, não aparecem em mais lado nenhum. E, portanto, todo o estoque desovante que está em qualquer monte submarino migra

sempre para as ilhas e, portanto, toda a migração parte das ilhas para *offshore*. Portanto, as zonas *offshore* são alimentadas, digamos, pelas ilhas. Daí dividir-se todas as ilhas como uma unidade de gestão. É considerada quase uma unidade de gestão única.

Repare que o Governo Regional, e não foi este o Governo, com o apoio da ciência e com o apoio das associações, tomou adicionalmente a medida de proibir que as embarcações de outras ilhas não pudessem entrar dentro do espaço das três milhas.

O senhor vai-me dizer: " ah, mas isso não é controlado." É provável, nós temos esta dificuldade, eu admito isso. Mas é controlado, Sr. Deputado, é controlado, sim.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não é, não senhor!

O Orador: É controlado. Nunca o senhor, por favor, me venha pedir para perdoar um pescador ou um armador que tenha sido autuado pela Inspeção, porque nós não o faremos.

Deputado José Sousa (CH): Mas não é da minha parte.

O Orador: Mas isto tem acontecido, Sr. Deputado. Não por si, mas tem acontecido. Quando se diz que a Inspeção não funciona, não é verdade. Não é verdade, ela funciona. E, portanto, o Governo Regional criou um sistema para a gestão do goraz adaptado àquilo que é a geografia da Região. Nós temos um conjunto de dificuldades práticas para a implementação e para a otimização disto. Temos, é o próprio Secretário que reconhece isso. Eu creio que não há ninguém na Região Autónoma que não reconheça. E, Sr. Deputado Nuno Barata, esta é a razão por que não se diz que são contra a implementação de uma moratória. Para já, primeira questão, a moratória é voluntária ou é obrigatória? É porque quase toda a frota depende da espécie de goraz para sobreviver, como o Deputado António Lima chamou a atenção. Por isso, esta espécie é uma espécie muitíssimo importante na socioeconomia das pescas na Região.

Deputado Nuno Barata (IL): A quem o diz.

O Orador: Portanto, se faz uma paragem obrigatória vai parar uma percentagem muitíssimo significativa de toda a frota. Para além do problema da frota, que pode ou não ser subsidiada e temos de ir à procura do dinheiro para subsidiar isso, temos depois

os aspetos da comercialização. Nós paramos praticamente todo um setor por causa disto. Temos esta dificuldade prática, não é impossível.

A segunda dificuldade tem a ver com sempre que se faz uma paragem biológica está-se à espera, nós temos mortalidade zero, paramos toda a frota, estamos à espera de que no ano seguinte a abundância vá acontecer, mas isso não acontece, os processos biológicos não se passam assim. Nós vamos esperar 5 a 20 anos para ter esse objetivo.

Deputado Nuno Barata (IL): A mortalidade de fêmeas ovadas

O Orador: É claro, o senhor tem toda a razão quando diz, mas eu reduzi significativamente a mortalidade sobre o estoque desovante. Verdade, estamos todos de acordo. Fêmeas ovadas, verdade.

Por último, chamar a atenção do tamanho mínimo. Nós não temos nenhuma restrição do tamanho mínimo. Aliás, não sei se sabe, eu disse isto em Comissão, a Comissão Europeia tinha para este ano já implementado o tamanho mínimo que está implementado nas outras metapopulações, nomeadamente no Mediterrâneo, no Golfo da Biscaia e no continente de 36 cm de comprimento total. Eu achei que não tínhamos condições de implementar isso sem falar com o setor. Por isso, fui a Bruxelas com o Sr. Ministro dizer: "Nós não temos condições para implementar a medida de imediato." Porquê? Porque a medida tem implicações. Quando se passa de 33 cm para 36 cm, há uma componente de comprimento, que é o tamanho do peixe do prato, que se vai perder nessas capturas, bem como esse valor. E vão dizer-me: "Está bem, perde mas depois vai capturar quando crescer." Mas, entretanto, há aqui um impacto económico de curto prazo que é preciso pensar e é preciso que as estruturas estejam preparadas para amortizar esse impacto.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Um impacto temporal.

O Orador: Portanto, o Governo mantém-se aberto para estas discussões, mantém-se aberto para continuar a discussão com as associações, mantém-se aberto para ouvir todos os outros *stakeholders* e está sempre disponível para procurar o melhor sistema e otimizar o sistema.

Agora, quero lhe dizer outra coisa: o Governo identificou um conjunto de pendências com a República que impactam severamente o modelo que nós queremos ter. E, portanto, esta é uma outra discussão que haveremos de ter provavelmente num outro debate que não acaba agora aqui, mas que era importante também para esta discussão perceber até que ponto é que as limitações que a República nos impõe, quer ao nível do controle e da fiscalização, quer ao nível da própria legislação, Sr. Deputado, a República por vezes não reconhece a legislação deste Parlamento, que é uma coisa inacreditável. Portanto, há aqui um conjunto de outros aspetos que nós precisamos discutir neste contexto.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.
Para uma interpelação, tem a palavra Sr. Deputado João Bruto da Costa.
(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.
Presidente: É regimental, regressamos às 16 horas e 28 minutos.

Eram 15 horas e 58 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos lugares

Eram 16 horas e 18 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos então retomar os nossos trabalhos, dando continuidade ao ponto 7 da nossa agenda – Projeto de Resolução n.º 36/XIII. Está inscrito o Sr.

Deputado João Mendonça, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM tem estado, desde o início de 2025, na linha da frente pela revisão do modelo de distribuição da quota do goraz.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu até diria mais, tens estado à frente da linha!

O Orador: Temos defendido, com coragem, uma ideia simples: o atual modelo é injusto, desequilibrado e insustentável para as comunidades piscatórias mais pequenas.

A proposta do CHEGA tem mérito, mas esta luta tem sido conduzida de forma firme pelo PPM, em defesa dos pescadores das ilhas mais isoladas.

Sabemos que esta é uma área onde o peso dos grandes armadores e lotas se faz sentir. Mas a política serve precisamente para equilibrar o que o poder económico desequilibra.

A Federação das Pescas dos Açores tem falhado. Em vez de representar todos, tornou-se um instrumento de interesses só para alguns.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Partidos do Governo a atacar parceiros sociais. Tempos novos!

O Orador: Um exemplo: a Associação de Pescadores da Ilha do Corvo, membro da Federação, tem enviado pareceres que são pura e simplesmente ignorados, nomeadamente que a distribuição das quotas tenha em conta mais do que apenas a média histórica de descargas.

Também recomendou que as quotas possam transitar entre ilhas, considerando o pescado que ficou por capturar em cada ilha.

É do conhecimento geral que há embarcações a operar fora das regras nas ilhas do grupo ocidental. O que é necessário é haver mais fiscalização.

Deputado José Paulo Sousa (CH): É verdade. Muito bem!

O Orador: Esta situação pressiona os recursos locais, enquanto pescadores do Corvo,

Graciosa e Flores ficam sem quota para trabalhar.

A Federação afirma estar a trabalhar num novo modelo de repartição, baseado nos históricos de cada ilha.

Mas o que está, de facto, a tornar-se "histórico" é o tempo que se demora a corrigir o que há muito precisava de ser mudado!

É com o atual Governo PSD-CDS-PPM que finalmente se mexeu onde ninguém queria tocar. O modelo atual está falido.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora bem.

O Orador: Castiga-se os mais pequenos e com consequências sociais e económicas graves.

Fala-se em aumentar o tamanho mínimo do goraz de 33 para 36 cm. Mas esta mudança acabaria com os chamados peixes de calibre 2, os que pesam cerca de 450 gramas e são muito importantes para a economia das ilhas mais pequenas.

Mas concentrar a pesca apenas nos peixes maiores pode reduzir o rendimento de muitos pescadores.

Por isso, o PPM defende um valor intermédio — 35 cm — como solução equilibrada entre proteger a espécie e garantir o sustento de quem vive do mar.

Esta e outras preocupações já foram colocadas num requerimento enviado à Federação das Pescas dos Açores.

O PPM aguarda resposta para poder decidir os próximos passos. Mas se nada mudar, não hesitaremos em reforçar a nossa intervenção.

Esta é uma causa prioritária para nós, até porque os sinais de bloqueio continuam a repetir-se.

Dou um exemplo claro: em 2025, para uma reunião da Federação com os pescadores, os documentos a discutir foram enviados apenas ao final da tarde do dia anterior.

Deputado José Paulo Sousa (CH): E com erros.

O Orador: Isto dificulta a preparação de quem trabalha no setor e enfraquece a participação de quem mais devia ser ouvido.

O PPM recusa a forma como a Federação tem gerido o setor.

Os pescadores das ilhas mais pequenas, incluindo os da ilha do Corvo, não podem continuar a ser prejudicados!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, CH e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Até posso dar razão a esta iniciativa no seu preâmbulo, e tenho exatamente a mesma posição numa determinada parte, mas na outra, emite um contrassenso da sua própria iniciativa, neste caso. Diz que a pesca, por si só, poderá ser insustentável da forma como é feita, mas depois quer que a quantidade que não é pescada seja pescada pelas outras ilhas, o que eu discordo completamente. E, apesar de nós sabermos que, neste caso, a ciência não está muito na moda, a parte empírica parece ser muito mais importante do que os nossos cientistas. Mas, os nossos cientistas também dizem que o rendimento máximo sustentável da parte do goraz está no seu limite, se já não foi ultrapassado. E é preciso ouvir a ciência quando nós somos apenas políticos. Somos decisores, sim, mas temos de ouvir os nossos cientistas no que aos factos se refere.

E também tenho de dar razão ao Sr. Secretário. Nós temos nove ilhas e por isso temos nove áreas de gestão e isto não é como se fosse um grande armazém centralizado que a gente pode ir lá buscar, independentemente da ilha, e retirar o resto que os outros não foram buscar. Isto são "armazéns" — e estou a usar isto de forma não jocosa, mas em tom de brincadeira — são como se fossem sucursais, cada um tem a sua quantidade, e estamos a falar que temos nove áreas completamente distintas e que elas não interagem uma com a outra. Se uma ilha for buscar a quantidade de pesca de outra ilha, não vai buscar o pescado da outra ilha, simplesmente vai buscar as toneladas da quota que é

definida, mas está a retirar ao ecossistema daquela ilha à quantidade que não devia e nós temos de ser totalmente contra esta iniciativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Tem agora a palavra, pelo Partido Socialista, o Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Prometo que vou falar do goraz.

No preâmbulo desta iniciativa, nos seus pontos resolutivos, e também aquilo que foi dito em Comissão a propósito da iniciativa, encontramos alguns equívocos que devem ser esclarecidos.

Esta iniciativa parte do princípio de que a quota para apanhar no primeiro e segundo semestre fica perdida e isso não é verdade.

Quando a União Europeia alerta para problemas no estoque do goraz, o que se propõe aqui é uma espécie de liberalização, ou seja, caminhamos para o aumento do esforço de pesca, retirando as regras instituídas. Como disse ontem a Sra. Deputada Ana Jorge, a ausência de regras tem um nome e chama-se anarquia. Isto seria o caos no setor, não tenho dúvidas nenhumas.

Por outro lado, a possibilidade de um período de defeso ou paragem biológica é uma medida drástica e com isso poderíamos colapsar o setor. Não há pesca dirigida ao goraz. Há pesca de fundo e, para fazer um período de defeso, implica deixar de pescar esta e as outras espécies também.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Falso!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E o mercado, como é que ia funcionar? Pretender abrir a quota a todos e pensar em período de defeso é de facto um grande contrassenso.

Distribuir a quota por embarcações, com a intenção de ser mais justo, esbarra no número de tripulantes de cada uma das embarcações, porque há embarcações que têm

só um tripulante e há embarcações que têm sete ou oito tripulantes. Vamos encontrar aqui uma outra situação injusta.

Também não é verdade que é a Federação de Pescas que gere as pescas nos Açores. Não é verdade. Isto é uma falácia.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Foi o Sr. Secretário que disse.

O Orador: Eu não estou a dizer que foi o senhor que disse. Alguém disse que quem fazia a gestão das pescas nos Açores seria a Federação. Isto não é verdade. É uma falácia. É a Federação de Pescas com o Governo Regional.

Não é verdade que algumas ilhas dependam do goraz a 90 %, como o Sr. Deputado José Paulo disse em Comissão, porque num período acumulado de 10 anos, por exemplo, a Graciosa depende da pescaria do goraz, em termos de valor, cerca de 64 %, as Flores 50 %, o Corvo 49 %, o Faial 39 % e a Terceira 38 %. A necessidade de reajustar a chave de repartição da quota não é o mesmo que acabar com ela.

Deputado José Paulo Sousa (CH):50? Aos anos que a gente não vai ao atum.

O Orador: E eu vou passar a ver aqui algumas informações que foram ditas pelo Sr. Deputado José Paulo Sousa. O Sr. Deputado José Paulo Sousa disse que se deveria mudar o modelo de gestão que tem por base o período histórico de 96 a 2006, já está completamente desatualizado e que já não serve à pesca atual nos Açores, sendo por isso necessário atualizar as quotas de cada ilha. Foi o senhor que disse isso. O senhor está a dar a entender que os períodos mais à frente eram melhores para fazer a divisão desta chave. A ideia com que se fica é essa.

De facto, vendo os números da pesca, no caso das Flores, realmente nota-se que nestes 11 anos que o senhor refere aqui, comparando com os últimos 11 anos, há mais 10 toneladas que foram capturadas na ilha das Flores.

Mas o que nos interessa aqui é a quota do goraz e o que nos interessa aqui é esta espécie. E esta espécie, neste período, 96 a 2005, foram capturadas 390 toneladas. No período de 10 anos seguintes, foram capturadas 326. E no período dos últimos 10 anos, foram capturadas 320. Portanto, as capturas do goraz na ilha das Flores, ao contrário do que

o senhor diz, diminuíram. E não é só.

Aparte impercetível do Deputado José Paulo Sousa (CH).

O problema é que o senhor faz um apelo para se mudar a chave de repartição nas Flores, na Graciosa e no Corvo, as ilhas mais pequenas. Aqui tem mais dificuldades, que eu reconheço e eu sei, mas acontece uma coisa que é o contrário daquilo que o senhor diz. A Graciosa, por exemplo, de 96 a 2005, 809 toneladas. Nos 10 anos seguintes, 2006-2015, 781. Em 2015-2024, 629.

O senhor está a fazer exatamente ao contrário dos estoques mais recentes. Portanto, não percebo como é que pode beneficiar, quer os pescadores da sua ilha, quer os pescadores da Graciosa e do Corvo, com a medida de alterar a chave de repartição. Aliás, se isso acontecesse, ia prejudicar e muito.

Deputado João Bruto da Costa (CH): Isso é verdade.

O Orador: Estes equívocos que têm nesta proposta e no que se disse à volta desta proposta, e que o senhor disse também ali naquela tribuna, desvalorizam a mesma, porque estes equívocos condicionam e muito a sua proposta. A chave de repartição pode ser alterada e deve ser alterada, mas tem de ser com ponderação, não pode ser só com histórico. Só com histórico, vamos prejudicar novamente as nossas ilhas.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Então vamos a isso. Não pode é ficar assim.

O Orador: Sr. Deputado, o senhor com a pressa e a aflição que teve, relativamente à quota do goraz, tomou a decisão de fazer esta proposta, mas quanto a mim, esta proposta tem o efeito contrário. Vai prejudicar os pescadores das ilhas mais pequenas, nomeadamente a minha.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, antes de mais, aquela afirmação que o senhor fez sobre lhe pedirem para retirar multas, ou seja o que for, com certeza não era dirigida a mim. Espero que o senhor diga isto perante esta sala.

Relativamente ao que o senhor falou, da Federação é que tomar as decisões mais importantes e da Secretaria, ou a Direção das Pescas praticamente não terem responsabilidade, ou poder de decisão, custa-me a crer então para que é que temos tanta gente na Secretaria das Pescas ou uma Diretora Regional das Pescas. Custa-me a crer então para que é que esses cargos são necessários. Porque o Governo enquanto regulador e quando vê que as coisas não estão a funcionar bem, tem de agir. É a nossa opinião. Não é uma verdade absoluta, mas é a nossa opinião.

Relativamente às quotas e aos períodos temporais, o Sr. Deputado José Ávila disse alguns dados que creio que não estão muito corretos. O senhor talvez está a incluir as lapas, …

Deputado José Ávila (PS): Não, não. O senhor vai ter de fazer contas, não basta fazer propostas.

Deputado Carlos Silva (PS): Lapas é com o PPM.

O Orador: … está a incluir os polvos, o atum, para dizer que os rendimentos das Flores só 50 % é que são do goraz. Não me parece. Mas vamos tirar aqui uma dúvida.

Deputado José Ávila (PS): O senhor vai ter de fazer contas.

O Orador: Podemos fazer em conjunto se quiser. Diga-me, Sr. Secretário, e relembrando uma proposta que era deste Governo, que era a lota *online* para as ilhas das Flores, do Corvo, Faial e São Jorge e que atualmente já poderiam estar noutras ilhas, porque é que nunca chegou a funcionar? Até porque me lembro também de uma

notícia que tenho aqui — não vou estar agora à procura — do senhor, na altura Deputado, Paulo Estevão (não, já era Secretário), quando inaugurou a lota *online* no Corvo, mas pelo que parece nunca chegou a funcionar.

E vamos ver valores. Como é que o senhor quer, por exemplo, nas Flores, no Corvo ou na Graciosa que os armadores consigam pagar ordenados, com 250 kg de quota por trimestre e suportar as suas despesas, quando as outras espécies como a abrótea são vendidas a 2,6 € o kg, comparativamente com 7,57 € noutras ilhas maiores. Quando a bicuda é vendida a 1,80 € o kg, comparativamente com 5,12 € noutras ilhas maiores. Quando a cavala, nalgumas lotas nem é aceite, porque ninguém as quer e noutras são vendidas a 1,29 € o kg, comparativamente a 2,59 € noutras ilhas. Estamos a falar de uma diferença de valores muito grande. Estamos a falar de uma dificuldade enorme de subsistir da pesca sem ser do goraz e eu não vejo o Governo a tomar iniciativas que resolvam estes problemas. E o senhor diz-me que este modelo de gestão funciona; se funcionasse, nós não estávamos com uma quota atual de 390 toneladas. Isso é brincar com os pescadores, isso é sinal de que o modelo atual não funciona.

Quando me diz também que temos populações diversas nas diferentes ilhas que não se cruzam, também temos de perceber que, tal como a quota é regional — vou dizer, como o Sr. Secretário me disse uma vez — o mar também é dos Açores. E o senhor sabe que existem embarcações que se dirigem para as Flores, para o Corvo, para a Graciosa, independentemente de estarem ou não estarem na legalidade, porque também não vamos estar aqui com a caça às bruxas só sobre isso. Até podem estar a trabalhar de forma legal, mas que numa maré apanham nestas ilhas mais goraz do que 22 embarcações num trimestre. Portanto, não digam que isso é querer sustentabilidade e uma gestão eficiente dos recursos. O que os senhores querem verdadeiramente é deixar como está, e aquele intervalo serviu propriamente para mostrar isso.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu registei a resposta do Sr. Deputado José Paulo Sousa, quanto à intenção que tem no que diz respeito ao primeiro ponto da proposta, que pretende alterar a forma de distribuição da quota, que não está escrito. Ou seja, aprovando uma coisa destas, ficaria nas mãos do Governo alterar como quisesse, porque não está escrito, e por mais que o CHEGA diga que quer fazer isto, não é isso que está aqui escrito, e não é isso que compromete o Governo, mas nós percebemos, de facto, o que é que o CHEGA quer. E, ainda assim, tenho uma dúvida relativamente àquilo que o CHEGA quer, porque quer que se acabe com o histórico e com a distribuição existente. Isso significa duas coisas, só há duas hipóteses. Ou há um monte, e a quota é global e vamos todos pescar rapidamente o que houver, e quem é que vai pescar a maior parte da quota? As embarcações com maior capacidade, e não são as das Flores de certeza, que vão pescar a quota toda. Por isso, quem é que beneficia desta proposta do CHEGA?

Ou então, é a segunda hipótese, que é distribuir a quota de forma igual por todas as embarcações e perguntamos o que é que isso significa para os milhares de famílias que dependem deste recurso que ficarão sem possibilidade de pescar, de um momento para o outro, por via administrativa, e que, durante anos, tiveram acesso a essa quota e, por uma determinação do Governo, deixarão de ter dinheiro para pôr comida na mesa. É essa a proposta do CHEGA. Das duas uma: ou é dar a quota a quatro ou cinco embarcações que terão capacidade de a limpar rapidamente, ou então, é tirar comida da mesa à maior parte das famílias das embarcações que têm vários tripulantes e que têm de sobreviver.

Ou seja, é uma proposta que, na verdade, deixa tudo pior, não resolve nenhum problema e deixa as pescas e quem depende deste recurso e desta espécie numa situação

dramática. Não resolve o problema a ninguém. Olhe, se calhar resolve o problema a dois ou três, mas a maioria ficará pior.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Gomes** (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, permita-me, no início da minha intervenção, fazer aqui um aparte sobre o tema que estamos aqui a discutir, que tem a ver com a quota do goraz, e que não foi ainda falado em nenhuma intervenção nesses dias de plenário, que tem a ver com as eleições do dia 18 de maio. E queria aqui, publicamente, congratular todos os açorianos que exerceram...

Protestos na Câmara.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Amanhã são votos de congratulação. Aproveite.

Presidente: Sr. Deputado, esse aparte, como o senhor classificou, não tem enquadramento regimental.

O Orador: Sr. Presidente, permita-me que discorde, porque é assim: nós temos de reconhecer o dever cívico que foi exercido por todos os açorianos e todos os políticos que estão aqui nesta Casa têm de trabalhar para que cada vez mais os açorianos acreditem na política, acreditem nos políticos e cada vez exerçam o seu direito de voto.

Presidente: Sr. Deputado, encontrará outras figuras regimentais para o efeito.

O Orador: Era essa a referência que queria fazer, Sr. Presidente, mas não a vou fazer. As bancadas que sentiram incómodo neste meu aparte ganharam porque não vou poder fazer essa referência aos açorianos.

Relativamente ao tema em questão, este projeto de resolução que o CHEGA nos traz aqui, é mais uma prova de que o setor das pescas é um setor muito complexo, ao contrário de outros setores, como a agricultura, desporto e outros mais.

Ruído na sala.

Bem, reiniciando a minha intervenção, novamente, pela terceira vez. O setor das pescas é um setor que é muito diferenciador em relação a muitos outros setores da economia dos Açores, porque somos nove ilhas, e nessas nove ilhas temos diferentes realidades. Portanto, não é só uma realidade açoriana. Temos nove ilhas, cada uma tem a sua opinião, cada uma tem a sua ideia daquilo que deverão ser as regras e aquilo que deverá ser o setor das pescas. O que torna muito difícil, naturalmente, o trabalho do Governo Regional, no âmbito das pescas. E, portanto... Agora, perdi-me um pouco.

Deputado Berto Messias (PS): Não é só agora, Sr. Deputado!

O Orador: É importante referir que as quotas, naturalmente, têm sido decididas pela Federação das Pescas, em articulação e em votação de todas as associações que representam o setor, nas nove ilhas dos Açores.

A quota de goraz é uma quota que já vem desde 2006 e é importante referir esta data, 2006, através da Portaria n.º 40/2006. Portanto, torna-se difícil aqui perceber o porquê de agora ser um problema e quando não foi desde 2006.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Foi sempre um problema.

O Orador: E as regras, como disse há pouco, são sempre definidas pelo setor e não podemos aqui colocar a responsabilidade em cima do Governo Regional. Ainda ontem, aqui no Plenário, debateu-se aquilo que eram as competências do Governo. Portanto, mais Governo na sociedade, menos Governo na sociedade. E agora, uma distribuição das quotas, que já vem desde 2006 e que tem sido decidida pela Federação e, mais uma vez, volto a referir, com o apoio da maioria das associações, portanto, querer agora que o Governo é que altere as regras a meio do ano e a meio de jogo, parece-nos que não é o mais adequado.

Por fim, queria também referir aqui uma situação que foi também já abordada hoje, uma espécie de crítica à Lotaçor que é a seguinte: acho que é um pouco injusto falar

da Lotaçor, em especial os seus funcionários, …

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não é nos funcionários, é na gestão. Os funcionários só fazem o que lhes compete.

O Orador: … porque os funcionários da Lotaçor, desde sempre, nunca fizeram greve, estiveram sempre ao lado da empresa. Mesmo no tempo dos congelamentos de vencimentos, protagonizados pelos governos de José Sócrates, através do PEC (Programa de Estabilidade e Crescimento) 1, PEC 2 e PEC 3, mesmo nesta altura, os funcionários da Lotaçor sempre se mantiveram fiéis à sua empresa.

E mais, e são muitos os funcionários da Lotaçor, espalhados pelas nove ilhas de Açores, que já foram chamados muitas vezes a trabalhar em dias de folga, em dias de férias, sem para isso exigir mais um cêntimo, ou mais um dia de férias. Portanto, acho que foi um pouco injusto e é preciso sempre reconhecer o trabalho que os funcionários da Lotaçor desempenham nesta empresa que é muito importante para o setor das pescas dos Açores.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça favor.

(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, deixe-me responder aqui ao partido que, com menos 7 mil votos, pôs um deputado a mais que os nossos 5 mil, já que quis falar nisso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Se vocês quiserem que a gente saia para estarem mais à vontade, a gente sai.

O Orador: Temos aqui um estudo que alerta para a sobrepesca do goraz, do pargo e

do boca negra na Região. Quando nós diminuímos a pesca de uma espécie, vamos ter de começar a sobre-explorar ainda mais as outras espécies, nomeadamente as que têm mais valor e que conseguem equilibrar o sustento dos pescadores.

Também, falando do aumento do tamanho mínimo, e vou tentar explicar isso de uma forma simples, para 2 kg de goraz, com exemplares de 400 gramas, precisamos de 5 exemplares. Se forem com exemplares de 500 gramas, já só precisamos de 4. Portanto, consegue-se mais sustentabilidade, pescar menos exemplares para o mesmo volume de pesca e aumentar o valor económico, porque é mais bem pago. Quando falamos do peixe do prato, se o peixe for grande demais, cortem-lhe a cabeça. Ninguém tem de andar aqui a vender peixe barato. Sobre a gestão, ou melhor falando, não é uma liberalização completa da quota, nem da espécie, mas, como fizeram com o imperador, que é um bom exemplo, e que eu reconheço que é um bom exemplo, e vou exemplificar porquê. Antes, a quota do *Beryx* às vezes a meio do ano já tinha acabado e era vendida a um preço médio de 20 euros por quilo. Quando colocaram limites de captura diários, diferenciados para embarcações locais e embarcações costeiras, porque são diferentes, porque empregam mais pessoas as costeiras — mais famílias dependem — mas passamos de um valor médio, a rondar os 20 euros, para mais de 50 euros por quilo de imperador. Isto, sim, é um modelo eficiente, que valoriza economicamente uma espécie ao longo de todo o ano. Portanto, se é possível fazer com os *Beryx*, diga-me, Sr. Secretário, porque é que não é possível fazê-lo com o goraz e equilibrar até a oferta do mercado, fazer com que o valor aumente e seja alto, ao longo de todo o ano, mas com igualdade de oportunidade, para todos os pescadores? Acho que não é muito difícil. Com todas as desculpas que já foram dadas aqui, tanto de uma bancada como de outra, só para dizerem que vão votar contra. Ó senhores, pois eu espero que alguns pescadores tirem as satisfações com esses Srs. Deputados. De resto, eu não tenho mais nada a fazer.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado. Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este é de facto um tema deveras importante para todos os Açores, porque ele diz respeito, conforme tão bem explanou o Sr. Secretário Regional, a uma das pescas mais importantes e uma das espécies mais importantes para a economia do setor das pescas na Região.

E aparentemente, e também isso já resultou do próprio debate e das intervenções, aliás, de alguns deputados até que trabalham com este setor, ou que vivem em comunidades próximas deste setor há muitos anos e que conhecem bem as contingências que estão em volta dos problemas que têm vindo a surgir. E o Sr. Deputado José Paulo Sousa apresenta aqui uma resolução que agora, como se viu pela sua intervenção, esta última, dá a ideia que está a defender os pescadores da sua ilha, mas não está, está a prejudicar os pescadores, como, aliás, já foi dito pela bancada do Partido Socialista. Se isto fosse assim como o senhor quer, nomeadamente, liberalizando para um bolo a quota do goraz, o que ia acontecer era serem prejudicados os pescadores das Flores, da Graciosa, do Corvo e, eventualmente, até de outras ilhas. O que eu não compreendo na sua argumentação é que, aparentemente, o senhor dá a ideia de querer defender os pescadores da sua ilha, mas está, efetivamente, numa contradição tremenda. Porque, repare, o senhor diz que, a certa medida, não se deve apanhar peixão. Isso é um erro. Que o peixão tem um valor mais reduzido, na generalidade é verdade, e que, no caso das Flores, as Flores estão a ser prejudicadas. Mas deixe-me dizer-lhe uma coisa, o ano passado, o ano todo de 2024, a quota que estava atribuída às Flores eram 31 toneladas. As Flores capturaram 26 toneladas. Não atingiram a cota. Mas, mesmo assim, dessas toneladas de peixão e goraz que apanharam, apanharam 16 toneladas de goraz e 12 toneladas de peixão.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Diga quanto é a quota este ano.

O Orador: A questão que eu lhe vou perguntar é a seguinte: se os pescadores das Flores tivessem sido impedidos de apanhar esse peixão viviam do quê? Das 16 toneladas que tinham apanhado de goraz durante o ano inteiro e isso ia chegar? O senhor não pode dizer que não apanharam porque não tinham quota, porque não esgotaram, em 4 toneladas, a quota, o ano passado. Na maioria, o sistema, com os seus defeitos, e ainda bem que as associações e a Federação estão reunidas e a conversar, porque eu penso que o bom senso e o equilíbrio vão fazê-los também perceber e tem-nos feito perceber que há, de facto, necessidade de ajustar esta chave de repartição, nomeadamente, porque, em certa medida, algumas ilhas ficam sempre aquém daquilo que são as suas potencialidades, como é o caso da Graciosa e das Flores.

Mas no caso das Flores, Sr. Deputado, eu não compreendo a sua argumentação porque, desde 2015 até agora, apenas em 2 anos — se não estou em erro — as Flores não receberam a quota que estava com outras ilhas. E portanto, as Flores nunca foram impedidas de pescar o goraz e o peixão que quiseram e que puderam, porque tiveram sempre quota a mais do que aquela que inicialmente estava distribuída. E, portanto, aquilo que o senhor está a dizer que deve ser feito, numa generalidade, é feito com contenção, com conta, peso e medida, porque também a Graciosa, quando esgota a sua quota, e outras ilhas que têm quota em excesso e que não conseguem capturar, transferem a quota e isso vem da articulação entre as próprias associações, entre a Federação das Pescas e como decisão final do Governo Regional. Mas é ouvindo o setor, é trabalhando com as pessoas e é sabendo das dificuldades e não criando aqui uma liberalização do setor, …

Deputado José Paulo Sousa (CH): Eu acho que a liberalização faz-vos mal!

O Orador: … no sentido em que, como disse aqui o Sr. Deputado António Lima, quem ia beneficiar eram os maiores, e os pescadores das Flores, da Graciosa e do Corvo iam ficar a ver a distribuição da quota ser para aqueles que melhor podem apanhar. Para além, também, de uma questão que foi aqui referida, que é muito importante, é que

nem todas as embarcações têm o mesmo número de tripulantes.

E portanto, o senhor estava a dividir quota por embarcações de uma forma totalmente injusta e que não tem em conta o esforço, não só do setor em cada uma das ilhas, como não tem em conta o esforço também que é preciso fazer de uma gestão da quota.

Este problema surgiu, Sr. Deputado, e eu aí tenho que aceitar que o senhor, tendo começado agora eventualmente a olhar para esta realidade de uma forma mais politicamente atenta e tendo a obrigação, também como representante dos açorianos nesta Casa, fazer valer aquilo que são as suas opiniões, este problema surgiu este ano, porque algumas ilhas, no final do primeiro trimestre, tinham eventualmente a quota no limite e praticamente esgotada. Se bem que, não sei se foram por muitos dias que a quota se esgotou nessas ilhas. Mas os pescadores da Graciosa, das Flores também souberam olhar para o seu problema e tentar encontrar soluções que os beneficiassem, nomeadamente através de captura para obter melhor preço. Ora, se o senhor tivesse esse sistema — como está a dizer — se calhar no primeiro trimestre tinha atribuído quota para ir pescar peixe que era mais desvalorizado no mercado e, portanto, o senhor ia esgotar quota eventualmente com peixe sem valor.

Eu percebo a sua aflição de querer corresponder a uma necessidade imediata que surgiu por um problema que se tem vindo a avolumar, pela falta de quota que tem vindo a diminuir e que, conforme foi agora demonstrado, está em sobre-exploração. Nós queremos que esta espécie seja capturada, atendendo ao seu valor económico e social nos Açores e que a União Europeia também tenha em conta aquilo que são as dificuldades que nós atravessamos neste setor e a importância que o goraz tem neste setor.

Não podemos é, em jeito de alguma observação menos cuidada — conforme o senhor certamente deve ter percebido, de todas as intervenções que me antecederam — arranjar mais problemas do que aqueles que já existem e estragar ainda o pouco que há de possibilidade de conversação, de articulação e de uma boa gestão para que as Flores continuem a apanhar aquilo que efetivamente conseguem apanhar, que a Graciosa

possa apanhar, com mais valor, aquilo que efetivamente consegue apanhar e para que ninguém nos Açores deixe de ter a possibilidade de obter um bom rendimento com esta espécie e da forma melhor gerida que ela tem de ser. Mas, para isso, Sr. Deputado, não é tirar das associações, dos representantes dos pescadores, como o senhor disse há pouco, que achava que os representantes dos pescadores não os representam, mas ao mesmo tempo que diz isso o senhor está a retirar da equação aqueles que efetivamente devem defender e defendem, como eu estou certo, na sua larguíssima maioria os pescadores dos Açores e os pescadores das nossas ilhas.

Muito obrigado.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não são todos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que já muita coisa foi dita sobre esta matéria e queria só confirmar que, de facto, nós temos de fazer alguma coisa relativamente a esta questão.

Mas, Sr. Deputado — e agora eu vou dizer bem, José Paulo Sousa, para não ficar ofendido — queria-lhe só dizer que mudar a chave de repartição agora… Nem sequer sabemos quando. Quando é que o senhor queria mudar a chave de repartição? Amanhã? No dia 1 de julho? Não sabemos. Não há nada que diga.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): A chamada flexibilidade.

O Orador: E há outra questão, como já foi também falada pelo Sr. Deputado António Lima, que é o que é que podemos fazer com esta proposta?

Deputado José Paulo Sousa (CH): Os senhores? Podem chumbar!

O Orador: Este Parlamento não pode fazer nada, porque isto não diz nada, Sr. Deputado. Lamento.

E queria-lhe dizer também outra coisa. Relativamente às contas que eu fiz, queria-lhe dizer, com todo o respeito, que não estão aqui incluídas as lapas. Fique descansado, não estão. Está aqui incluído o goraz e o peixão. Dá um bocadinho de trabalho, eu sei, mas permite-se chegar aqui e pelo menos falar com algum conhecimento de causa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Também lhe queria dizer que não é bonito mudar as regras a meio do jogo.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não é a meio. Há 10 anos que funciona mal.

O Orador: E esta proposta o que insinua é mudar as regras a meio do jogo.

E também lhe queria dizer que, da parte da ilha das Flores, o consumo da quota em 10 anos foi de 145 %. Portanto, o que quer dizer...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Na sua ilha, também funciona mal.

O Orador: Ó senhor, deixe-me falar. O que quer dizer que a ilha das Flores nunca ficou sem apanhar goraz, por causa das suas quotas. Apanhou sempre, felizmente, e isso aconteceu com todas as nossas ilhas.

Agora, Sr. Secretário Regional, nós temos um problema, a partir de agora. Nós temos uma quota que fica nas 396, faltam-nos agora 120 para o segundo semestre. O que é uma situação preocupante e é preciso fazer alguma coisa rapidamente. Eu queria falar aqui em duas ou três questões que servem para todos nós. Por exemplo, o tamanho mínimo. Podíamos alterar o tamanho mínimo. Aliás, há um exemplo da minha ilha que eu gosto sempre de referir. Os pescadores da minha ilha resolveram voluntariamente aumentar os tamanhos mínimos. E isso resultou e vai-se aos mapas e consegue-se perceber quando é que isso aconteceu.

É preciso também, Sr. Secretário, pensar na alteração do Regulamento dos Portos de Pesca de modo a proteger mais os pescadores de cada uma das nossas ilhas. E depois, é preciso também abater a arte de palangre de fundo nas nossas ilhas, sobretudo nas ilhas mais pequenas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: É preciso tomar essa decisão em nome da proteção dos estoques.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Nunca o fizeram.

O Orador: Por exemplo, a minha ilha resolveu acabar com o palangre de fundo. Mas agora já foram licenciados novos pescadores com essa arte, o que é um contrassenso. Nós temos de ter algum cuidado com isso.

E depois, Sr. Secretário, é preciso resolver urgentemente os constrangimentos que existem no escoamento pescado da ilha Graciosa, da ilha das Flores e também da ilha do Corvo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é um problema grave. Neste momento, anda a apodrecer pescado em vários aeroportos da Região e em aeroportos do continente e é preciso o Governo meter a mão neste assunto. É um assunto grave, acho eu.

Muito obrigado.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Sousa, faça a favor.

(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, enalteço o Sr. Deputado José Ávila pela sua coragem em falar do palangre. Se calhar, está na altura de tomar decisões sobre isso. Já tomámos algumas, em anos anteriores, nomeadamente nas ilhas mais pequenas, ao não permitir que utilizem dentro das 6 milhas. Mas, com uma redução tão grande na quota, eventualmente vamos ter de pensar nesses assuntos. Mas, isto não pode ser dizer aos pescadores que vão deixar de usar essa arte, vão mandar metade do pessoal para casa,

que nós sabemos que o palangre emprega muita gente, que tem os homens de mar e os homens que ficam em terra a preparar aparelho. Isso não se pode dizer de hoje para amanhã que esses senhores vão ficar sem rendimentos. Isto não pode ser assim. A reestruturação das pescas não se faz à custa da falência de alguns, nem da desgraça de outros. Portanto, se os senhores querem reestruturar o setor das pescas, atribuam valor às embarcações, para que os pescadores — por sua iniciativa, talvez — possam dizer: "bem, eu acho que o valor que me atribuem faz com que eu tenha vontade de sair da pesca."

Temos 42 % da quota que nos foi atribuída para o primeiro semestre, por capturar nos Açores, até ao final do mês. E estava no documento, no jornal oficial europeu, e volto a repetir, que esta quota só pode ser pescada de 1 de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2025. Se vão alterar isso, podem alterar. Mas na altura era o que estava escrito, portanto, eu não disse mentira nenhuma.

Na nossa proposta, o senhor disse que não estava nada. Estava flexibilidade para todos nesta Assembleia podermos conversar, para que o Governo, depois, também pudesse tomar a melhor decisão naquilo que é para fazer relativamente à gestão e distribuição da quota do goraz.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. O CHEGA esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, faça favor, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (Mário Pinho): Sr. Presidente da Assembleia, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Paulo Sousa, eu não tive a intenção de dizer que o senhor fez qualquer pedido. Apenas chamei a atenção para que nunca me fizessem esse pedido, porque a Inspeção é muitas vezes criticada e depois quando atua, há sempre um conjunto de atores que vêm pedir clemência pelos seus cidadãos.

Eu quero deixar de forma muito clara este aspeto de porque é que o Governo não

concorda com esta medida. Atenção, que o setor não é a Federação, Sr. Deputado; quem assina as portarias não é certamente o Sr. Presidente da Federação. Portanto, a última decisão é a decisão do Membro do Governo.

E, portanto, o setor tem vários atores. Um dos atores são as associações, mas também ouvimos muito a nossa ciência. Aliás, a ciência joga em quase tudo porque é a ciência, no fundo, quem faz a recomendação à Comissão sobre o TAC e as quotas de cada ano. E nós não controlamos a ciência, como certamente saberá. Nos Açores, pelo menos, temos esta independência, de que a ciência é completamente independente do Governo e, portanto, livre de fazer os estudos que deve entender e as propostas que deve entender.

Agora, o que é que a ciência nos diz? A ciência diz-nos uma coisa como essa. Se nós liberássemos a atual quota por ilha, o que é que aconteceria? Aconteceria que nós íamos fazer, como o Sr. Deputado Pedro Neves e o Sr. Deputado António Lima chamaram a atenção, íamos fazer uma corrida à pesca do goraz.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Coloquem limites.

O Orador: E os empresários da pesca, que são empresários muito inovadores e muito empreendedores — ao contrário do que pode imaginar — vão tentar rentabilizar a sua atividade pescando onde? Pescando nas áreas onde há maior abundância.

Ora, a pergunta que a ciência nos faz é, se dessemos esta liberdade aos pescadores das Flores e do Corvo, que são muito inovadores e muito empreendedores, qual era o TAC que nós imporíamos a estas ilhas? Porque o senhor quando tem um TAC, tem um TAC para a Região Autónoma de Açores e se for aos dados do cruzeiro de investigação do DOP o senhor vai ver que não são as Flores e o Corvo a área que têm maior abundância de recursos, porque o habitat no seu ecossistema é relativamente pequeno. Portanto, se quiser definir uma quota para as Flores, em função daquilo que é a população das Flores, teria uma quota muito pequenina. Com uma agravante, se por acaso a depletar, vamos ter um problema sério. Aí sim, vamos ter um enorme problema. Porque as Flores, para além de não ter peixe e de não poder capturar, fica com a possibilidade de

ter as outras áreas depletadas que não alimentam a área das Flores e as Flores não têm alternativa porque não desenvolveram alternativa para as outras espécies.

Aparte impercetível do Deputado José Paulo Sousa (CH).

O Orador: E, portanto... O senhor, por favor, não diga que é o Secretário que vai dizer aos empresários das Flores o que é que devem pescar. O Secretário não faz isso. Os empresários têm as opções de mercado que entenderem.

E, portanto, eu queria deixar claro porque há razões técnicas, há razões científicas e há desconhecimento também, como já aqui foi reportado. Há muitas coisas da dinâmica deste recurso e da dinâmica da pescaria que nós ainda desconhecemos e a melhor maneira — poderei estar de acordo consigo — é provavelmente sobre explorar. Teremos é que estar disponíveis para pagar a fatura dessa medida.

Por último, gostava de dizer aqui ao Sr. Deputado José Ávila, estou 100 % de acordo consigo. Nós temos um problema. Temos um recurso, que é o principal recurso da Região Autónoma dos Açores e o mesmo está sobre-explorado — é preciso dizer isto e sublinhar e pôr a *bold* – e, quando temos um recurso sobre-explorado, temos um problema, como é óbvio. E, portanto, temos de tomar medidas.

Uma das coisas que estamos a fazer é tentar mobilizar o setor para aquilo que vai ser a reestruturação do setor e começar a olhar para aquilo que foram as recomendações que nós fizemos no documento que foi apresentado agora e aprovado em Conselho de Governo e que virá aqui à Comissão, olhar para cada uma daquelas ações que nós propomos e trabalhar, no sentido de tentar implementar aquelas ações que resolvem grande parte destes problemas.

É claro que isto não é feito num ano. Nós temos aqui um espaço de tempo de alguns anos para trabalhar estas medidas, incluindo a do escoamento, como sabe, não é só um problema das pescas, é também um problema dos transportes e, portanto, teremos de ter aqui um conjunto de outras medidas.

Relativamente ao palangre de fundo, eu penso que o maior investimento que teremos de fazer é no processo de monitorização e controle para a fiscalização, porque a legislação que foi produzida até agora, no fundo, criou um conjunto de *zonings*, de exploração por áreas, em que afastou o palangre para fora das zonas costeiras. O palangre, nas 6 milhas, praticamente não tem efeito nestas espécies costeiras. Terá efeito, obviamente, nas espécies de *Deep Sea*, mas no goraz tem pouca expressão, naquilo que são as metapopulações de cada uma das ilhas, embora tenham um grande impacto nas populações que são dos bancos submarinos *offshore*.

E qual é a relação entre os bancos submarinos *offshore* e as zonas costeiras? Nós, pura e simplesmente, não sabemos. E, portanto, temos aqui uma área de desconhecimento muito grande e daí também temos de investir no conhecimento .

Nós estamos totalmente disponíveis para pensar numa solução de tamanho mínimo. Chamamos é a atenção — como diz muito bem o Sr. Deputado José Ávila — os empresários da Graciosa, por iniciativa própria, tomaram uma decisão que tem efeitos no mercado da sua ilha.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Imposição.

O Orador: E, portanto, aumentaram o tamanho mínimo. Se esse for o desejo dos empresários, o Governo está disponível para aumentar o tamanho mínimo e promover e implementar essa medida. Para nós, não tem nenhum problema.

Relativamente ao regulamento dos portos de pesca, é uma medida que estamos a trabalhar com o Conselho de Administração da Lotaçor. Como sabe, nós temos um plano de investimentos da Lotaçor até 2030. Temos também isto articulado com a reestruturação do setor e penso que temos caminho para trabalhar e estas sugestões são sempre bem-vindas. O Governo está disponível para as ouvir.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem, neste momento, inscrições. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Mário Tomé, faça favor.

(*) **Deputado Mário Tomé** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Em jeito de balanço, para dizer que de facto o CHEGA teve o mérito de trazer uma iniciativa que eu penso que é extremamente importante para esta Casa, para os pescadores açorianos. Independentemente das divergências quanto às recomendações, é sempre importante falar no sector. Atendendo — como dizia há pouco um dos colegas — que este, de facto, é um setor diferenciado, é um sector extrativo.

E a verdade é que isto, Sr. Secretário, é uma enorme responsabilidade para o Governo, especialmente para si, porque poderemos ter aqui um problema de sustentabilidade de algumas espécies. E, de facto, perder 204 toneladas de quota é drástico. Embora reconhecendo, obviamente, e fruto — que discordamos completamente neste aspeto da posição do CHEGA, através do Sr. Deputado José Paulo — da boa gestão que tem feito ao longo dos anos, quer, nomeadamente, com os tamanhos mínimos, com o número de licenciamento para palangre que foi reduzido de uma forma drástica, com a questão do carapau que os atuneiros capturaram e foi proibida a sua captura.

Deputado Nuno Barata (IL): Ruama!

O Orador: Ruama! Obrigado, Sr. Deputado Nuno Barata.

Portanto, foram construídas e implementadas uma série de medidas extremamente importantes para estas portarias.

Agora também, Sr. Secretário, compete ao Governo diligenciar esforços junto do setor associativo, de forma que se encontrem soluções que tenham enquadramento e que

satisfaçam todas as partes, o que vai ser sempre difícil neste setor.

E é uma questão que nos preocupa a nós, enquanto deputados e representantes das nossas ilhas. Aí concordamos com o CHEGA, relativamente ao seu ponto 2, a necessidade urgente de haver um estudo relativo, não só ao goraz, mas também se calhar, alargando a outras espécies, no que se passa dentro das 30 milhas náuticas.

Nós recentemente implantámos as áreas marinhas protegidas, que o PS aprovou com os condicionamentos e as propostas de alterações, que são do conhecimento público e julgamos — e sempre o fizemos também no passado — a importância que é a sustentabilidade dos recursos e de achar de facto que as gerações vindouras, os futuros pescadores, os nossos jovens, que esta atividade se torne atrativa.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jaime Vieira** (PSD): Muito obrigado Sr. Presidente.

Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Srs. Membros do Governo:

Termino esta minha intervenção, da bancada por parte do PSD, para dizer que é sempre meritório discutir as pescas aqui neste Parlamento.

Logicamente, reconhecemos aquilo que foi a reivindicação do Partido CHEGA – através do seu Deputado representante – porque, efetivamente, nós sabemos que, muitas vezes, acontecem algumas injustiças que tendem que alguém possa vir reparar. Quando digo injustiças é porque realmente estamos perante uma situação que, de

certeza absoluta, que o Governo Regional juntamente com a Federação das Pescas e Associações irão encontrar, mais uma vez, uma forma de compensar a perca de quota que está acontecendo em algumas ilhas. Já o fizeram, por parte da portaria e sabendo de antemão que a Federação das Pescas é uma associação que protege os pescadores, não tenho dúvidas nenhumas que mais uma vez encontrarão a solução.

Sr. Presidente, queria terminar, dizendo que tudo aquilo que nós podemos fazer nesta Casa para melhorar a vida dos pescadores, seja em qualquer ilha, é sempre muito bem-vindo. Agora, também reconheço que nunca podemos, para defender as partes, tentar de certa forma condicionar o todo. E é isso que esta resolução vinha fazer, Sr. Presidente, …

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: … e dizer que não tenho dúvidas nenhumas que o todo vai saber também cuidar da parte, mais uma vez.

Sr. Presidente, obrigado e um bem-haja aos pescadores açorianos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Não existindo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução n.º 36/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores que determine a cessação da repartição da pesca da espécie de goraz pelo conjunto de embarcações de cada uma das nove ilhas".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 36/XIII foi rejeitado com 23 votos contra do PSD, 23 do PS, 2 do CDS-PP, 1 do BE e 1 do PAN e com 5 votos a favor do CH, 1 do PPM e 1 da IL.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Sousa.

(*) **Deputado José Paulo Sousa** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós trouxemos aqui uma proposta, como disse, flexível, para que nesta Casa fossem debatidas as melhores soluções para o setor das pescas, nomeadamente na espécie de goraz, para que todos os pescadores dos Açores tivessem a oportunidade de ver valorizadas as suas capturas como um todo e a nível regional, sendo o melhor para eles e para a Região.

Na altura em que esses problemas começaram a surgir este ano, houve alguns Srs. deputados que foram às corridas para as associações, dar palmadinhas nas costas …

Deputado Mário Tomé (PS): Isso não é verdade!

O Orador: … e dizer: "eu vou resolver o vosso problema, nós vamos tratar da situação".

Protestos na Câmara.

E, hoje, com esse poder nas mãos, foram os primeiros a virar as costas aos pescadores, não só aos pescadores das suas ilhas, a todos os pescadores açorianos, porque vendo que mesmo o sistema a funcionar mal, que mesmo, ano após ano, a perder quota, que mesmo, ano após ano, a perder rendimentos viram as costas à verdade.

Portanto, hoje, nesta Casa, ficou novamente provado quem está ao lado dos pescadores e quem está ao lado dos seus interesses.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais declaração de voto.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, para uma declaração de voto, faça favor.
(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O facto do Partido Socialista não ter votado favoravelmente esta iniciativa, e em particular o Deputado da ilha do Corvo, significa que, na ilha do Corvo,...

Ruído na Câmara.

Presidente: Ora aí está, o Sr. Presidente também não consegue ouvir.
O Orador: … o Sr. Deputado diz uma coisa, mas aqui faz outra. A isto chama-se enganar as pessoas …
Presidente: Sr. Deputado João Mendonça, o senhor não se pode, numa declaração de voto, dirigir-se às outras bancadas. As declarações de voto são para justificar o nosso voto.
O Orador: Da minha parte, o meu voto e as minhas palavras foram iguais na ilha e aqui. Cumpro sempre o meu dever e coloco sempre a defesa dos interesses do Corvo, acima de tudo.
Os pescadores da ilha do Corvo podem contar comigo, não os engano.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, CH e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado José Ávila, faça favor, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Ávila** (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à nossa posição, no que respeita à proposta que o CHEGA nos apresentou, nós votamos contra.

Votamos contra esta iniciativa apenas por uma razão: em nome da flexibilidade, que foi apresentada pelo Sr. Deputado que tratou deste assunto, esta proposta não nos dizia nada. Não dizia ao que vinha. Alterar as regras a meio do jogo, além de imprudente, é desleal para com uma classe profissional que labuta todos os dias para ganhar o seu pão.

É verdade que é preciso melhorarmos as quotas em algumas ilhas e as ilhas que foram aqui muito referenciadas, Flores, Corvo e Graciosa, necessitam de mais quota. Mas nós vamos entrar num período de emergência. Nós temos 120 toneladas para o segundo semestre e aqui as coisas podem-se complicar para o setor.

Por isso, é preciso fazer mais do que vir aqui, apresentar uma ideia para alterar uma chave, sem se saber que a alteração, que é muito falada e que foi falada na Comissão, só iria prejudicar essencialmente os pescadores das ilhas que queriam proteger.

Assim, não.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra para uma declaração de voto, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Iniciativa Liberal acompanhou o projeto de resolução do CHEGA, porque, ao contrário daqueles que acham que alguma coisa é preciso ser feita, mas preferem que fique tudo na mesma, nós entendemos que é preciso fazer qualquer coisa.

Não somos adeptos de Tomasi di Lampedusa. É preciso que alguma coisa mude para que tudo fique na mesma. Não, é preciso que alguma coisa mude para que se mude mesmo o resultado daquilo que nós estamos a viver.

E uma coisa é certa, o sistema da forma que está — foi unânime a Câmara — não está a funcionar bem.

E, por isso mesmo, estão aqui dois pontos resolutivos que dão uma indicação ao Governo — pelo menos uma indicação ao Governo — de que tinha condições para repensar todo o sistema da distribuição de quota do goraz na Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou contra o projeto de resolução que recomendava a alteração da portaria que define a distribuição da quota de goraz na Região Autónoma dos Açores, porque, em primeiro lugar, a proposta era uma mão cheia de nada. Dizia que se alterasse, mas não dizia sequer o que é que queriam alterar e para onde é que queriam

ir. Era uma espécie de acabar com as regras e depois deixar os recursos a saque, para quem lá chegasse primeiro. Esse seria o primeiro passo para acabar com quem depende deste recurso e desta espécie nos Açores. Era o primeiro passo para acabar com quem depende do goraz nos Açores. E quem se diz defensor das pescas e quer uma coisa destas está mesmo só a enganar os pescadores e os açorianos.

Aquilo que nos deve preocupar, deve preocupar o Governo, as associações, a Federação e todos nós que estamos aqui, é o facto de não haver peixe. Essa é que é a grande preocupação e como é que nós respondemos a essa escassez e à diminuição da quota que já está aí, conforme o Governo transmitiu. E é como responder a esta realidade, que é emergente, é isso que se deve trabalhar. Não é dizer que se acabem as regras e que se deixe o peixe a saque.

Esse é, de facto, o primeiro passo para o desastre e diz bem o que pretendem quem o propõe.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jaime Vieira, para uma declaração de voto, tem a palavra

(*) **Deputado Jaime Vieira** (PSD): Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados. Exmos. Membros do Governo:

Nós votámos contra esta proposta, porque aquilo que nós quisemos nesta Casa foi defender também uma maioria, defender acima de tudo armadores e pescadores, defender nove associações.

Também este voto contra, porque sabemos que há outra forma de poder ajudar aqueles pescadores que, neste momento, estão sem quota para pescar.

Votamos contra também, porque acreditamos que não é a meio de jogo que se possa mudar as regras do mesmo.

Votamos contra também, porque tenho a certeza de que nenhum pescador vai ficar prejudicado com a não aprovação desta proposta.

Porque existe uma portaria e existem pessoas com responsabilidades, quer no setor das

pescas, quer também neste Governo Regional que governa esta Região.
Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Pausa.

Não havendo, vamos assim encerrar este ponto de trabalho.
Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 17 horas e 50 minutos.

Eram 17 horas e 29 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais, vamos então avançar para o ponto 8 da nossa agenda - **Petição n.º 10/XIII – "Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro"**, apresentada por Nuno Rosa na qualidade de primeiro subscritor.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Vamos começar, como é habitual nestas matérias, pela apresentação do relatório. Esta petição foi apreciada pela Comissão de Economia. Tem a palavra o seu relator, o Sr. Deputado Paulo Silveira, para a apresentação do relatório.
Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório sobre a Petição n.º 10/XIII – "Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro"

O direito de petição, previsto na Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

A presente petição reúne um total de 1425 subscrições com correta identificação, tendo como primeiro subscritor o Sr. Nuno Rosa e deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a 11 de outubro de 2024.

Por despacho do Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, a referida petição foi remetida à Comissão Permanente de Economia por se tratar de matéria da sua competência.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a petição em apreço reúne os requisitos formais de admissibilidade, pelo que a Comissão de Economia deliberou admiti-la por unanimidade na reunião ocorrida a 28 de outubro de 2024.

E ouvido, presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, o primeiro subscritor da petição, Sr. Nuno Rosa, membro do governo com competência na matéria, a Câmara de Comércio e Indústria da Horta, a Câmara Municipal da Horta e o Dr. Luís Cardoso de Oliveira, que apesar das diversas tentativas, não foi possível o agendamento da respetiva audição.

Neste âmbito, as audições do primeiro subscritor e da Secretaria Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas decorreram no dia 31 de março de 2025 e as audições à Câmara de Comércio e Indústria da Horta e Câmara Municipal da Horta decorreram no dia 14 de abril de 2025.

De acordo com a exposição dos peticionários, a presente pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional a inclusão no Plano e Orçamento para o ano 2025 a recuperação do edifício das Termas

do Varadouro e das suas moradias.

Esta recuperação deverá incluir a criação de um espaço museológico, uma área dedicada ao aproveitamento das águas termais e a revitalização das áreas exteriores às Termas, bem como a proposta de uma parceria com o Município da Horta para a criação de uma zona balnear neste setor no lugar do Varadouro.

Na sequência das diligências realizadas, no âmbito da apreciação da Petição 10/XIII, Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro, a Comissão de Economia aprovou, por maioria, com os votos a favor do PSD, CH e BE e a abstenção do PS, as seguintes conclusões:

A petição foi devidamente subscrita por 1425 cidadãos e nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia.

As pretensões dos peticionários que têm origem na presente petição recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro.

Os peticionários consideram que a situação das Termas do Varadouro é um símbolo da inércia de sucessivos governos, nas últimas três décadas, alertam para o facto do edifício e a área circundante estarem presentemente em estado avançado de degradação e que a possibilidade de recuperar este espaço com um projeto que beneficie tanto a população local, quanto os turistas ainda está longe de ser concretizado.

Pelo exposto, os peticionários defendem que a recuperação das Termas do Varadouro deve ser uma prioridade para o Governo Regional dos Açores, tanto como ativo turístico e de bem-estar, tanto como elemento cultural patrimonial da Região.

Por segunda vez, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, defende a cedência dos terrenos na posse do Governo Regional à Câmara Municipal da Horta e considera que não cabe ao Governo Regional gerir ou até mesmo intervir diretamente naquele complexo termal, o qual, no entendimento do Governo Regional, deve ser concessionado a uma entidade privada por um prazo

compatível com o investimento, sendo preferencialmente esta a assumir a responsabilidade das obras necessárias. Justifica a sua posição alegando que cabe ao futuro investidor privado definir qual o projeto a desenvolver, sem que este esteja, à partida, condicionado por um projeto ou por uma requalificação previamente feita, que poderia colidir com o propósito por parte de quem venha a manifestar interesse em investir e explorar o complexo das Termas do Varadouro.

A Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas reitera que o Governo Regional e a Câmara Municipal da Horta têm mantido contato, no sentido de estas entidades alcançarem uma solução a qual se pretende que esteja alinhada com os interesses oportunamente manifestados por potenciais investidores.

Quanto ao Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta, Sr. Francisco Rosa, lamenta que todo o processo relativo ao complexo das Termas do Varadouro não tenha tido o mesmo tratamento que tiveram os outros dois complexos termais da Região Autónoma dos Açores.

Neste sentido, defende que o investimento deverá ser feito primeiramente através de um investimento público, no que concerne a reabilitação do todo o edificado e à semelhança do que foi feito no passado em idênticas situações. E, posteriormente, colocar o complexo termal disponível para o eventual investimento privado.

Defende também que, atendendo ao facto de estar em causa recursos naturais de relevância, deverá existir um controle com o público efetivo no decorrer de todo o processo.

O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta considera de enorme importância o património histórico que as Termas do Varadouro têm, não só pela relevância que tiveram outrora, mas também por toda a envolvência do espaço onde estão implementadas.

Desta forma, lamentou que todo este processo se prolongue há demasiado tempo, bem como o desperdício de um potencial impacto positivo que a reabilitação deste complexo poderia já ter sortido, tanto ao nível económico, quanto ao nível turístico.

Quanto ao Presidente da Câmara Municipal da Horta, Sr. Carlos Ferreira, considera que as Termas do Varadouro poderão ser uma estrutura muito relevante para a população local, bem como para o setor turístico, atendendo à entrada do circuito de turismo termal que é praticado na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente as Termas do Carapacho e as Termas da Ferraria, defendendo também a importância da reabilitação das Termas do Varadouro.

Para o autarca, cabe ao Governo Regional captar investidores privados com o interesse em reabilitar as Termas do Varadouro e colocar as Termas ao serviço da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores, sendo que, na ausência de eventuais interessados, deve o Governo Regional dos Açores promover a reabilitação das Termas e, posteriormente concessioná-las.

O Sr. Carlos Ferreira afirma ainda que o Município da Horta tem todo o interesse na forma como se poderá concretizar este processo e na sua resolução, reiterando ainda que a Câmara Municipal, bem como o Governo Regional, já realizaram diversas diligências, no sentido de se encontrar uma solução para as Termas.

Das conclusões elencadas, conclui-se que as três entidades, Governo Regional, Câmara Municipal da Horta e Câmara de Comércio e Indústria da Horta, convergem na importância de reabilitar e valorizar as Termas do Varadouro, mas divergem quanto ao modelo de investimento.

Do presente relatório, deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

Disse.

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 10/XIII/1.ª

Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro

INTRODUÇÃO

A 11 de outubro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 10/XIII, intitulada «Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro», subscrita por 1447 cidadãos, cujo primeiro signatário é o senhor Nuno Rosa.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Economia, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Economia reuniu no dia 28 de outubro de 2024, presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, para apreciação e relato da Petição n.º 10/XIII — Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre *património próprio da Região*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Economia, nos termos do artigo 5.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões

especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Economia procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 28 de outubro de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da petição apresentar 1447 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 1425 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar a recuperação das Termas do Varadouro.

Neste contexto, referem que «O edifício das Termas do Varadouro foi inaugurado em 1954, há 70 anos, dotando a ilha do Faial com uma das melhores instalações termais dos Açores. Desde o final do século XIX, as suas águas ganharam fama, mantendo-se em funcionamento até aos anos 90, quando encerraram.

Há alguns anos, reconheceu-se novamente a importância do Turismo Termal e a necessidade de explorar as potencialidades da Região. O governo anunciou a intenção de recuperar três unidades termais nas ilhas do Faial, Graciosa e São Miguel. Através da Sociedade "Ilhas de Valor", o Governo

Regional recuperou as Termas da Ferraria em São Miguel e do Carapacho na Graciosa.

No entanto, a intervenção nas Termas do Varadouro ficou inexplicavelmente amarrada num processo confuso de enganos. Em abril de 1999, num comunicado do Conselho de Governo, foi anunciado o projeto de reabilitação das Termas do Varadouro para atividades termais, talassoterapia e lazer. Entretanto, as desculpas começaram a surgir,

como a dificuldade na recuperação do furo. Em abril de 2005, o Governo Regional admitiu que as Termas do Varadouro

permaneciam inalteradas, apesar do projeto de reabilitação anunciado em 1999. Em março de 2006, foi anunciado que a empresa "Ilhas de Valor" iria assumir o processo das Termas do Varadouro. Apesar disso, em junho de 2007, o Governo esqueceu as Termas do Varadouro, concentrando-se apenas nas Termas do Carapacho e da Ferraria. Em janeiro de 2008, o Governo Regional prometeu reativar as Termas do Varadouro e construir um Hotel SPA. A Câmara Municipal da Horta suspendeu o Plano Diretor Municipal na zona do Varadouro para acomodar esse investimento. Em junho de 2008, o Governo anunciou que enfrentou contratempos no projeto, mas incentivou empresários locais a avançarem. Em 2009, o GRA anunciou um projeto de investigação, cujos resultados são desconhecidos. Em 2011, houve uma resolução para ceder os terrenos das Termas do Varadouro ao Município da Horta, mas em janeiro de 2012, a decisão foi revogada, entregando os terrenos à SPRHI. Em resposta a requerimentos, o Governo informou que selecionou um investidor externo para o projeto. Ainda em 2012, o interesse pelo projeto diminuiu novamente. Entre 2014-2016, foram feitos trabalhos de prospeção e adquiridas moradias vizinhas para fazer parte do complexo das Termas. Até 2020, foram selados os furos efetuados e mais nada se acrescentou a este dossier. Apesar durante todo este tempo os partidos da oposição terem revindicado que a recuperação fosse feita, tendo apresentado várias propostas com esse objetivo e promovido várias ações para que fosse o Governo Regional a recuperar as Termas do Varadouro e não os privados, o que é facto é que a mudança de Governo, não concretizou ou acrescentou nada entre 2021 e 2024 a este processo, bem pelo contrário, apenas se conhece a intenção do Governo Regional dos Açores de seguir o mesmo caminho, ou seja, o Governo Regional não irá recuperar as Termas do Varadouro e aguarda o milagre que um investidor, mantendo infelizmente a dualidade critérios seguida nos restantes complexos termais dos Açores.

Esta história, para que tenha um final feliz, precisa que os cidadãos exijam que o Governo Regional dos Açores recupere as Termas do Varadouro, Património da Região Autónoma dos Açores, algo que constitui a sua obrigação. Não podemos esperar mais, pelo que se entende chegada a hora de exigir a concretização da recuperação deste património, que poderá e deverá, também, constituir-se como um polo de desenvolvimento e geração de riqueza. Pedimos, apenas, o desenvolvimento e materialização de um projeto adequado

a uma zona com enorme potencialidade, aprazível, mas que presentemente, por inércia, se assemelha a um cenário de guerra, tal o seu estado de abandono pela Região.

Fazemos por isso um veemente apelo à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para que recomende ao Governo Regional a inclusão, no Plano e Orçamento para o ano de 2025, da recuperação do edifício das Termas do Varadouro e das suas moradias. Esta recuperação deverá incluir a criação de um espaço museológico, uma área dedicada ao aproveitamento das águas termais e a revitalização das áreas exteriores às Termas. Além disso, propomos uma pareceria com o Município da Horta para a criação de uma zona balnear neste sector do lugar do Varadouro.»

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 28 de outubro de 2024, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da petição, o senhor Nuno Rosa, o membro do Governo com competência na matéria, a Câmara do Comércio e Indústria da Horta, a Câmara Municipal da Horta e o Dr. Luis Cardoso e Oliveira.

Importa referir no que concerne ao Dr. Luis Cardoso e Oliveira, apesar das diversas tentativas não foi possível o agendamento da respetiva audição.

Da Audição do peticionário, o senhor Nuno Rosa, ocorrida a 31 de março de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/71815fc3-97a8-49c2-8e3b-2525d48a2dda

Na qualidade de primeiro peticionário da presente Petição, o Senhor Nuno Rosa inicia a sua intervenção inicial referindo que a história das Termas do Varadouro reflete um longo processo de promessas e adiamentos em relação à sua recuperação e revitalização. Inauguradas em 1954, as Termas do Varadouro tornaram-se rapidamente um importante ponto de referência para o turismo termal na região. As suas águas sulfurosas, com reconhecidas propriedades terapêuticas, atraíam visitantes, tornando-se uma das principais atrações da ilha.

No entanto, após o seu encerramento nos anos 90, o processo de recuperação das termas tem sido marcado por uma série de atrasos e falhas. O Governo Regional anunciou diversas vezes intenções de reabilitação, mas as promessas nunca se concretizaram. Entre

1999 e 2008, múltiplos anúncios foram feitos sobre a reabilitação do espaço, incluindo a construção de um Hotel SPA, contudo, apesar de alguns avanços em termos de prospeção e aquisição de terrenos, a realidade foi de um abandono crescente.

O interesse por parte de investidores privados e a aposta em outras unidades termais da região, como as Termas da Ferraria (São Miguel) e as Termas do Carapacho (Graciosa), foram priorizadas, enquanto as Termas do Varadouro caíam no esquecimento. O processo foi ainda mais complicado pela falta de clareza nas ações do Governo Regional, que foi incapaz de concretizar as promessas de recuperação.

No entanto, apesar de vários compromissos, os progressos foram mínimos, e o estado de abandono das termas permanece.

Atualmente, a situação das Termas do Varadouro é um símbolo da inércia governamental. O edifício e a área circundante encontram-se em estado avançado de degradação, e a possibilidade de recuperar este espaço com um projeto que beneficie tanto a população local quanto os turistas ainda está longe de se concretizar. O apelo por parte dos cidadãos é claro: a recuperação das Termas do Varadouro deve ser uma prioridade para o Governo Regional dos Açores, tanto como um ativo turístico e de bem-estar, quanto como um elemento cultural e patrimonial da região.

O apelo também sugere que o Plano e Orçamento para 2025 inclua, de forma efetiva, a recuperação do edifício e das áreas circundantes, com uma proposta de desenvolvimento que inclua um espaço museológico, a utilização das águas termais e a revitalização da área exterior. Além disso, é proposto que se estabeleça uma parceria com o Município da Horta para a criação de uma zona balnear, promovendo o turismo e a geração de riqueza para a região.

Em suma, a história das Termas do Varadouro "é um exemplo claro de como a inação governamental e a falta de estratégia podem prejudicar o aproveitamento de um recurso valioso."

Terminada a intervenção inicial pelo primeiro peticionário, o Presidente da Comissão abriu inscrições para a primeira ronda de questões, tomando da palavra a Deputada Salomé Matos (PSD), que refere as palavras do peticionário desta Petição numa entrevista para um órgão de comunicação social, nomeadamente sobre as características da água, o impacto das mesmas antes e depois do sismo de 1998, assim como a existência da água termal. Neste sentido, e considerando o histórico ao longo dos últimos anos e os dados científicos que comprovam a termalidade, questiona ao peticionário qual a sua posição

relativamente à posição do Governo Regional nos últimos anos e à possibilidade de ser privilegiada a iniciativa privada no que toca à sua exploração.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa começa por referir que, relativamente às características e aos furos que lá foram feitos, o local onde se retirava essas águas termais foi deteriorado após o sismo, destacando que desconhece a data exata de quando o Governo Regional efetuou a prospeção de três novos furos. Esclarece que a informação que foi dada por parte de técnicos do Governo Regional é que, pelo menos um dos furos, tinha caraterísticas termais e que os furos estão relativamente perto, ou seja, a cerca de cem metros dos complexos das termas, encontrando-se os mesmos fechados. Refere, ainda, um outro furo, localizado a cerca de três ou quatro quilómetros do complexo termal, que apresenta água aquecida, afirmando que desconhece as características termais dessas águas e que se registaram estudos na tentativa de trazer deste mesmo furo para as Termas do Varadouro, significando um investimento bastante elevado.

Sobre a posição do Governo Regional relativamente à recuperação das Termas do Varadouro, o Senhor Nuno Rosa defende que a posição é conhecida por todos já desde há duas décadas, nomeadamente de acordo com o Governo Socialista que defendia que fosse um privado a investir nas mesmas, nunca tendo passado do papel. Neste sentido, adianta ainda que houve alguns privados com a intenção de lá investir, relembrando a instabilidade da zona, no que toca sobretudo às derrocadas, deixando a ressalva que hoje em dia é possível proceder à execução de uma obra de estabilização da zona. Continua a sua resposta afirmando que depreende que o atual o governo mantém a mesma política do anterior governo, isto é, ser um privado a investir nas Termas do Varadouro.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos começa por admitir que não tem conhecimentos científicos para apurar as caraterísticas da água, ressalvando as informações detidas pelo Sr. Nuno Rosa que vão um pouco ao encontro daquilo que é o relatório do INOVA, datado de setembro de 2023, onde constam as caraterísticas da água, devendo isso orientar o tipo de investimento a ser feito e que oferta dará à população. Neste sentido, questiona se os furos executados que apresentam temperatura poderiam ter condições de termalidade caso efetivamente fossem sujeitos a uma elevação de temperatura, ressalvando o relatório do INOVA onde é referido que os furos PS 3 e PS 4 apresentam fraca termalidade, com uma temperatura na ordem dos 21 graus e estando o furo PS 4 qualificada como água mineral natural desde 2009. Assim, conclui que o furo PS 4 é o furo que se localiza mesmo junto ao edifício das termas, hoje conhecido, estando a

qualificação da sua água como de água mineral natural associada à sua fraca termalidade.

A Deputada Salomé Matos refere, ainda, o furo AC 4, localizado no Capelo e propriedade da Câmara Municipal da Horta, que efetivamente tem um elevado grau de potencial aproveitamento, quer pela temperatura da água na ordem dos 43 graus, quer pelo seu caudal, nunca tendo sido explorado tendo em conta a sua considerável distância das Termas do Varadouro.

Conclui a sua réplica referindo que a mesma serviu apenas para clarificar a informação que existe, solicitando que, em caso afirmativo, o Senhor Nuno Rosa apresente alguma informação a mais que pudesse complementar a informação expressa e na posse da Sra. Deputada. Reitera ainda a informação facultada pelo diretor científico do INOVA, que afirmou que efetivamente existe potencial no furo mais distante das Termas do Varadouro, localizado no Capelo, e não propriamente nos restantes.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa afirma que, em relação aos furos, a informação que o INOVA dá "é a melhor informação que temos", defendendo que a recuperação do edifício é urgente, que é património da Região e que é um edifício que está bastante degradado e ao abandono, estando a cobertura em vias de ceder uma vez que parte da mesma já caiu.

Continua a sua resposta reiterando que, em tempos, o Governo Regional chegou a expropriar uma série de terrenos estruturas naquela zona, defendendo ainda que se trata de um local que trazia muito benefício à oferta turística da zona, independentemente da utilização ou não das águas termais, considerando a baixa termalidade dos furos mais próximos. Neste sentido, adianta outras atratividades na zona, nomeadamente a rampa que em tempos era utilizada na caça da baleia ou ainda a própria zona enquanto zona balnear.

De seguida, toma da palavra a Deputada Inês Sá (PS), começando por salientar a iniciativa cívica de enorme relevância e afirmando que o assunto das Termas do Varadouro é assunto que se arrasta há cerca de duas décadas onde se tem tentado encontrar uma solução para o presente problema. Neste sentido, adianta que ainda na altura do Partido Socialista, era defendida uma solução que passava por incluir a iniciativa privada neste projeto, recordando, ainda, que a oposição na altura era nitidamente contra esta solução e que a oposição defendia que o investimento deveria ser feito pelo Governo Regional e só depois proceder-se à concessão aos privados. Salientando que "mudam-se os tempos, mudam-se as vontades", refere, ainda, que o Governo Regional atual aguarda pela

iniciativa de alguns privados. Assim, questiona o Senhor Nuno Rosa se tem conhecimento de algum projeto por parte do atual executivo, se teve reuniões com o atual executivo e se tem algum tipo de informação que faça crer que exista um projeto já pensado para as Termas do Varadouro, passando pela possibilidade de usufruir de possíveis fundos comunitários disponíveis.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa, na qualidade primeiro peticionário, afirma que desconhece que exista algum projeto "em cima da mesa" e que após nunca ter aparecido alguma iniciativa privada após 30 anos, que dificilmente será agora. Afirma também que, aquando de reuniões tidas com a Câmara Municipal, o assunto das Termas do Varadouro vem sempre acima da mesa, chegando-se sempre à conclusão de que se estaria à espera de alguma iniciativa privada, ouvindo-se a possibilidade de existir alguns privados com essa intenção, mas que para já não passa disso mesmo.

O Senhor Nuno Rosa acrescenta que, segundo reuniões com a Câmara Municipal, afirmou que "passadas três décadas, não deverá aparecer", defendendo o Presidente dessa edilidade que o investimento deverá passar, em primeiro lugar, pela iniciativa privada e posteriormente, deverá ser através de um investimento público pelo Governo Regional.

O primeiro peticionário conclui a sua resposta referindo, ainda, que houve a possibilidade de, através de financiamento europeu, desenvolver as Termas do Varadouro.

Em réplica, a Deputada Inês Sá, na sequência do facto de não existir qualquer projeto destinado às Termas do Varadouro, questiona quais deveriam ser os passos a tomar neste dossier.

Em resposta à questão apresentada pela Deputada Socialista, o Senhor Nuno Rosa defende que, em primeiro lugar, devia ser estudado o que se quer para aquele espaço, dando como exemplo a hipótese da construção de um hotel, ideia que surgiu no passado, algo que causa alguma discórdia entre a população atendendo ao facto de o Varadouro ser uma zona calma e tranquila e os seus habitantes estarem receosos do turismo em massa.

Apresenta ainda como solução a recuperação do espaço para um espaço museológico ou então a criação de um espaço destinado ao serviço de spa e outras atividades que pudessem dar outra abordagem a quem visita a ilha.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma, abrindo de seguida inscrições para a segunda ronda de questões, tomando a palavra a Deputada Salomé Matos.

Relativamente à questão da expropriação de alguns terrenos, abordada pelo Senhor Nuno Rosa, a Deputada Salomé Matos questiona quando é que as mesmas aconteceram, se foi conhecido algum desenvolvimento e qual o projeto que se pretendia para esses terrenos. Solicita, ainda, que o primeiro peticionário detalhe um pouco melhor a questão da possibilidade de financiamento que foi perdida, segundo informações do mesmo.

No que concerne à possibilidade do hotel destinado à zona do Varadouro, depreende que a avaliação do LREC não seja um fator a favor de um possível investidor privado, solicitando mais informações quanto a essa mesma avaliação por parte do Laboratório Regional de Engenharia Civil.

Quanto à possibilidade de transformar o espaço numa zona museológica, refere que se acaba por encerrar a possibilidade de o local ser utilizado com finalidades terapêuticas, atendendo à existência comprovada de água mineral natural com fraca termalidade. Neste sentido, refere que se estará a condenar que qualquer privado possa seguir por essa via de investimento nesta zona.

A Deputada Salomé Matos questiona se a intenção dos peticionários é "enterrar" a possibilidade de vir a aparecer um privado, avançando para um projeto relacionado com "as memórias" ou se efetivamente o ideal para a freguesia e para ilha seria proceder-se à recuperação das propriedades que ainda sejam possíveis recuperar e oferecer à população as finalidades terapêuticas.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa começa por esclarecer que, em relação à expropriação e aquisição, o Governo Regional adquiriu pelo menos mais três edifícios nas imediações, sendo eles o complexo das termas, duas casas que acolhiam os visitantes que lá vão e ainda uma série de terrenos e edifícios que ali existiam.

Quanto à questão do LREC, o Senhor Nuno Rosa esclarece que essa informação lhe foi facultada numa reunião, onde lhe foi transmitido que, por razões associadas à possibilidade de derrocadas, não se tratava de um local inteiramente seguro.

Relativamente à questão da transformação do local num espaço museológico e terminar com a possibilidade de futuramente existir iniciativa privada e não se utilizar as águas termais, o Senhor Nuno Rosa refere que não foi bem isso que havia dito nem é essa a ideia que tem, mas sim que há que aproveitar o que lá existe, reconstruindo o património da Região e não o deixando degradado da forma como está. Reitera que a utilização das águas termais deve ser um dos principais focos que leve à reconstrução e valorização do local.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos questiona em que data é que houve expropriação dos terrenos e quando é que se realizou a reunião com o Laboratório Regional de Engenharia Civil e com quem é que essa mesma reunião foi realizada.

Em resposta, o primeiro peticionário afirma que desconhece o ano em que decorreu a expropriação, apontando que a mesma tenha acontecido há mais de dez anos, entre 1999 e 2008 aquando do anúncio de investimentos noutras termas da Região por parte do Governo Regional.

Relativamente à questão sobre a reunião, o Senhor Nuno Rosa esclarece que também não se recorda ao certo o ano, mas que foi nos últimos quatro anos em que o assunto do parecer do LREC foi abordado, não se recordando também com que entidade foi tida a mesma reunião.

De seguida, toma da palavra o Deputado Francisco Lima (CH), questionando qual a principal ideia do Sr. Nuno Rosa e da Junta de Freguesia que preside a ser concretizada nas Termas do Varadouro. O Deputado do CHEGA questiona, ainda, se seria exequível a transformação do edifício num museu e aproveitar o furo localizado a dois quilómetros, procedendo-se à construção de uma nova estrutura junto à água termal que existe, mudando o paradigma.

Conclui a sua intervenção reiterando que se denota muita "obscuridade que resulta em trinta anos de inação".

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa esclarece que o interesse que existe é que seja recuperado, em primeiro lugar, o edifício para um espaço termal. Não havendo essa possibilidade, defende que o caminho deverá passar pela recuperação do edifício que lá existe, património da Região e que se encontra ao abandono.

Adianta ainda, uma vez mais, que existem mais cinco edifícios que são propriedade da Região onde poderia ser feito algum alojamento destinado ao turismo.

Quanto à questão da mudança do paradigma, defende que o Governo Regional tem mais um recurso natural que pode ser utilizado com vista a um novo investimento, dando o exemplo as zonas de banho na ilha de São Miguel onde se criaram piscinas seminaturais, onde são usados os recursos naturais de água quente.

Em réplica, o Deputado Francisco Lima questiona ao primeiro peticionário, o que pensa sobre uma hipótese radical, nomeadamente a destruição total dos edifícios repondo o espaço natural e assumindo com realismo que não haveria nada a fazer naquela zona. Neste sentido, questiona, ainda, a possibilidade e a sua opinião de virar atenções para o

investimento no termalismo junto ao furo localizado a cerca de dois quilómetros das Termas do Varadouro.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa defende que a destruição do edifício já existente nas Termas do Varadouro será uma perca enorme para a Região, por ser um edifício histórico e pelo mesmo dever ser aproveitado, reiterando que a proposta apresentada pelo Deputado Francisco Lima não será a mais viável.

De seguida, toma da palavra a Deputada Marlene Damião (PS) recordando uma visita estatutária à ilha do Faial em 2016, lembrando que havia um projeto, por iniciativa privada, na construção de um empreendimento turístico na modalidade de hotel. Esclarece, ainda, que este projeto foi, na altura, apresentado ao Governo tendo mesmo sido analisado pela Câmara Municipal da Horta. Considerando a presente manifestação de interesse de um privado, inclusive a tentativa de candidatura a um Projeto de Interesse Regional (PIR) para efeitos de benefícios do Competir Mais, a Deputada Marlene Damião questiona ao primeiro peticionário se o mesmo tinha conhecimento desta situação. Questiona, ainda, se o Sr. Nuno Rosa tinha conhecimento que em 2018 houve um parecer da Direção Regional do Ambiente e do LREC, desaconselhando qualquer construção naquela zona, o qual enfatizava essencialmente que a área envolvente à localização das Termas do Varadouro não reunia condições para um investimento desta natureza, transcendendo o edifício bem como uma componente relacionada com o ambiente, a engenharia e uma série de áreas complementares. Por fim, a Deputada Socialista questiona se os peticionários desencadearam recentemente alguma reunião com o Município da Horte no sentido de obterem dados mais recentes e mais concretos sobre quais é que têm sido as intenções nos últimos anos de investimento nesta área.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa esclarece que, relativamente à iniciativa privada, na altura falou-se num projeto que tive conhecimento, porém desconhece o porquê da desistência do mesmo. Quanto à questão das reuniões com a Câmara Municipal da Horta, esclarece que a última reunião foi tida em setembro de 2024, sendo que a única informação que foi transmitida foi que o Município continua à espera que apareça um privado que invista no local.

Em réplica, a Deputada Marlene Damião refere que, efetivamente, existiu essa iniciativa, esclarecendo que o motivo pelo desinvestimento foi devido ao facto de não haver uma posição favorável por parte do LREC quanto aos níveis de segurança que qualquer projeto ou remodelação naquele edifício pudesse reunir. A Deputada Marlene Damião deixa

ainda uma nota relativamente à posição da Junta de Freguesia do Capelo em 2020, que manifestava a preocupação em relação a esta zona e ao uso inapropriado que tem sido dado àquelas instalações.

Neste sentido, esclarece, ainda, que o Governo Socialista tentou, na medida do possível e sempre que tinha essa possibilidade, de intervir junto da zona para salvaguardar o uso que estava a ser dado àquelas instalações. Assim, solicitou que o Senhor Nuno Rosa confirmasse se esta situação ainda se mantém ou não, uma vez que em 2020 houve uma intervenção relativamente à proteção da área de acesso ao edifício, edifício que estaria a ser utilizado para efeitos impróprios e que seria importante evitar considerando a sua importância histórica. Por fim, questiona como é que o edifício se encontra ao nível de acessibilidade ao seu interior.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa esclarece que a Junta de Freguesia tem o cuidado de manter o edifício encerrado, encerrado com madeira nas portas e janelas e que não tem havido muitos atos de vandalismo.

Não havendo mais inscrições para a segunda ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma, abrindo de seguida inscrições para a terceira e última ronda de questões, tendo tomado da palavra a Deputada Salomé. A Deputada Social Democrata questiona ao primeiro peticionário se, à data de início da presente petição, esta informação que aqui foi transmitida pela Deputada Marlene Damião foi tida em conta e se foi transmitida à Junta enquanto parceiro, nomeadamente, no que toca ao parecer do LREC, e se isso consta dos arquivos dos peticionários.

Em resposta, o Senhor Nuno Rosa esclarece que a informação do LREC é pública e justifica o porquê de quem não tem vontade de realizar o investimento. Esclarece também que, na qualidade de Presidente de Junta, irá, a par com os restantes peticionários, propor ao Governo Regional que recupere o espaço do Complexo Termas do Varadouro uma vez que a recuperação do complexo termal do Varadouro é importante para a freguesia do Capelo, para a ilha do Faial e muito importante para a Região Autónoma dos Açores.

Da Audição da Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, ocorrida a 31 de março de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/c28f3322-cbfd-46e4-934d-3f99e83273eb

Na sua intervenção inicial, a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral começa por referir que nunca deixou de considerar as termas em geral,

e as do Varadouro em particular, como uma mais-valia para a Região Autónoma dos Açores em termos de produto complementar ao turismo de natureza, sobretudo orientado para a época baixa e para o combate à sazonalidade, podendo, obviamente e naturalmente, ser utilizado todo o ano. Mas temos consciência, e aliás, está isso no nosso Plano Estratégico e de Marketing para o Turismo dos Açores (PEMTA) e que o "well-being" além de ser uma tendência que não é nova, mas está, cada vez mais, a ser procurada pelos turistas com maior intensidade.

A Senhora Secretária Regional continua a sua intervenção inicial salientando ser também muito importante para nós considerar a complementaridade da oferta que temos para proporcionar aos nossos turistas, permitindo-lhes usufruir, especialmente, em época baixa. Nesse sentido, os três complexos termais com maior projeção atualmente, embora possam existir outros. Os que possuem um passado histórico mais relevante são: a Ferraria, o Carapacho e o Varadouro.

Os complexos da Ferraria e do Carapacho estão atualmente concessionados a privados, e, na nossa opinião, o Varadouro também deve ser concessionado. Aqui, começo por responder um pouco à questão levantada pela petição. Na nossa perspetiva, não cabe ao Governo Regional gerir diretamente esses espaços. Em vez disso, defendemos que sejam concessionados a entidades privadas, preferencialmente com estes, assumindo a responsabilidade pelas obras necessárias. Dessa forma, os projetos poderão ser desenvolvidos em conformidade com o conceito de acordo com a perspetiva de quem investe, é essencial que o investimento seja rentabilizado da melhor forma possível, sem estar condicionado por um projeto ou uma requalificação previamente feita sem um propósito claro e bem definido por parte de quem pretende explorar as termas.

Este ponto torna-se evidente no caso da Ferraria, que infelizmente não correspondeu às expectativas iniciais que tínhamos. O concessionário não está a corresponder às expetativas. Em relação ao Carapacho, agora concessionado, vão ser realizadas obras para adaptar as termas ao conceito de negócio que o concessionário deseja implementar. Considero esta abordagem muito positiva, pois permite alinhar o espaço com os objetivos do projeto.

Com base nestas experiências, acreditamos cada vez mais que faz sentido que o complexo do Varadouro também seja concessionado, sem qualquer intervenção prévia por parte do Governo ou da Câmara Municipal. É importante lembrar que existem edifícios no local pertencentes à Câmara, mas defendemos que não deve haver qualquer tipo de

investimento público prévio. O espaço deve ser concessionado por um período de tempo suficiente para permitir um investimento adequado por parte do privado, alinhado com a visão e os objetivos que este pretende implementar no local.

Não há dúvida de que estudos recentes, realizados ainda durante o Governo anterior, confirmam que existem condições para avançar com este processo. A água do furo PS-4 cumpre os requisitos legais, e não há qualquer impedimento para a continuidade deste processo de concessão, que, aliás, foi iniciado pelo Governo anterior. Esse Governo já defendia a concessão dos recursos hidrológicos e dos terrenos adjacentes, para ser o promotor privado a avançar com o projeto. Contudo, é importante salientar que todos os estudos realizados até agora – e faço aqui um parêntese – recomendam apenas a recuperação do edifício atual. Não permite qualquer ampliação em relação à falésia, devido ao risco significativo de instabilidade das arribas. Como é sabido, existem vários relatórios do Laboratório Regional de Engenharia Civil que alertam para o aumento do risco quando se constrói em direção à falésia. Também por isso, o Governo anterior adquiriu quatro moradias na área, tendo em vista a possibilidade de associar alojamento à recuperação das Termas do Varadouro.

Os quatro prédios mencionados também aguardam uma eventual integração no projeto de concessão, em conjunto com o recurso hidrológico. Isto porque, embora o edifício existente no local possa ser recuperado, não deve ser ampliado devido às razões já mencionadas.

Neste contexto, estamos atualmente a analisar três hipóteses, sendo que desde já partilho a nossa preferência.

A primeira hipótese seria a concessão exclusiva das Termas do Varadouro, incluindo a obrigatoriedade de o concessionário executar as obras de reabilitação do edifício existente.

A segunda hipótese englobaria não só a exploração das termas, mas também a adaptação das quatro moradias adquiridas pelo Governo para alojamento turístico, criando uma oferta integrada.

Já a terceira hipótese, que consideramos a mais vantajosa, envolve uma parceria com a Câmara Municipal para uma concessão conjunta dos prédios do Governo Regional e dos terrenos municipais adquiridos a cerca de 2 km das termas. Esta solução permitiria uma complementaridade mais robusta entre alojamento e exploração termal.

Atualmente, estamos a trabalhar nesta última hipótese em colaboração com a Câmara

Municipal, por entender que oferece maior sustentabilidade e sinergias para o desenvolvimento das Termas do Varadouro.

E conclui a sua explanação inicial considerando que existem questões pendentes que precisam de ser resolvidas, nomeadamente a cedência do terreno do Governo Regional à Câmara Municipal. Atualmente, estamos em fase de conversações para tentar encontrar uma solução conjunta que permita criar uma solução mais robusta e alinhada com os interesses manifestados por potenciais investidores – tanto os identificados durante o Governo anterior como os que recentemente se dirigiram à Câmara Municipal. O objetivo é alcançar uma solução que agregue valor às Termas do Varadouro, que todos nós queremos, gerando impactos positivos para o turismo em geral, em particular na ilha do Faial. Para tal, o Governo e a Câmara Municipal estão a tentar uma solução construtiva, focada na valorização das termas do Varadouro.

Iniciando-se a primeira ronda de questões, toma a palavra o Deputado Francisco Lima (CH) para questionar sobre as reuniões realizadas entre o Governo Regional e a Câmara Municipal: quando começaram essas reuniões ou tentativas relacionadas com essa terceira hipótese? Pelo que percebi, trata-se de uma proposta para concessionar as Termas do Varadouro juntamente com alguns terrenos, onde há uma fonte termal, com o objetivo de criar um empreendimento mais robusto, incluindo alojamento turístico. Em que fase estão essas negociações? Já entendi que há conversações para o Governo Regional transferir o terreno à autarquia, mas a Câmara Municipal está de acordo com isso?

Além disso, caso não haja nenhum concessionário disposto a fazer o investimento necessário, gostaria de saber se o Governo Regional, em conjunto com a autarquia, está disposto a realizar as obras e concessionar posteriormente. Se for esse o caso, onde estão previstas as verbas para este investimento? Estão contempladas no próximo orçamento ou já existem fundos alocados para este ano? Qual é o plano concreto do Governo Regional e da Câmara Municipal para executar essas obras e avançar com este projeto?

Na resposta, a Senhora Secretária Regional esclarece que sobre este assunto, já mantivemos vários contactos com a Câmara Municipal. Recentemente, intensificámos as reuniões – inclusive, ainda ontem conversei com o Senhor Presidente da Câmara para avaliar a disponibilidade de avançarmos. Penso que sim. A Câmara Municipal detém alguns terrenos, tem uma fonte termal junto aos seus terrenos, e acreditamos que em conjunto podemos criar uma oferta robusta, consistente, sustentável e com futuro. Esta

colaboração evitaria concessões fragmentadas ou a inação de uma das entidades. Julgo que há condições para podermos avançar por esse caminho.

E prossegue esclarecendo que nem o Governo nem a Câmara farão obras diretamente. O modelo proposto implica a cedência dos terrenos do Governo à Câmara, seguida de uma concessão conjunta dos terrenos (públicos e municipais) a privados por um prazo compatível com o investimento necessário. Além disso, é crucial alinhar os prazos de cedência e concessão, garantindo tempo suficiente para a construção, operação e rentabilização do empreendimento. Tem de se conciliar essas três vertentes: uma cedência por um determinado número de anos, uma concessão pelo mesmo número de anos a um privado – responsável pela construção e a exploração - durante o tempo que se considerar necessário para rentabilizar o investimento nas Termas do Varadouro.

No caso das Termas do Varadouro, como referido, não estão previstas verbas no Orçamento regional ou municipal para esse efeito. Aliás, esta abordagem segue a mesma linha do Governo anterior, que defendia a concessão a privados como modelo prioritário – patente em vários documentos que temos.

Na réplica o deputado Francisco Lima afirma compreender que esta ideia remonta ao Governo anterior e que, embora tenha 20 anos, não produziu resultados concretos. Concordo consigo que não faz sentido o Governo assumir diretamente este projeto. No entanto, surge a questão: que incentivos poderão ser oferecidos ao privado? Pergunto se o Governo Regional poderá declarar este projeto como Interesse Regional, permitindo o acesso a Fundos Europeus. Qual será o enquadramento para potenciais candidatos, considerando que é improvável um privado assumir todo o risco sem apoio financeiro? Idealmente, seria desejável, mas no mundo real penso que isso não irá acontecer.

O Governo regional já pensou em criar uma linha específica nos Fundos Comunitários disponíveis para Projetos de Interesse Regional, assegurando que o concessionário tenha acesso a esses recursos?

A segunda questão prende-se com licenciamentos. Já foi referido que o edifício atual não permite ampliação devido a restrições técnicas, mas é crucial esclarecer se os terrenos municipais envolvidos têm entraves adicionais – ambientais, do PDM ou outro tipo de contingência. Nenhum privado aceitará uma concessão de 30 a 50 anos se houver risco de não poder construir nada. A Senhora Secretária, tal como eu, compreende que o privado avalia a oportunidade de negócio.

Se a concessão implicar décadas de trâmites sem avanços, os faialenses bem poderão

esperar sentados. A questão aqui é agilizar quer o cofinanciamento quer o licenciamento, garantindo que o processo seja célere e previsível de forma a permitir que o concessionário inicie obras em dois ou três anos, não numa perspetiva de 30 a 50 anos.

Na resposta a Dra. Berta Cabral refere que relativamente à primeira questão, após a concessão ser atribuída ao privado, este terá plenas condições para concorrer aos Fundos Comunitários previstos no Construir 2030, tal como qualquer outro investidor. Aliás, no caso das Termas do Carapacho, a nova concessionária manifestou a intenção de recorrer a esses fundos para obras de ampliação, padronização e adaptação do espaço, conforme bem entender. Os fundos comunitários estão, de facto, acessíveis a investidores nestas circunstâncias. Quanto ao Projeto de Interesse Regional (PIR), este poderá ou não ser aplicado – existem vários casos na Região que obtiveram essa declaração, mas a decisão dependerá das circunstâncias próprias.

Sobre os licenciamentos, é essencial acautelar todos os requisitos durante a estruturação do processo de concessão. Sugere-se, como já ocorreu noutros contextos, que o prazo da concessão comece a contar apenas após a obtenção de todas as licenças e o início efetivo da construção. Esta abordagem minimiza riscos associados a imprevistos, como alterações circunstanciais, que por vezes aparecem. Devemos sempre considerar na concessão que o prazo começa a contar, a partir do momento em que estão reunidas todas as condições para iniciar a respetiva construção.

De seguida usa da palavra a Deputada Salomé Matos (PSD):esta manhã ouvimos o primeiro peticionário, que exerce também a função de Presidente da Junta de Freguesia do Capelo. Referiu que, aparentemente, ele desconhece detalhes de um processo que se arrasta desde 1999 – ano do encerramento das termas – e que, apesar de avanços pontuais, registou mais retrocessos do que progressos. Passadas quase três décadas, os peticionários atribuem ao atual Governo de Coligação a responsabilidade por este processo arrastado e que nunca concretizou o desejo deles.

A minha questão à Senhora Secretária é a seguinte: como justificar a persistência desta situação, considerando que o INOVA realizou estudos técnicos ao longo dos anos? Os furos das Termas do Varadouro foram analisados repetidamente, e o relatório de 2023 indica que o maior potencial termal está num furo da Câmara Municipal, localizado a 2-3 km do edifício atual. No entanto, as águas dos furos tradicionais – onde se situa a infraestrutura existente – perderam parte da sua termalidade, sendo agora classificadas como águas minerais com menor capacidade terapêutica.

É evidente que esta situação desmotiva potenciais investidores. Nenhum privado avança com um investimento sem garantias claras sobre as condições do projeto. Durante a audição de hoje, soubemos que, entre 2017 e 2018, um interessado desistiu após receber pareceres condicionados da Direção Regional do Turismo, do Mar e do Ambiente, além de um alerta do LEREC que classificava a zona como área de risco geológico.

Na verdade, estamos aqui a imaginar um investimento para desenvolver uma atividade dedicada ao turismo de saúde e bem-estar numa zona que, segundo vários indicadores técnicos, parece condenada ou carece das condições ideais, existindo um foco alternativo – mais distante geograficamente – que poderá reunir as condições necessárias.

Naturalmente que esta situação fará toda a diferença para o investidor, se fosse público ou se fosse privado. É compreensível que neste momento o Governo não assuma o papel de substituir o investimento privado. Quando a Senhora Secretária fala de uma parceria com a Câmara Municipal estamos a falar do tal furo que é apontado pelo INOVA como tendo potencial e não propriamente reabilitar o atual edificado. Ou ambas as situações poderão estar sobre a mesa?

A gestão deste imóvel foi marcada por um trajeto sinuoso. Inicialmente foi do Governo, acabou por ser cedido à Câmara, depois, por uma questão de legalidade, esteve vários anos sob a gestão da SPRIH e, por fim, da Direção Regional do Turismo. Estas nuances afetaram, de alguma forma, a estratégia que havia porque neste período coincidiu com o avanço de outros pontos termais da Região. Em que medida é que todas estas nuances interferiram de forma negativa com todo este processo (e algumas delas persistem)?

Na resposta a Senhora Secretária Regional afirma ser evidente que as circunstâncias específicas do Varadouro tornam este processo mais complexo do que o das Termas do Carapacho. Podíamos já ter optado por colocar à concessão o Varadouro. Bastava fazer um processo idêntico ao outro, reconstruir o edificado e fazer um aproveitamento do furo que lá está. A questão térmica penso que se pode ultrapassar porque o que interessa mais são as condições hidrológicas da água. Estou a falar em termos hipotéticos. Esta seria a forma mais simples. Aparecia ou não aparecia ninguém e o Governo já tinha feito a sua obrigação. Mas não é isso que nós queremos. Não quero justificar os trinta anos que estão para trás. Com certeza que todas essas circunstâncias levaram a que o processo se arrastasse. Agora, se não encaramos isto de frente e fazemos em parceria com a Câmara Municipal vai-se voltar a arrastar. Lança-se novamente um concurso, fica deserto, ninguém tem interesse e andamos nisto.

O Varadouro tem de ter uma solução mais de acordo com as próprias circunstâncias porque são, de facto, circunstâncias difíceis. Se não fossem difíceis o assunto já estava resolvido. O recurso termal está lá, localizado num furo mais afastado, situado nos terrenos da Câmara Municipal. Este apresenta capacidade de aproveitamento devido à sua temperatura superior a 39°C. Por outro lado, o furo tradicional – onde se encontra o edifício atual – regista uma temperatura mais baixa, uma circunstância que exigirá análise técnica para definir a sua viabilidade. Mas também tem lá um edifício histórico que deve ser considerado e deve ser recuperado. Na nossa perspetiva, a solução ideal seria conceder ao futuro concessionário a liberdade de definir a utilização dos espaços, impondo algumas condições tais como a recuperação do edificado original. Esta abordagem alinha-se com o previsto na petição. Se é um núcleo museológico, se é um restaurante ou outra valência, tem de ficar ao cuidado de quem vai fazer o negócio. Caberá a quem se habilitar ao concurso apresentar um projeto de acordo com os dados que vierem a constar do caderno de encargos e que vá ao encontro da exploração do recurso e numa oferta turística qualificada.

Isto é, na nossa perspetiva, o que deve ser feito. Mas como há duas entidades envolvidas – o Governo Regional e a Câmara Municipal, e não vejo que haja grande dificuldade em compatibilizar, até agora não tem havido – vamos tentar construir esta solução.

Optar por soluções minimalistas e apressadas repetirá os fracassos das últimas três décadas, marcadas pela ausência de investidores e pela falta de clareza nas condições oferecidas. Devemos juntar esforços, juntar os recursos, concessionar os recursos e pedir aos interessados que apresentem um projeto, porque só vamos avaliar em função de um determinado projeto.

Ainda na primeira ronda pediu a palavra a Senhora Deputada Inês Sá (PS): relativamente a este projeto, gostaria apenas, a título de enquadramento e tal como referi esta manhã, de reiterar um pouco aquilo que já foi dito: este é um processo muito longo, que já conta com décadas. No entanto, importa sublinhar que a solução proposta na altura pelo então Governo socialista ia, de certa forma, ao encontro daquela que agora é apresentada pela Senhora Secretária. Uma proposta que, ao longo dos anos, foi sempre criticada pelo Partido Social Democrata, pelo menos na ilha do Faial. Registo, por isso, que agora não se prevê outra alternativa senão avançar com esta solução, que há muito defendemos.

Não obstante, gostaria de lhe colocar apenas duas ou três questões relativamente ao que foi dito. Referiu, Senhora Secretária, que tínhamos três soluções em cima da mesa. A

minha questão é se estas três soluções estão, de facto, quantificadas e se é possível perceber qual o investimento associado a cada uma delas.

Por outro lado, Senhora Secretária, referiu um caderno de encargos. Gostaria de saber o que está previsto nesse caderno de encargos: refere-se à concessão, mas em qual das três soluções? Estamos a falar da primeira, da segunda ou da terceira hipótese?

A Senhora Secretária referiu que houve interesse por parte de privados, que procuraram a Câmara para obter mais informações sobre as termas. A minha questão é: qual das três soluções vos foi apresentada? Se ainda não existe uma solução fechada, o que é que a Câmara pode dizer a um investidor que manifeste interesse neste investimento?

Por fim, ao longo destes últimos quatro anos, foi apresentado à Direção Regional de Turismo algum pedido de viabilidade de projeto para alojamento turístico relativamente ao local das Termas do Varadouro?

Na resposta a Dra. Berta Cabral começa por esclarecer que pensava que já só se estava a discutir a terceira hipótese porque esta é aquela que nós consideramos mais robusta e mais capaz de resolver e de responder à oferta que a ilha do Faial quer ter em termos turísticos e que nós queremos ter a nível regional como oferta turística, um projeto mais robusto que só pode ser feito se houver conjugação de esforços.

As outras duas soluções seriam as soluções que já poderíamos ter implementado, mas que não queremos sem esgotar a terceira hipótese, porque consideramos ser a melhor. Em relação há quantificação, não há quantificação uma vez que não há investimento.

Há, de facto, uma concessão na primeira só de reabilitar o que existe, na segunda é reabilitar o que existe mais as quatro moradias que são propriedade da região e na terceira, é juntar aquilo que é regional e aquilo que é municipal e fazer uma concessão conjunta com obviamente possibilidades de fazer um empreendimento com outro folgo, outra robustez, outra capacidade de oferecer serviços diferenciados da mais variada ordem, porque pode fazer, como dizia há pouco restauração, alojamento e ao nível até termal pode fazer termas tradicionais em edifícios fechados, como até pode fazer ao ar livre porque tem mais espaço.

Portanto, esta terceira é a única solução que neste momento nós estamos a trabalhar para conseguir o objetivo que nós pretendemos, que é um projeto robusto.

As outras duas serão soluções de recurso e, portanto, não estão quantificadas, porque também nós temos estado ao longo desta audição a falar delas, temos estado sempre a falar da terceira hipótese que naturalmente terá que ser posta a concurso público.

Tem de ser feito um concurso público com um caderno de encargos para a terceira hipótese, havendo este acordo de cedência à Câmara Municipal e depois a Câmara terá de lançar o concurso um com um caderno de encargos com programa de concurso com o número de anos. Depois de termos isto tudo montado damos um intervalo para concessão, para que aí sim apareçam hoje interessados os interessados.

Só depois de um concurso público é que se percebe se os interessados estão mesmo interessados ou não, porque têm de apresentar propostas. Claro que falar sobre as coisas há sempre quem tem interesse agora de passar das palavras aos atos e fazer um projeto com esta dimensão só depois temos um concurso público devidamente configurado e colocado nas plataformas públicas a que somos obrigados, obviamente, é que se saberá se haverá ou não interessados firmes para levar por diante este tipo de procedimento e de processo.

Na réplica a Deputada Inês Sá começa por admitir que há matérias, de facto, em que tem dificuldade em compreender, mas se há algo que percebeu foi que quem trouxe os três cenários para esta discussão foi a Senhora Secretária. Acrescentando que nunca os referi, nem sequer os conhecia.

A Deputada Inês Sá prossegue afirmando que: a Senhora Secretária apresentou, logo na sua explanação inicial, a indicação de que havia três cenários em cima da mesa, apesar de manifestar preferência pela terceira hipótese. No entanto, os três cenários existiam. Sendo assim, partindo do pressuposto de que, afinal, não existem três cenários e que eu já deveria ter percebido que só existe um, não compreendo o que falta para que esta solução avance, se já está decidido e mais do que confirmado que este é o cenário escolhido. Pergunto-lhe, então, por que motivo isto ainda não avançou?

Conclui a sua intervenção relembrando que: a Senhora Secretária Regional não respondeu à questão que lhe coloquei sobre se, nos últimos quatro anos, houve ou não algum pedido apresentado à Direção Regional de Turismo relativamente à viabilidade de um projeto para alojamento local. Pode responder, por favor?

A Senhora Secretária Regional começa por explicar que referiu os três cenários porque apenas os dois primeiros dependem exclusivamente do Governo, enquanto o terceiro depende da Câmara Municipal. Este último, para nós, é o que melhor responde a uma oferta turística qualificada na ilha do Faial e, por isso, estamos a trabalhar nesse cenário, procurando esgotar todas as possibilidades para podermos avançar.

A Câmara Municipal está na disposição, mas este processo tem os seus procedimentos.

Não é algo tão simples como ir ao supermercado e comprar; é necessário desenvolver um processo longo, que exige concordância de ambas as partes: dos órgãos da autarquia e dos órgãos do Governo. É preciso criar condições para que haja a cedência, e essa cedência deve ter uma duração estabelecida de acordo com aquilo que se considera adequado para a concessão.

É necessário que haja um conjunto de procedimentos, estudos e trabalhos a serem realizados. Em primeiro lugar, tínhamos que saber se a Câmara Municipal estava disposta a avançar; assumindo que sim, esse trabalho está a ser feito. É preciso obter todas as autorizações internas da própria Câmara para poder desenvolver esse processo, assim como do lado do Governo. Depois, começaremos a trabalhar até chegar à elaboração do concurso, ao caderno de encargos e ao programa de concurso.

Após a publicação do caderno de encargos e do programa de concurso, começaremos então a receber as propostas. No entanto, este processo é semelhante a qualquer concurso público e tem os seus próprios prazos, incluindo todos os trabalhos preparatórios que precisam de ser realizados. Para que uma concessão, seja do que for, possa avançar, é necessário que exista um mínimo de estudos económicos que permitam perceber qual o número de anos que poderá viabilizar essa concessão. E, para lançarmos o concurso, temos de ter essa perceção, com base num determinado volume de investimento que será quantificado pelos nossos técnicos. É necessário fazer uma projeção do número de anos necessários para que esse investimento seja recuperado, bem como definir as condições de reembolso, as condições de pagamento e as condições de término do contrato de concessão.

Há muito trabalho a realizar, tanto ao nível da configuração de todo o processo de cedência e posteriormente do processo de concessão.

Não havendo mais inscrições, o Presidente da Comissão deu por encerrada a primeira ronda de perguntas, abrindo de seguida inscrições para a segunda ronda.

Toma a palavra a Deputada Salomé Matos, que começa por deixar claro que o Grupo Parlamentar do PSD, efetivamente, durante muitos anos, se insurgiu contra a discriminação negativa de que as Termas do Varadouro foram alvo quando, em junho de 2007, o Governo Regional decidiu encarregar a Sociedade Ilhas de Valor de promover e desenvolver outros projetos termais, nomeadamente os da Ferraria e do Carapacho, tendo, nessa altura, optado por não dar prioridade às Termas do Varadouro. Foi exclusivamente sobre essa situação que o Grupo Parlamentar do PSD sempre se

pronunciou. Em 2007, o Governo Regional assumiu a responsabilidade de investir em duas destas três zonas termais e acabou por abandonar as Termas do Varadouro, tendo decidido que deveriam ser exploradas por privados.

De qualquer forma, à data de hoje, e compreendendo o que a Senhora Secretária já aqui nos explicou — o que faz sentido —, importa referir que existe efetivamente um novo furo, que, na verdade, não é assim tão recente. Relatórios do INOVA, anexados pelo Governo Regional em resposta a um requerimento do CDS-PP em 2019, já identificavam, desde 1996, a existência deste furo no Capelo. Trata-se de um furo que apresenta uma temperatura de 39 °C e que reúne boas condições termais.

Senhora Secretária, tendo em conta o conhecimento que tem deste dossiê, que transitou do governo anterior, se sabe por que motivo, contrariamente ao que está a ser colocado hoje — ou seja, este cenário de exploração do novo furo —, esse cenário nunca foi anteriormente considerado, uma vez que o furo parece estar identificado desde 1996. Ainda em 2019, as respostas aos requerimentos feitos pelo PCP e pelo CDS-PP referem-se exclusivamente ao furo identificado como Varadouro, que é aquele situado junto ao atual edificado. Não teríamos tido vantagens se, há mais anos, conhecendo já estas outras oportunidades, estes cenários tivessem sido considerados, tal como está a acontecer neste momento?

A Senhora Secretária Regional responde que não pode fazer considerações sobre o passado, pois desconhece os motivos pelos quais a situação não foi anteriormente considerada. Prossegue explicando que, a partir do momento em que tiveram conhecimento destas duas realidades, iniciaram contactos com a Câmara para encontrar uma solução conjunta, pois pareceu-lhes, desde logo, que essa solução iria ao encontro daquilo que pretendem para o Varadouro, sem prejuízo da reabilitação do edificado, que necessita urgentemente de intervenção.

Assim, só não se avançaria com a exploração desta solução caso não fosse possível chegar a acordo com a Câmara, pois trata-se de uma alternativa muito mais vantajosa, embora também muito mais onerosa. Não há dúvida quanto a isso. Nunca saberemos se existe ou não interesse no Varadouro e no investimento neste local, que pertence à Câmara, se não o colocarmos à concessão e, portanto, à apreciação dos investidores. Para tal, é necessário estruturar todo este processo.

Até poderia ser mais cómodo optar por qualquer uma das outras hipóteses: lançava-se um concurso simples, alguém concorria ou não, e o assunto ficaria resolvido. No entanto,

considero que devemos ter uma visão mais global daquilo que queremos para a nossa Região. É fundamental adotar uma perspetiva holística relativamente à oferta turística que pretendemos desenvolver. Por isso, sinto-me na obrigação de explorar todas as possibilidades, para que possamos encontrar a solução que consideramos ser a melhor, tanto para a Região como para o Faial, nestas circunstâncias.

De seguida usa da palavra a Deputada Inês Sá que começa por reconhecer que este é um processo complexo, um processo que não tem uma resolução imediata, toda a gente julgo estar consciente disso. Não obstante, só o deixar-lhe uma última questão era tentar perceber se existe, de facto, já algum compromisso por parte da autarquia se em algum ponto se evoluiu e se existe algum compromisso por parte da autarquia e o governo, no sentido de se avançar com este terceiro cenário.

A Senhora Secretária Regional explica que não existe um compromisso escrito ou acordo formal. O que existe é vontade, vontade manifestada. É necessário trabalhar no sentido de avançar para compromissos que tenham uma forma concreta, através de acordos e das autorizações necessárias de ambas as partes, como já referi. É preciso obter autorização do Governo para ceder e autorização da Câmara para receber a cedência. Tudo isto tem de ser feito. Portanto, compromisso formal, não há; vontade, sim. Pelo menos, é essa a perceção que tenho das conversas que tivemos até agora.

Não havendo mais questões na segunda e terceira ronda de questões, o Presidente de Comissão de Economia deu por encerrada a audição à Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral.

Da Audição da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, ocorrida a 14 de abril de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/f2c42dc0-f067-4243-9e74-0d7a577b6686

Na qualidade de Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta (CCIH), o Senhor Francisco Rosa inicia a sua intervenção inicial afirmando que a questão das Termas do Varadouro é um tema que, para os faialenses, “é muito caro” e já muito desgastado por nunca ter acontecido nada no que toca à sua reabilitação, seja por via pública seja por via privada.

O Senhor Francisco Rosa refere também que, em termos de património e de história para a região e para a ilha do Faial, é importantíssimo o património histórico que as Termas do Varadouro têm não só pela importância que tinham como também por toda a envolvência no sítio onde estão implementadas. Salientando que, nos últimos anos, poderiam ter sido

um impulso económico e turístico "nas franjas" da época alta do turismo, espacialmente no âmbito do turismo sustentável, além de todos os benefícios que no passado tinham para a saúde das pessoas.

O Presidente da CCIH continua a sua intervenção inicial referindo que este assunto se trata de um desejo antigo do Faial, dos faialenses e da sua economia, reiterando que alguma coisa já deveria ter sido feita e que deverá ser feita e que na sua opinião deveria ser um investimento, em primeiro lugar, público, e posteriormente de exploração privada.

Terminada a intervenção inicial por parte do Presidente da Câmara de Comércio e Indústria da Horta, o Presidente da Comissão deu por abertas as inscrições para a primeira ronda de questões, tomando da palavra a Deputada Salomé Matos (PSD). A Deputada Salomé Matos refere que, quando em 2007 a Sociedade Ilhas de Valor ficou encarregue de desenvolver os 3 investimentos, tendo apenas desenvolvido as Termas da Ferraria e as Termas do Carapacho, questiona se na altura a Câmara do Comércio e Indústria da Horta ou outras associações da ilha do Faial foram contatadas pelo Governo Regional e que conhecimento o Sr. Francisco Rosa tem deste processo uma vez que foi composto por diversos passos.

Em resposta, o Senhor Francisco Rosa refere que, ao longo deste processo, o conhecimento que tem é que a Câmara do Comércio e Indústria da Horta nunca foi peça importante nas decisões tomadas, entretanto, referindo ainda que houve algumas aproximações e possíveis tomada de decisões no momento em que o Município teve alguma intervenção na tentativa de se reativar as Termas através do interesse de possíveis investidores privados. Neste sentido, esclarece, ainda, que houve reivindicação por parte da CCIH para que as Termas do Varadouro fossem novamente reativadas e para que fossem feitas as obras necessárias para que tivessem a sua função e pudessem efetivamente dar o retorno à economia, à ilha do Faial e consequentemente aos Açores.

Relativamente aos três processos que estavam a carga da Ilhas de Valor, nomeadamente as Termas da Ferraria, Termas do Carapacho e as Termas do Varadouro, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta esclarece que quando as Termas da Ferraria e as Termas do Carapacho foram recuperadas, a CCIH foi sempre revindicando o porquê destas Termas serem recuperadas enquanto as Termas do Varadouro iam ficando de fora desse processo de reabilitação sucessivamente. Neste sentido, e em relação a esta processo, reitera que "sempre houveram muitos silêncios", admitindo que possivelmente a CCIH não teve conhecimento total de todos os estudos técnicos que foram feitos.

Atualmente, admite que existem muitas ideias, mas que fica sem saber o que é que será ou não verdade, ficando por aquilo que é realidade: umas Termas do Varadouro paradas desde 1999, em que 2007 houve uma vontade política de que fossem revitalizadas e abertas novamente, algo que até hoje acabou por nada acontecer.

O Senhor Francisco Rosa reitera que a CCIH interveio em vários momentos para que a reabilitação das Termas do Varadouro fossem uma prioridade e que deveria ser colocada em cima da mesa, mas que na realidade não se passou nada e que a CCIH não foi considerada neste processo na dimensão que deveria ter sido considerada.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos refere uma manifestação de interesse por parte de um promotor privado onde foram reunidos alguns pareceres de organismos públicos e não só. Neste sentido, questiona se o Presidente da CCIH tem conhecimento destas situações, realçando que os pareceres das Direções Regionais eram muito condicionados e que apontavam, de forma generalizada, o local como alvo de ameaça de riscos naturais, nomeadamente o risco de derrocadas e avanço das águas do mar. A Deputada Salomé Matos questiona se estes pareceres eram informação na posse da Câmara do Comércio e Indústria da Horta e como é que se gere a factualidade de existirem tantos condicionalismos presentes nos pareceres técnicos das Direções Regionais e do LREC, realçando o facto de qualquer investidor de se sentir tentado a recuar.

Em resposta, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta esclarece que a CCIH não teve conhecimento, oficialmente, desses pareceres técnicos, a menos que possa ter havido alguma comunicação verbal ou pessoal entre algum membro da Câmara do Comércio e Indústria da Horta e alguma entidade que na altura tivesse responsabilidades nessa matéria. Esclarece, ainda, que as únicas referências quanto ao possível investidor privado foi que a ideia que ficou teria sido do município, não sabendo precisar esse dado a 100%, chegando-se à conclusão de que havia uma dúvida de que o investidor não tinha disponibilidade financeira para chegar com o projeto ao fim.

Quanto aos estudos técnicos que foram feitos, o Senhor Francisco Rosa esclarece que a Câmara do Comércio e Indústria nunca teve conhecimento dos problemas descritos nos pareceres relativamente àquele sítio em concreto.

De seguida, toma da palavra a Deputada Inês Sá (PS) e começa por afirmar que é sempre importante englobar as Câmaras do Comércio e Indústria neste tipo de processos com este impacto na localidade. Considerando a opinião do Senhor Francisco Rosa, relativamente ao investimento, em primeiro lugar, público e seguidamente privado, a

Deputada Inês Sá questiona se o investimento público é referente à recuperação do imóvel e posteriormente atribuir a concessão do edificado.

A Deputada Socialista solicita, ainda, confirmação quanto à questão de que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores não recebeu a informação de não haver intenção de nenhum tipo de investidor privado neste projeto.

Conclui a sua intervenção afirmando a importância de virar o foco para este investimento, da forma que deve ser feito a fim de torná-lo atrativo para todos quantos possam investir neste edificado de enorme relevância para a ilha do Faial e para o património histórico.

Em resposta, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria do Faial começa por esclarecer que o investimento deverá ser feito primeiro através de investimento público e posteriormente através de investimento privado, atendendo aos recursos naturais em causa são finitos, sendo o controlo público importante neste aspeto.

Relativamente à questão de a exploração dever ser de cariz privado, o Senhor Francisco Rosa refere que está perfeitamente provado que a exploração privada em certas situações tem uma adequação diferente, nomeadamente a rentabilidade. Neste sentido, apresenta como exemplo o arquipélago das Canárias, onde todos os investimentos onde existam impactos diretos no ambiente, muitos deles começam por ser públicos e depois a exploração, concluindo que neste caso das Termas do Varadouro, atendendo ao tipo de produto que é, faz todo o sentido.

Relativamente à questão relativa à intenção de existir algum empresário, por parte da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, o Senhor Francisco Rosa esclarece que houve uma associação de empresários do Faial que tentou chegar a quem de direito para mostrar a sua intenção e vontade reativarem as termas e promoverem o turismo adaptado às Termas. Esclarece, ainda, que nessa mesma altura houve outros empresários externos ao Faial que também demonstraram o seu interesse, reiterando que os investidores locais foram muito desvalorizados na sua opção de escolha, sendo uma dessas razões o facto de alguns desses empresários não serem da área de investimento e sem a capacidade de empreender nesta área em causa.

Em réplica, a Deputada Inês Sá refere os cenários apresentados pela Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, nomeadamente a concessão e obrigatoriedade de obras, através da Câmara Municipal da Horta e depois a cedência e depois a cedência, pelo Governo Regional dos Açores, à Câmara Municipal da Horta do edificado. Neste sentido, questiona qual a posição do Senhor Francisco Rosa e se entende a Câmara do

Comércio e Indústria da Horta ser a melhor opção quanto à possibilidade de existir a cedência por parte do Governo Regional dos Açores dos terrenos à Câmara Municipal da Horta e depois sim, a Câmara Municipal da Horta ficar com a parte da concessão.

Em resposta, o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta refere que a sua perspetiva nessa situação é mais ou menos clara, ou seja, o Município da Horta tem obrigações "em estradas da ilha" e com uma abrangência muito grande para fazer face às necessidades da ilha do Faial. Neste sentido, e tendo em conta a intenção de 2007 que pretendia a renovação das três instalações termais da Região, defende que a perspetiva em relação às Termas do Varadouro devia ser exatamente igual às das outras termas da Região e não de uma forma diferenciada.

O Senhor Francisco Rosa continua a sua resposta afirmando que o Município da Horta tem muitos recursos que gastar, defendendo ainda que deverá ser um investimento por via governamental e não por via municipal por via daquilo que é a envolvência do Município com os ativos da ilha do Faial.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma, abrindo inscrições para a segunda ronda de questões, tendo tomado da palavra a Deputada Salomé Matos. Considerando a opção mais viável para o Governo a seguir nesta fase, nomeadamente a concessão à Câmara Municipal, a Deputada Salomé Matos relembra que o furo com melhores condições de termalidade é da propriedade do Município da Horta. Neste sentido, relembra ainda que esse mesmo furo dista a 2,5 quilómetros do atual edifício e que apresenta uma temperatura de cerca de 43 graus centigrados e que, segundo informações providenciadas pelo INOVA, deveria ser o furo a ser explorado pela sua termalidade associada.

Considerando os dados apresentados acerca do furo que dista a 2,5 quilómetros, a Deputada Salomé Matos questiona se o Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta compreende este enquadramento sobre a Câmara ser envolvida e solicita sugestões que poderiam ser apresentadas no sentido de uma melhor parceria.

Em resposta, o Senhor Francisco Rosa começa por esclarecer que, quando fez o reparo entre a ser o investimento unicamente municipal ou ser um investimento do Governo Regional dos Açores, focou a questão de que o Município da Horta é um Município sobrecarregado em termos de ativos instalados ao longo do Município e que, por essa via, tem muitas obrigações. Neste sentido, defende que o Município, em termos de financiamento e orçamento, não terá grande capacidade de poder comportar um

investimento desta necessidade.

Relativamente ao furo abordado pela Senhora Deputada Salomé Matos e suas caraterísticas termais, defende que a Câmara do Comércio e Indústria dos Açores está completamente de acordo.

Afirma, ainda, que as Termas do Varadouro e a zona adjacente apresentam um péssimo postal para quem visita as Termas do Varadouro, a freguesia do Capelo e a ilha do Faial, numa altura em que o que se quer um destino valorizado e classificado com vários prémios, não dignificando o destino em si.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos agradece os contributos facultados pelo Senhor Francisco Rosa, afirmando que percebe a contenção da Câmara do Comércio e Indústria da Horta quanto à possibilidade ou não da Câmara Municipal conseguir, em parceria com o Governo Regional dos Açores, fazer um investimento nas Termas do Varadouro.

Conclui a sua réplica, afirmando que, tal como foi dito pela Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, o atual edifício não poderia ficar ao abandono por conta das memórias a ele associado e que o mesmo teria de ser reabilitado ainda que sem a função de oferecer serviço de termas, mas com função museológica, independentemente da possibilidade de se poder vir a investir no furo referenciado anteriormente e que dista a 2,5 quilómetros das Termas do Varadouro.

Em resposta, o Senhor Francisco Rosa refere apenas que agradece o convite para participar na Comissão de Economia reiterando que a Câmara do Comércio e Indústria tem todo o interesse na solução para as Termas do Varadouro, com uma posição ativa, pertinente e reivindicativa na defesa do Faial, nas ilhas de intervenção e nas Termas do Varadouro.

Não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição ao Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, o Senhor Francisco Rosa.

Da Audição da Câmara Municipal da Horta, ocorrida a 14 de abril de 2025:

https://video.alra.pt/Asset/Details/7e1a79b0-5061-45a3-b400-b4ce6cbd5581

Na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Horta, o Senhor Carlos Ferreira inicia a sua intervenção inicial referindo que, no contexto histórico, as Termas do Varadouro se tratam de uma infraestrutura que desempenhou um papel relevante, quer para a população local, quer a nível do setor turístico, durante o ano de 1954 e a primeira metade

da década de noventa, estando encerradas desde então. O Presidente da Câmara Municipal refere também que desde então, em particular desde 1999, foram anunciadas várias intenções de reabilitações do espaço nunca tendo chegado a acontecer verdadeiramente qualquer recuperação de forma que as Termas ficassem ao serviço da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores.

Na ótica do Município da Horta esta estrutura poderá ser muito relevante para a população local, bem como para o setor turístico, atendendo à entrada no circuito de turismo termal que é praticado na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente as Termas do Carapacho e as Termas da Ferraria, estando também o Município da Horta favorável à reabilitação das Termas do Varadouro.

O Presidente da Câmara Municipal da Horte continua a sua intervenção inicial referindo que o Governo Regional deve captar investidores privados para reabilitar as Termas do Varadouro e colocar as Termas ao serviço da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores, destacando que se não houver investidores privados que o faça, deve o Governo Regional dos Açores promover a reabilitação das Termas e concessioná-las.

Terminada a intervenção inicial por parte do Senhor Carlos Ferreira, o Presidente da Comissão deu por abertas as inscrições para a primeira ronda de questões, tomando da palavra a Deputada Inês Sá (PS). A Deputada Socialista começa por questionar se a Câmara Municipal da Horta tem algum acordo por parte do Governo Regional de quando poderá avançar este dossier das Termas do Varadouro, considerando toda a importância reconhecida neste sentido, referindo, ainda, a questão de o furo localizada nesta zona ser propriedade do Município da Horta e se isso poderia ou não influenciar em investimentos futuros.

Em resposta, o Senhor Carlos Ferreira esclarece que, em relação à questão do furo, a Deputada Inês Sá poderá não ter identificado muito bem a situação, reiterando que o furo da Câmara Municipal da Horta não está localizado no sítio onde funcionaram as Termas do Varadouro, mas sim numa posição mais acima na freguesia do Capelo, não sendo por isso localizado no mesmo local que está a ser tratado o presente assunto.

O Senhor Carlos Ferreira esclarece ainda que o Município da Horta tem todo o interesse na forma de como se poderá concretizar este processo e na sua resolução, reiterando ainda que quer a Câmara Municipal quer o Governo Regional realizaram diversas diligências nos últimos anos no sentido de se encontrar uma solução para as Termas, apresentando como exemplo a reunião, antes da invasão da Ucrânia pela Rússia, com

investidores que estavam bastantes interessados em investir nesta infraestrutura, tendo esse interesse sido suspenso, uma vez que, os possíveis investidores eram ucranianos e desviaram a sua atenção para a situação do conflito.

O Presidente da Câmara Municipal da Horta continua a sua resposta reiterando que desde há muitos anos que esta edilidade e o Governo Regional vêm manifestando interesse em encontrar soluções bem como que a Câmara Municipal da Horta está interessada e determinada em ser parceira na resolução deste processo. Por fim, reitera, ainda, que o Governo Regional deve captar investidores privados para reabilitar as Termas do Varadouro, destacando que se não houver investidores privados que o façam, deve o Governo Regional dos Açores promover a reabilitação das Termas e concessioná-las.

Relativamente à questão de uma parceria entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal, o Senhor Carlos Ferreira defende que o Município deve ser um parceiro fundamental em relação a tudo aquilo que diga respeito à ilha do Faial, não se substituindo a outros intervenientes, procurando contribuir de forma positiva para a resolução dos problemas com que a ilha do Faial se depara bem como encontrando soluções para o desenvolvimento da ilha do Faial. Neste sentido, aponta duas dimensões muito importantes relativamente às Termas do Varadouro: por um lado, a sua reabilitação e colocação em funcionamento poderá ser um instrumento muito importante para combater a sazonalidade do turismo. Por outro, e tratando-se de uma infraestrutura localizada fora do centro urbano da cidade da Horta, será um instrumento muito importante também o desenvolvimento das freguesias localizadas fora do centro urbano, promovendo para a coesão territorial e social na ilha do Faial.

Em réplica, a Deputada Inês começa por referir que a Sra. Secretária do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas disse que cabia à Câmara Municipal da Horta liderar a recuperação desta infraestrutura. Neste sentido, a Deputada Inês Sá afirma que depreende que não existe um acordo entra ambas as partes ou que esse acordo não está delineado.

Considerando que o projeto se encontra neste ponto, questiona se a Câmara Municipal está disponível para ficar com a infraestrutura na sua posse. Em caso afirmativo, questiona se o Governo Regional fica "fora da equação". Questiona, ainda, se, atendendo ao facto de não estar previsto qualquer investimento por parte do Governo Regional, o PDM permite ou não fazer um hotel e se é esta opção defendida pela Câmara Municipal da Horta.

Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Horta começa por esclarecer que o PDM já foi suspenso há uns anos atrás para permitir o presente investimento que depois não foi concretizado, ressalvando ainda o relatório do Laboratório Regional de Engenharia Civil onde é referido que não é adequado ou permitido construir na direção da arriba por questões de segurança. Neste sentido, reitera que esta questão está mais ou menos esclarecida, destacando a possibilidade de garantir vinte camas para associar ao investimento de reabilitação das Termas do Varadouro, considerando as habitações que são posse do Governo Regional dos Açores naquela zona e salvaguardando sempre as condições de segurança através do aumento dessa capacidade de alojamento por este ser um fator a ser ponderado por qualquer potencial investidor privado.

Relativamente ao trabalho entre o Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal da Horta, o Senhor Carlos Ferreira refere que a Câmara Municipal da Horta está claramente disponível e interessada em liderar o processo se entender que essa é a melhor opção para a ilha do Faial, não se substituindo ao Governo, se não houver uma garantia de se conseguir encontrar uma solução. Neste sentido, esclarece que a Câmara Municipal da Horta está em conversações com o Governo Regional dos Açores, dono da infraestrutura, reiterando que o Município é parceiro e que está disponível para liderar o processo se a decisão se vier a mostrar a mais adequada para a reabilitação das Termas do Varadouro e para a sua colocação ao serviço da população local e da população turística do Faial e da Região.

De seguida, toma da palavra a Deputada Salomé Matos (PSD) começando por referir uma "envolvência escassa" ao longo dos anos por parte da Câmara do Comércio e Indústria da Horta bem como algumas reservas sobre quem deverá liderar este processo. Neste sentido, e considerando que é inegável que a Câmara Municipal da Horta sempre constou como sendo um parceiro presente e que a possibilidade de os impasses do presente processo terem algum avanço, solicita esclarecimentos sobre o que é que aconteceu e como é que se podem atravessar aqueles que têm sido os obstáculos, nomeadamente pareceres das Direções Regionais e do LREC quanto à avaliação geológica e de riscos daquela zona.

Considerando, ainda, que o papel de grande proximidade por parte da Câmara Municipal da Horta a alguns investidores, a Deputada Salomé Matos questiona se o Presidente da Câmara Municipal da Horta tem conhecimento destes processos mais recentes, nomeadamente 2016 e 2017, em que houve um investidor interessado e qual o motivo

do desinteresse por parte deste promotor privado.

Relativamente à atualidade, e considerando que o INOVA tem apontado como grande potencial a este furo dada a sua termalidade que é propriedade Câmara Municipal da Horta e que dista a 2 ou 3 quilómetros, tendo ainda sido classificado como de excelente qualidade e com grande potencial pelo Diretor Científico do INOVA, o qual deixou um repto à Câmara Municipal da Horta e ao Governo Regional dos Açores de forma a desenvolverem alguma parceira, a Deputada Salomé Matos solicita a opinião do Senhor Carlos Ferreira sobre o repto atrás mencionado.

Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Horta, Senhor Carlos Ferreira, começa por referir os dados históricos que também estão presentes no conteúdo da presente petição, reiterando que não vai aproveitar esta audição para falar mal de quem esteve a governar antes. Admite ainda que houve algo que falhou e que de facto, até hoje, não foi resolvido este problema nem foram reabilitadas as Termas do Varadouro.

Em relação à questão do momento atual e ao futuro, esclarece que existem avaliações e pareceres técnicos rigorosos que apontam para a excelente qualidade termal da infraestrutura, havendo o relatório do LREC que aponta para os riscos na arriba, que impossibilitam a construção de uma unidade hoteleira em direção a essa mesma arriba por questões de segurança. Neste sentido, afirma que o que está a ser feito em conjugação com o Governo Regional dos Açores é procurar uma solução para o presente e para o futuro, acreditando que "estamos no bom caminho" tendo em conta as reuniões e negociações com a Senhora. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas bem como a Senhora Diretora Regional do Turismo que, em caso positivo, será bom para a população em geral. Por fim, reitera que se a solução passar por ser o Governo Regional dos Açores a avançar para o concurso, afirma que a Câmara Municipal da Horta estará ao lado do Governo Regional no sentido de ajudar que o concurso seja bem-sucedido. Na possibilidade de existir uma cedência à Câmara Municipal da Horta e ficando o Município à frente dos procedimentos subsequentes, afirma que o Município tudo fará para que esse processo seja bem-sucedido, beneficiando o Município da Horta e a Região Autónoma dos Açores.

Em réplica, a Deputada Salomé Matos questiona ao Senhor Presidente do Município da Horta, considerando a denúncia por parte do Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta quanto à falta de envolvimento nos últimos anos, de que forma é que vê a importância de envolver nesta fase e no futuro a Câmara de Comércio e Indústria da

Horta nas negociações com o Governo Regional dos Açores.

Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Horta afirma que o envolvimento do Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta é da maior relevância para que seja possível, em conjunto, encontrar a melhor solução. Defende ainda que a Câmara do Comércio e Indústria da Horta tem um papel fundamental de representação do tecido empresarial e que poderá efetivamente ser um bom parceiro de forma a encontrar uma solução para as Termas do Varadouro bem como possíveis investidores interessados na reabilitação das Termas.

Não havendo mais inscrições na primeira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a mesma, abrindo de seguida inscrições para a segunda ronda de questões, tomando da palavra a Deputada Inês Sá. A Deputada Socialista aborda algumas divergências quanto às responsabilidades nas presentes audições, questionando até quando é que se poderá esperar por um investidor privado e se existe algum prazo, apelando ainda ao envolvimento da Câmara do Comércio e Indústria da Horta que na sua opinião será um parceiro privilegiado neste processo.

Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Horta esclarece que não existe qualquer divergência entre a Câmara Municipal da Horta e o Governo Regional dos Açores, mas sim um trabalho para se identificar a melhor solução para as Termas do Varadouro. Neste sentido, reitera o que anteriormente já havia referido, nomeadamente que se o melhor for o Governo Regional a avançar com os procedimentos para a concessão das Termas do Varadouro, a Câmara Municipal será parceira e tudo fará para ajudar nessa solução. Por outro lado, reitera que se a melhor solução for o Município assumir esse papel, o Município da Horta apresentar-se-á com trabalho e determinação para conduzir este processo da melhor forma possível a fim de conseguir a reabilitação e a concessão das Termas do Varadouro.

Quanto à questão dos prazos, o Senhor Carlos Ferreira refere que não pode dar um prazo uma vez que se trata de um processo que se arraste desde a década de 90, garantindo, porém que o Município da Horta está a fazer tudo o que é possível para alcançar uma boa solução para este processo, passando-se então, posteriormente, para anúncios públicos.

Em réplica, a Deputada Inês começa por referir a opção reiterada pela Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, nomeadamente que a concessão dos edifícios deveria ser da responsabilidade da Câmara Municipal da Horta e que isso implicaria a cedência dos edifícios por parte do Governo Regional dos Açores à Câmara

Municipal da Horta, defendendo que não entende os "se´s" por parte do Presidente da autarquia e que existe uma discordância de base.

Em resposta ao apresentado pela Deputada Socialista Inês Sá, o Presidente do Município da Horta começa por esclarecer que existem três cenários possíveis, sendo um deles a concessão da reabilitação e gestão das Termas, associar essa mesma concessão às 20 camas nas habitações existentes na zona envolvente e uma outra hipótese, passando pela associação do Município numa solução e projeto mais abrangente. Neste sentido, o Senhor Carlos Ferreira reitera que, uma vez que o Município tem todo o interesse na reabilitação das Termas do Varadouro, só poderá assumir uma posição final quando concluir que a proposta seja a melhor para a ilha do Faial e para a Região Autónoma dos Açores.

De seguida, toma a palavra a Deputada Salomé Matos que começa por relembrar que as afirmações proferidas pelo Senhor Carlos Ferreira de forma nenhuma destoam das palavras da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas e muito menos daquilo que foram as palavras do, à data, candidato à Câmara Municipal da Horta em agosto de 2021, tendo referido na altura que "o Município pode e deve desempenhar um papel ativo na procura de uma solução definitiva para um processo que se arrasta há demasiados anos". Neste sentido, defende que cabe ao Governo Regional "estender a mão" uma vez que os terrenos e infraestruturas são da propriedade do Governo, fazendo parcerias com quem entenda por útil.

Por último, e considerando a reivindicação de uma parceria com o Município para a criação de uma zona balnear em zona próxima às Termas do Varadouro, a Deputada Salomé Matos solicita a posição da Câmara Municipal da Horta quanto a esta reivindicação.

Em resposta, o Presidente da Câmara Municipal da Horta defende que essa poderá ser uma boa solução também para associar ao projeto mais abrangente, ou seja, do trabalho que está a ser realizado resultar como benéfico a associação e aproveitamento dessa intervenção afim da criação de uma zona balnear que já ali existiu, naturalmente que o Município estará interessado em criar mais um ponto de interesse turística na zona e na ilha por se tratar de uma mais valia para a ilha do Faial, para a freguesia do Capelo e para a zona do Capelo.

Não havendo mais inscrições na segunda e terceira ronda de questões, o Presidente da Comissão deu por encerrada a audição do Presidente da Câmara Municipal da Horta, o

Senhor Carlos Ferreira.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 10/XIII, a Comissão de Economia, aprovou por maioria, as seguintes conclusões:

A petição foi devidamente subscrita, por 1425 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

As pretensões dos peticionários têm origem na presente petição "Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro".

Os peticionários consideram que a situação das Termas do Varadouro é um símbolo da inércia de sucessivos governos, nas últimas três décadas. Alertam para o facto do edifício e a área circundante estarem presentemente em estado avançado de degradação, e que a possibilidade de recuperar este espaço, com um projeto que beneficie tanto a população local, quanto os turistas, ainda está longe de ser concretizado. Pelo exposto, os peticionários defendem que a recuperação das Termas do Varadouro deve ser uma prioridade para o Governo Regional dos Açores, tanto como um ativo turístico e de bem-estar, quanto como um elemento cultural e patrimonial da Região.

A Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, defende a cedência dos terrenos na posse do Governo Regional à Câmara Municipal da Horta e considera que não cabe ao Governo Regional gerir ou até mesmo intervir diretamente naquele Complexo Termal, o qual, no entendimento do Governo Regional, deve ser concessionado a uma entidade privada, por um prazo compatível com o investimento, sendo preferencialmente esta a assumir a responsabilidade pelas obras necessárias. Justifica a sua posição, alegando que cabe ao futuro investidor privado definir qual o projeto a desenvolver, sem que este esteja à partida condicionado por um projeto ou uma requalificação previamente feita, que poderia colidir com o propósito por parte

de quem venha a manifestar interesse em investir e explorar o Complexo das Termas do Varadouro. A Secretária Regional do Turismo Mobilidade e Infraestruturas reitera que o Governo Regional e a Câmara Municipal da Horta têm mantido contacto no sentido de estas entidades alcançarem uma solução, a qual se pretende que esteja alinhada com os interesses oportunamente manifestados por potenciais investidores.

O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, Senhor Francisco Rosa, lamenta que todo o processo relativo ao Complexo das Termas do Varadouro não tenha tido o mesmo tratamento que tiveram os dois outros complexos termais da Região Autónoma dos Açores. Neste sentido, defende que o investimento deverá ser feito primeiramente através de um investimento público, no que concerne à reabilitação de todo o edificado e à semelhança do que foi feito no passado em idênticas situações, e posteriormente colocar o Complexo Termal disponível para um eventual investimento privado. Defende também, que atendendo ao facto de estarem em causa recursos naturais de relevância, deverá existir um controlo público efetivo no decorrer de todo o processo.

O Presidente da Câmara do Comércio e Indústria da Horta considera de enorme importância o património histórico que as Termas do Varadouro têm, não só pela relevância que tiveram outrora, como também por toda a envolvência do espaço onde estão implementadas. Desta forma, lamentou que todo este processo se prolongue há demasiado tempo, bem como desperdício de um potencial impacto positivo que a reabilitação deste complexo poderia já ter surtido, tanto ao nível económico, como enquanto produto turístico.

O Presidente da Câmara Municipal da Horta, Senhor Carlos Ferreira, considera que as Termas do Varadouro poderão ser uma estrutura muito relevante para a população local, bem como para o setor turístico, atendendo à entrada no circuito de turismo termal que é praticado na Região Autónoma dos Açores, nomeadamente, nas Termas do Carapacho e nas Termas da Ferraria, defendendo também a importância da reabilitação das Termas do Varadouro.

Para o Autarca, cabe ao Governo Regional captar investidores privados com interesse em reabilitar as Termas do Varadouro e colocar as Termas ao serviço da ilha do Faial e da Região Autónoma dos Açores, sendo que na ausência de eventuais interessados deve o

Governo Regional dos Açores promover a reabilitação das Termas e posteriormente concessioná-las.

O Senhor Carlos Ferreira afirma ainda que o Município da Horta tem todo o interesse na forma como se poderá concretizar este processo e na sua resolução, reiterando ainda que, quer a Câmara Municipal, quer o Governo Regional já realizaram diversas diligências nos no sentido de se encontrar uma solução para as Termas.

Das conclusões elencadas, conclui-se que as três entidades – Governo Regional, Câmara Municipal da Horta (CMH) e Câmara do Comércio e Indústria do Faial (CCIH) – convergem na importância de reabilitar e valorizar as Termas do Varadouro, mas divergem quanto ao modelo de investimento.

8. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

O presente relatório foi aprovado por maioria com os votos a favor do PSD, CHEGA e BE e a abstenção do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o relatório da Comissão e estão abertas as inscrições. Cada grupo e representação parlamentar, para a apreciação das petições, tem até 8 minutos.

Está inscrito o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, a quem dou a palavra. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me começar por enaltecer e agradecer a presente iniciativa, diligenciada pelo Sr. Nuno Rosa, enquanto primeiro peticionário. A participação ativa da sociedade civil na vida pública é sinal de esperança numa democracia saudável, dinâmica e comprometida com o bem comum.

Esta petição, ao ser apresentada, demonstra não só a preocupação com uma causa

relevante, como também a vontade de contribuir para a construção de soluções que melhor sirvam a nossa Região.

Aos peticionários reconhecemos o mérito do seu envolvimento, o esforço na mobilização e a responsabilidade com que trouxeram este tema à esfera pública e política.

A história das Termas do Varadouro remonta ao século XIX, quando começaram a ser reconhecidas as propriedades terapêuticas das suas águas, as quais eram procuradas por residentes da ilha, por visitantes de outras ilhas e até mesmo do exterior, tendo este complexo conhecido o seu auge de atividade entre as décadas de 1920 e 1950.

No entanto, o sismo de 9 de julho de 1998, que afetou gravemente o Faial, causou danos significativos nas estruturas deste complexo termal, tendo sido esta catástrofe o início do seu declínio, permanecendo fechadas ao público desde então.

Apesar de vários projetos de recuperação terem sido discutidos ao longo dos anos, a reativação das Termas ainda não se concretizou. Hoje, passados todos estes anos, as Termas do Varadouro representam um importante património histórico e natural da ilha do Faial, com potencial para a valorização turística, cultural e de saúde, que continua a aguardar um projeto de recuperação sustentável e respeitador do contexto geotermal e ecológico local.

Feito o devido enquadramento, e considerando o estado degradado em que atualmente se encontra o complexo das Termas do Varadouro, passados todos estes anos, é indiscutível que este é um processo difícil e as palavras da Senhora Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, que na sua intervenção, em sede de Comissão, afirmava: " O Varadouro tem de ter uma solução mais de acordo com as próprias circunstâncias, porque são de facto circunstâncias difíceis. Se não fossem difíceis, o assunto já estava resolvido."

Foram muitos os avanços e recuos, mas a solução carece, não só da intervenção do Governo Regional, do Município de Horta, da Câmara do Comércio e Indústria de Horta, como de todos os faialenses, a quem cabe também uma palavra sobre aquilo que

se pretende para o futuro do complexo das Termas do Varadouro, enquanto recurso de elevado interesse histórico, cultural e turístico para a ilha do Faial.

Importa referir que a história deste dossier confunde-se com a história de tantos outros, tendo sido, não raras vezes, usado como arma de arremesso político, alegando-se muitas vezes nesta Casa e em outros órgãos democráticos, falta de vontade política.

Uma postura exigente, reivindicativa e com respostas rápidas e soluções eficazes era o que se exigia, legitimamente, naturalmente, mas quando se alcança o poder é preciso dar consistência às palavras, com atos, e infelizmente isso em relação à recuperação das Termas do Varadouro não tem vindo a acontecer.

E é exatamente este comportamento, infelizmente, recorrente em diversos contextos políticos que mina a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas, que alimenta o populismo e enfraquece o espaço do debate racional e construtivo.

Tendo sido ouvida, em sede de Comissão, a titular da pasta do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, Dra. Berta Cabral, a Câmara do Comércio e Indústria da Horta, com o seu Presidente Francisco Rosa e o Presidente da Câmara Municipal da Horta, o Comandante Carlos Ferreira, resulta claro que à data não existe ainda uma estratégia concertada sobre o futuro deste empreendimento. Aquilo a que assistimos foi a um passar de responsabilidades entre o Governo e o Município, mantendo a Câmara do Comércio e Indústria da Horta totalmente à margem deste processo.

Alega o Governo Regional dos Açores que as Termas do Varadouro devem ser concessionadas a entidades privadas, sem qualquer intervenção prévia, por parte do Governo ou da Câmara Municipal, e que esta solução envolve uma parceria com a Câmara Municipal para uma concessão conjunta dos prédios do Governo Regional e dos terrenos municipais, uma vez que, desta forma, seria possível alcançar uma complementaridade mais robusta entre alojamento e exploração termal.

Mais acrescenta que esta abordagem segue a mesma linha do Governo anterior, que defendia a concessão a privados como modelo prioritário, omitindo deliberadamente o facto que esta abordagem do Governo anterior do Partido Socialista, foi sempre

criticada pelo Partido Social Democrata enquanto oposição.

Estranha-se é que, perante tantas conversações entre o Governo e o Município, seja a própria Secretária a afirmar que: "Em primeiro lugar, tínhamos que saber se a Câmara Municipal estava disposta a avançar."

Ora, se nem aqui chegámos, a verdade é que este dossier não teve qualquer tipo de avanço, desde que este Governo tomou posse. O que, se dúvidas houvesse, justifica a premência desta petição e que esta sirva para esse processo avançar.

Por outro lado, em sede de Comissão, o Presidente da Câmara Municipal da Horta refere que cabe ao Governo Regional captar investidores privados para reabilitar as termas do Varadouro e que, na ausência de investidores privados, deve o Governo Regional dos Açores promover a reabilitação das termas e concessioná-las.

A estas duas visões divergentes acresce ainda a posição da Câmara do Comércio e Indústria de Horta, que, através do seu Presidente, defende uma solução que passa por um investimento, em primeiro lugar público, seguido por uma concessão a privados, a quem caberá à exploração do complexo.

Perante os factos aqui expostos e deixando propositadamente as conclusões à mercê de cada um, permitam-me apenas acrescentar, com toda a seriedade e humildade desta bancada que este processo naturalmente merece, o Partido Socialista, enquanto Governo, não conseguiu resolver a recuperação das termas do Varadouro.

A estratégia que adotou na altura não funcionou, foi criticado, pela oposição da altura, e isto são factos.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não precisava de dizer, Sr. Deputado. Está à vista de toda a gente.

O Orador: Não podemos é aceitar que quem nos criticava no passado adote agora precisamente a mesma estratégia que não funcionou quando o Governo era do Partido Socialista e diga apenas que é um processo difícil e, se não o fosse, já estava resolvido.

Exige-se mais rigor e soluções eficazes para resolver este problema, dando cumprimento com aquilo que em diferentes momentos pré-eleitorais e, por diversas

vezes, prometeu aos faialenses. Lamento, por isso, que igual seriedade não tenha havido, por parte do PSD Faial, que durante anos — e eu posso comprovar isso — usou um assunto, ainda hoje considerado de difícil, para atacar o Governo de então, socorrendo-se das mais diversas ferramentas ao seu alcance, com destaque na imprensa regional e local.

Já o assumi aqui hoje e volto a assumir as nossas responsabilidades. Mas quem governa tem que assumir as suas e quem suporta este Governo atualmente também tem de assumir as suas para que haja credibilidade no espaço político e a recuperação das termas do Varadouro seja uma realidade.

Este é, de facto, um exemplo daquilo que representa não apenas de coerência partidária, mas sim uma ameaça séria à própria democracia. Porque uma democracia forte exige partidos sérios, coerentes e responsáveis, tanto na oposição, como no Governo. E é exatamente por isso que toda e qualquer exigência deve ser acompanhada da capacidade de agir, do compromisso com a verdade e da humildade necessária para reconhecer os seus limites.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma coisa muito importante para a democracia, para a política, é também a história e há que ter memória histórica. Eu penso que o PS se esqueceu, deu-lhe um apagão.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Não esqueceu nada, eu disse isso mesmo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: O senhor não ouviu a intervenção!

O Orador: Porque se nós fôssemos fazer aqui uma questão matemática de quem é que é o culpado, em 27 anos, então, o PS tem 81,5 % de culpa. É uma evidência matemática! E a coligação tem 18,5 % de culpa. Isso é que é a realidade, ou seja, os dois partidos, os dois blocos não conseguiram fazer nada.

Claro que, no meio disso tudo, há um problema técnico que não foi aqui referido, mas foi referido em audição, que não permite construir naquele local, devido a problemas infraestruturais que foram devidamente identificados pelas entidades competentes. Logo, isso vai limitar muito o investimento.

Mas, recordando a memória histórica, já em 1999, o PS, então o Governo Socialista, apresentava, um plano de recuperação das termas. Depois, transitou esse processo para as Ilhas de Valor. Ilhas de Valor, nada foi feito.

Fez-se, por acaso, na Graciosa, fez-se na Ferraria em São Miguel, nada foi feito. Mas depois, veja, passaram para a Câmara da Horta e aguentou 3 meses. Ao fim de 3 meses, passaram para a SPRHI (Sociedade de Promoção e Reabilitação de Habitação e Infraestruturas, S.A). SPRHI, essa empresa maravilhosa que nos deixou com 167,4 milhões de euros de dívida e os administradores todos arguidos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quanto?

Deputado José Pacheco (CH): Isso é uma vergonha!

O Orador: 167,4 milhões de euros.

Portanto, conclusão, não fez nada.

Mas, também, claro que a coligação, e é verdade o que foi dito também aqui, na altura, um Sr. Deputado chamado Luís Garcia, atual presidente, dizia que era incompreensível e imperdoável que não se fizesse nada para aproveitar aquele recurso. E, de facto, não se fez nada até aos dias de hoje.

O certo é que estamos neste momento aqui e, se calhar, há que falar a verdade às pessoas. Os privados vão ter interesse quando a Câmara Municipal tem que fazer um investimento para ir buscar a água? Quando a Câmara do Comércio não se entende com a Câmara Municipal e com o Governo Regional? Olhe, sinceramente, olhando

para isso tudo, se calhar, falar a verdade aos faialenses e dizer, olhe, façam um museu. Não têm nome não para o museu. O CHEGA sugere um nome: Museu das Obras de Santa Engrácia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Primeiro, começo por saudar o primeiro peticionário, o Sr. Nuno Rosa, que nos trouxe a petição que recomenda ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro e, na sua pessoa, saúdo todos os peticionários que subscreveram esta petição.

E, de facto, as Termas do Varadouro, aqui na ilha do Faial, têm uma história importante. Dizem muito à população da ilha do Faial e foram inauguradas em 1954, como é do conhecimento público, funcionando até aos anos 90.

Com o crescimento do turismo na Região, o termalismo voltou a ser encarado como um potencial, neste caso, como uma potencial atração turística, de valorização daquele espaço também. E, como bem recorda a petição, em 1999, foi pela primeira vez anunciado o Projeto de Reabilitação das Termas do Varadouro, pelo Governo Regional de então.

Depois disso, tivemos um longo tempo de promessas, anúncios, avanços e recuos. E, entretanto, outras termas nos Açores, igualmente importantes, foram reabilitadas através da empresa pública Ilhas de Valor. Falo, obviamente, das Termas da Ferraria, na ilha de São Miguel e das Termas do Carapacho, na ilha da Graciosa.

O mesmo não aconteceu até hoje com as Termas do Varadouro, o que, durante muitos anos, gerou, como é óbvio, em primeiro lugar, insatisfação da população da ilha do

Faial, críticas da oposição, inclusive críticas e propostas, já agora, do Bloco de Esquerda.

E recordo as críticas e recordo o seu teor, porque elas são importantes para aquilo que nós estamos hoje a debater, que é uma nova reivindicação — nova/velha reivindicação — quanto à recuperação das Termas do Varadouro.

De facto, o Governo mudou, mas, como se dizia na altura, o Faial continua a ser puxado para baixo.

O que esta Governação até hoje não foi capaz de explicar aos faialenses é porque é que em São Miguel e na Graciosa se fez os investimentos termais na totalidade através da Sociedade de Ilhas de Valor, S.A. e no Faial tem de ser os privados a fazer? Qual é a diferença desse investimento que justifica uma modalidade diferente no Faial que discrimina esta ilha e os seus empresários? A citação não é minha, a frase não é minha, é do Sr. Deputado, à altura, Sr. Deputado Luís Garcia, hoje Sr. Presidente da Assembleia. Esta era a posição oficial do PSD. E eu subscrevo-a por inteiro, porque ela permanece atual. Está exatamente na mesma, porque as Termas estão na mesma e o argumento mudou. As cadeiras trocaram-se, ou melhor, os ocupantes das cadeiras são outros, mas o argumentário é o mesmo. É uma crítica que tem seis anos e mantém-se atual.

Hoje, o Governo Regional do PSD, para além de nada ter feito para recuperar as Termas do Varadouro, atira para privados, que ninguém sabe quem são, ou quando chegarão, a recuperação das Termas do Varadouro. Faz exatamente aquilo que criticava durante anos e até muito recentemente, aliás, muito próximo das eleições de 2020, em 2019.

E, lamentavelmente, as Termas do Varadouro continuam a ser o exemplo de como sucessivos governos, de várias cores, ou melhor, de duas cores com matizes de azul, continuam a puxar o Faial para baixo.

E nos últimos cinco anos, só para dar o exemplo, …

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Menos!

O Orador: … só para dar o exemplo dos últimos cinco anos, por quatro vezes, o Bloco

de Esquerda propôs, como proposta de alteração ao Orçamento, a inclusão das Termas do Varadouro e, por quatro vezes, foi a proposta rejeitada e nada se fez.

Ora, nós não desistimos de o fazer, de acompanhar a reivindicação dos peticionários e deixando também, como é óbvio — e neste espaço que permite outro debate que no Orçamento é mais difícil — um alerta sobre aquilo que deve ser feito. A recuperação das Termas do Varadouro deve respeitar a história, a arquitetura, o enquadramento paisagístico e o lugar do Varadouro.

E o projeto, para além disso, deve permitir ampla discussão pública e democrática e não se fazer, como se faz tantas vezes, que o projeto é apresentado às escondidas e que não permite sequer que a população e quem tem interesse no assunto possa participar, responder, para que tenhamos um projeto que corresponda às expectativas dos faialenses.

Finalmente, dizer que é fundamental que todas as partes interessadas trabalhem em conjunto, se entendam. Há, claramente, divergências sobre o caminho a seguir entre o Governo e a Câmara, a Câmara de Comércio. É preciso que se entendam, mas há aqui uma entidade que tem a responsabilidade maior e que não se pode demitir dela, como já está a demitir-se há tantos anos, que é o Governo Regional. Não se pode continuar a demitir da sua responsabilidade. Nós continuaremos a reivindicar e a acompanhar a reivindicação destes peticionários, por uma questão tão simples: o Faial merece.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar por valorizar esta iniciativa e parabenizar o peticionário, o Sr. Nuno Rosa, por este ato cívico que permite trazer a esta Casa uma legítima reivindicação dos açorianos.

É este tipo de participação que enriquece a democracia e contribui para um debate mais

próximo das pessoas e das suas preocupações. Devemos, naturalmente, apoiar e valorizar tudo aquilo que possa acrescentar valor à nossa Região, tanto do ponto de vista social, como do ponto de vista económico, mas sempre de uma forma responsável.
A experiência do passado ensinou-nos que nem todos os investimentos geraram o retorno esperado. Por isso, é fundamental garantir que os recursos públicos são aplicados com critério, em projetos sólidos e bem fundamentados.
Sabemos que existem algumas condicionantes relativamente aos seus furos, à sua termalidade e à sua zona envolvente. Portanto, é essencial estudar com rigor a estratégia a seguir e a melhor forma de aproveitar este recurso natural que são as Termas de Varadouro.
Em suma, o aproveitamento daquilo que temos de melhor deve ser valorizado e deve, acima de tudo, traduzir-se num benefício direto para os açorianos, em desenvolvimento e qualidade de vida e em oportunidades concretas.
Disse.

Neste momento, a Deputada Isabel Teixeira substituiu temporariamente o Deputado Lubélio Mendonça no lugar de secretário da Mesa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputada Salomé Matos** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Inicio a minha intervenção, naturalmente também por saudar os 1425 peticionários pela apresentação desta iniciativa cívica, na pessoa do primeiro signatário, o Sr. Nuno Rosa, também ele presidente da Junta de Freguesia do Capelo, onde existem as termas do Varadouro e, obviamente, lembrando que iniciativas como estas são de louvar e são um contributo importante para uma sociedade dinâmica.
As preocupações dos peticionários são válidas, são compreensíveis, são partilhadas

pelo Grupo Parlamentar do PSD, já que, efetivamente, como aqui a própria petição faz um histórico muito fiel de todo o processo, aqui também já hoje esse histórico ficou claro e, portanto, arrastou-se ao longo de vários governos regionais, mais propriamente oito governos regionais.

De facto, as termas viram o seu encerramento no final da década de 90, como aqui e bem assumiu o Deputado Lúcio Rodrigues e se as pretensões dos faialenses e o PSD Faial, na época, pela voz do colega Deputado Luís Garcia, não mais fez do que dar voz àquilo que eram as pretensões dos faialenses.

E, de facto, porque o fez, para além de ser um investimento, obviamente, de relevância para a ilha, a questão é que o Governo do Partido Socialista comprometia-se sucessivamente a cada ciclo eleitoral com este investimento. Fê-lo em 2005, comprometendo-se na legislatura de 2004 a 2008, este investimento havia sido feito, e comprometeu-se em 2011, também nessa legislatura.

Efetivamente, adquiriu alguns terrenos e moradias que estão anexos ao edifício das Termas, e foi desenrolando, de facto, um processo com alguns avanços, com alguns recuos, nomeadamente a concessão dos terrenos para a Câmara Municipal, que face a vicissitudes que foram na altura alheias à decisão, acabaram depois por ir — como aqui também já foi referido — para a alçada da SPRHI. A verdade é que, chegados a 2020, quando o governo de coligação toma posse, não havia, para além da aquisição destes terrenos, qualquer avanço nesse sentido.

Quando se fala aqui de projetos escondidos, verdade seja dita que, de facto, a condução deste processo também nos permitiu, nomeadamente por parte da audição da Câmara do Comércio e Indústria da Horta, que só aquando desta audição, é que tomou conhecimento de alguns pormenores, não de somenos importância, importantes deste processo. E, portanto, quando hoje se apela à transparência, a verdade é que durante anos não foi possível envolver, nomeadamente a Câmara do Comércio, que hoje, reconhecemos que faz todo o sentido estar envolvida neste processo e, estranhamente, alegou desconhecimento do processo.

Esta iniciativa permitiu-nos esta discussão. Efetivamente, para além das promessas que ocorreram, foram muito escassas as ações efetivas e a crescente deterioração das infraestruturas é o motivo da grande insatisfação dos peticionários que agora vêm manifestar-se.

Também não podemos, ao longo deste processo, deixar de isentar de responsabilidades aqueles que na época à frente, quer da Junta de Freguesia, quer da Câmara Municipal, pouco ou nada fizeram.

O relatório que resultou das audições realizadas na Comissão destacou, essencialmente, que há, efetivamente, um edificado extremamente deteriorado, que houve, ao longo dos anos, a ausência de um modelo integrado para garantir a sua viabilidade e que isso foram obstáculos determinantes no facto de não ter havido qualquer avanço.

Acresce, e tomámos conhecimento no decurso da tramitação em Comissão que, em 2018, havia um parecer da Direção Regional do Ambiente que desaconselhava a construção naquele espaço, alertando para riscos de deslizamento de terras e galgamento de mar, motivo pelo qual, também hoje se compreende, que justifica a pouca procura de alguns privados.

Ficou evidente que, apesar dos recursos hidrotermais que continuam presentes na zona do Varadouro, deve ser considerado o aproveitamento de águas termais existentes no Capelo, que são do conhecimento há várias décadas, mas que também esse aspeto não foi, durante anos, aproveitado, uma vez que estas duas situações, no seu conjunto, oferecem condições adequadas à implementação de infraestruturas termais, especialmente em contexto de bem-estar, que poderão e deverão se complementar, diversificando a oferta.

E isso foi publicamente, inclusive, afirmado pelo Diretor do Instituto de Inovação Tecnológica dos Açores, que deposita neste — que ele chama de um polo termal Varadouro-Capelo — um grande potencial.

O Governo Regional, quer em audição, quer em virtude de diligências que já haviam sido feitas antes, e que nos deu conhecimento, não tem ignorado este investimento.

A questão é que, chegados a 2020, infelizmente na ilha do Faial havia muito que fazer, ou praticamente tudo para fazer, e, portanto, nunca este Governo Regional se comprometeu, ao longo destes anos, com este investimento, exatamente porque também não é possível fazer, em tão pouco tempo, o que antes não foi feito.

E a Sra. Secretária, ouvida em audição, foi muito clara, manifestou o interesse por potenciar e desenvolver, ser parceira no desenvolvimento deste projeto, não se comprometendo com aquilo que não se pode comprometer. Isso é que é transparência, isso é que é frontalidade, e, portanto, sobre a mesa ficaram as opções de contar com o investimento privado, usando o potencial, quer do edificado que lá está, quer das moradias, bem como ficou bem patente o interesse de uma parceria com a Câmara Municipal da Horta, que é proprietária do furo que apresenta algumas condições. Portanto, nem o Governo Regional, nem a Câmara Municipal da Horta, e estou certa que nem a Câmara de Comércio e Indústria da Horta, deixarão de desenvolver todos os esforços para devolver aos faialenses o seu lugar naquilo que é o termalismo e o turismo de bem-estar dos Açores.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E, portanto, vou já terminar, Sr. Presidente, o Grupo Parlamentar do PSD, confiando naquilo que são os propósitos do Governo Regional e da Câmara Municipal da Horta, subscreve os anseios dos peticionários.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma saudação da praxe aos peticionários, na pessoa do seu primeiro subscritor, pelo ato de cidadania e pelo número de assinaturas que conseguiram recolher, que estas sim, são bastante significativas, ultrapassando em três vezes aquelas que são necessárias para que uma petição suba a este plenário.

As Termas do Carapacho fazem parte de um conjunto de edifícios termais que existem

nas ilhas dos Açores, fazem parte integrante de um plano do Engenheiro Frederico Ulrich, que foi concluído, depois da sua saída do Governo, pelo Engenheiro Arantes de Oliveira e que englobam as Termas do Carapacho, os novos banhos das Furnas, as Termas da Ferraria numa adaptação e que já vinha de um plano do século XIX de utilização de águas termais para tratamentos de pele, principalmente, como é bem conhecido na Ribeira Grande, nas Furnas e em quase todas as ilhas dos Açores.

Não obstante isto, chegamos ao século XXI e não conseguimos sequer recuperar aquilo que os nossos antepassados nos deixaram de bem feito. E, sem querer citar o nome do Sr. Presidente da Assembleia, direi aqui uma coisa que já disse várias vezes sobre vários assuntos, nesta Sala de Plenário. Quando se está na oposição, pode-se falar de tudo, mas tem de se preparar para a eventualidade de ser Governo e o PSD não se preparou para essa eventualidade, porque senão, todas as soluções milagrosas que tinha quando era oposição, teria executado num relâmpago em 4 anos.

Deputado Flávio Soares (PSD): Está enganado, Sr. Deputado. O problema é que o caos era maior do que aquilo que se pensava.

O Orador: Mas, afinal, agora tudo são dificuldades. É aquilo que em política alguns chamam de efeito *boomerang*. Para quem não sabe o que é um *boomerang*, é uma arma de caça australiana que se atira e que volta à nossa mão. E isto, em política, é aquilo que se pode chamar o efeito *boomerang*. É atirarmos à situação aquilo que achamos que a situação não está a conseguir fazer e depois, quando chegamos a essa posição, não estamos preparados para executar. As Termas do Carapacho são um excelente exemplo disso.

E já agora, para fazer uma pequena visita histórica, em março de 2023, a Iniciativa Liberal fez uma visita oficial à ilha de Faial e visitou as Termas do Varadouro na companhia de alguns populares da freguesia do Capelo e depois, nesta Casa, na sessão plenária do mês de abril, como é praxe, fizemos várias intervenções e uma delas foi precisamente sobre as Termas do Varadouro. De 2023 para cá, provavelmente perderam-se em estudos, perderam-se em conversas e nada foi feito.

Bem haja quem fez esta petição para podermos outra vez, aqui, passado este tempo todo, falar das termas do Varadouro.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Mendonça (PPM): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PPM agradece em primeiro lugar, ao primeiro peticionário, o Sr. Nuno Rosa, a apresentação desta petição.

Saudamos a sua iniciativa pela ação cívica em defesa de um património tão importante para o Faial e para os Açores. Cumprimentamos também todos os cidadãos que subscreveram esta causa.

As Termas do Varadouro foram inauguradas em 1954 e, durante muitos anos, foram uma referência no termalismo açoriano.

As suas águas, conhecidas desde o século XIX, receberam muitos visitantes e eram procuradas pelas suas propriedades terapêuticas.

O edifício foi considerado uma das melhores unidades termais da Região. Encerraram nos anos 90 e, desde então, vários projetos foram anunciados, mas nenhum se concretizou.

Faltou vontade política, coordenação e prioridade.

O PPM concorda com o pedido desta petição.

O Governo Regional deve apoiar e incentivar a recuperação deste espaço, em articulação com outros parceiros públicos e privados.

Este investimento pode gerar emprego, atrair visitantes, principalmente na época baixa, combatendo assim a sazonalidade, e contribuir para a oferta turística do Faial.

O termalismo também é uma mais-valia para a saúde. Vários estudos indicam benefícios no tratamento de doenças reumáticas, respiratórias, e na redução do stress e da ansiedade.

Num arquipélago com a população envelhecida, o aproveitamento terapêutico das águas do Varadouro representa uma alternativa complementar importante.
O PPM continuará a defender esta causa, já trazida a Plenário no passado. Esta é uma reivindicação justa da população do Faial — e deve merecer a devida atenção do Governo Regional.
Disse.

Neste momento o Deputado Lubélio Mendonça retomou o seu lugar de secretário na Mesa.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Penso que todos os grupos e representações parlamentares — pelo menos os presentes — já usaram da palavra. Consideramos assim apreciada esta petição e avançamos para o ponto 9 da nossa agenda **- Petição n.º 11/XIII – "Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente"**, apresentada por António José Calado Lucas, na qualidade de primeiro subscritor.
Foi uma petição apreciada pela Comissão de Assuntos Parlamentares.
Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá, para a apresentação do relatório desta petição.
Faça favor, Sra. Deputada.
(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e parecer da Petição n.º 11/XIII – "Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente"

A 14 de outubro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a presente petição, à qual foi atribuído o número 11/XIII, intitulada pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente, subscrita

por 430 cidadãos, cujo primeiro signatário é o Sr. António José Calado Lucas.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão dos Assuntos Sociais para relato e emissão de parecer.

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais e regimentais, a Comissão dos Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2, do artigo 190.º do referido Regimento e deliberou admiti-la por unanimidade.

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar a intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assumindo uma nova resolução sobre esta matéria, com carácter de urgência, de modo a resolver a lacuna na legislação regional, relativa à abrangência ou retroatividade do disposto do n.º 1, do artigo 219.º do Decreto Legislativo Regional nº 23/2023-A, de 26 de junho.

Os peticionários, no documento entregue, justificam que, estando já consagrado no Decreto Legislativo Regional nº 23/2023-A, de 26 de junho, no seu n.º 1, do artigo 219.º, o reconhecimento do tempo de serviço em valência de creche, para efeitos de reposição na carreira do ensino público, não consagrou o legislador a retroatividade da produção de efeitos, criando uma inaceitável discriminação para inúmeros educadores com a totalidade ou parcialidade do seu tempo de serviço prestado na referida valência.

Considerando que, como assumido no DRR n.º 17/2001-A, de 29 de novembro, a creche é um meio educativo e de apoio à família que presta cuidados educativos e assistenciais à criança e contribui para a sua socialização, para o seu desenvolvimento global e para o despiste de inadaptações, deficiências e precocidades e para o seu equilíbrio emocional e afetivo, sendo o educador de infância o responsável pela coordenação da elaboração e aplicação do projeto educativo, da respetiva atividade educativa e orientação técnica do pessoal docente e não docente, assumindo a direção pedagógica, conforme n.º 3, do artigo 45.º do DRR n.º 17/2001-A, de 29 de novembro, e considerando ainda que a creche não é uma valência inferior do sistema educativo,

mas antes uma das respostas educativas e pedagógicas que propicia uma estimulação da criança, tanto ao nível cognitivo, como motor emocional e afetivo, tornando-se assim essencial para o desenvolvimento harmonioso e global das crianças, os educadores de infância são os agentes educativos de excelência no desempenho de funções pedagógicas, que na creche estruturam um processo de vinculação, através da promoção de contato físico assim como da interação psicoafectiva que propicia o desenvolvimento sensorial e preceptivo da criança.

Os educadores de infância que desempenham funções pedagógicas em valência de creche em instituições educativas de setor privado, são também agentes educativos no exercício uma função de interesse público.

Os educadores de infância a prestar serviço em valências de creche exercem a sua função educativa e desenvolvem um projeto pedagógico, promovendo funções técnico-pedagógicas de acordo com a sua função docente.

Os educadores de infância a prestar serviço na área da intervenção precoce no setor público também desenvolvem a sua prática pedagógica com crianças da mesma faixa etária e beneficiam do seu tempo de serviço contado para todos os efeitos legais.

Perante o exposto, a Comissão de Assuntos Sociais deliberou proceder à audição e ouvir, presencialmente ou com recurso a meios telemáticos, o primeiro subscritor da petição, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), o membro do Governo com competência na matéria e o SINTAP (Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e de Entidades com Fins Públicos).

Deliberou igualmente solicitar pareceres escritos à URIPSA (União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores) e à URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores).

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da petição nº 11/XIII, a Comissão de Assuntos Sociais aprovou por unanimidade as seguintes conclusões:

A petição foi devidamente subscrita, no mínimo por 300 cidadãos, nos termos da alínea

a), do n.º 1 do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia.

As pretensões dos peticionários têm origem na lacuna que alegam existir na legislação regional relativa à abrangência, retroatividade do disposto n.º 1, do artigo 219.º do Decreto Legislativo Regional nº 23-2023-A de 26 de junho.

Neste sentido, e no documento entregue, justificam que estando já consagrado no Decreto Legislativo Regional nº 23/2023-A de 26 de junho, no seu n.º 1, do artigo 219.º, o reconhecimento do tempo de serviço em valência de creche para efeitos de reposicionamento na carreira do ensino público, não consagrou o legislador a retroatividade da produção de efeitos, criando uma inaceitável discriminação para inúmeros educadores com a totalidade ou parcialidade do seu tempo de serviço prestado na referida valência de creche.

O reconhecimento parcial do tempo de serviço em creche é uma matéria que remonta à última revisão do Estatuto da Carreira Docente, realizada em 2023, não tendo sido legislado o seu efeito retroativo.

Não obstante, esta alteração veio permitir a contabilização do tempo de serviço prestado em creche para efeitos de progressão na carreira, mas apenas de forma prospetiva. Antes disso, o tempo era apenas contabilizado para efeitos de concurso.

Esta limitação, segundo o Governo Regional, deve-se a questões de justiça, utilidade prática e impacto orçamental. A ausência de retroatividade é percecionada como injusta por educadores e sindicatos.

Neste âmbito, tanto o primeiro peticionário, como os sindicatos representados, o SPRA (Sindicato dos Professores da Região Açores) e o SDPA, consideram que a não aplicação retroativa do reconhecimento, constitui uma desvalorização do trabalho educativo realizado em valência de creche. Defendem que as soluções e exigências legais não se alteraram em 2023, pelo que o reconhecimento apenas a partir dessa data é arbitrário e injustificado.

O Governo Regional justifica a não retroatividade com critérios técnicos e financeiros e alega que não é possível aplicar retroativamente a medida devido à falta de avaliações formais no setor privado, à diversidade de situações anteriores e à dificuldade de certificação do tempo de serviço com os critérios atuais. Aponta ainda o impacto orçamental incerto como um obstáculo.

Os diferentes grupos parlamentares reconhecem, em geral, a relevância da matéria e a importância da valorização do trabalho em creche. Ainda assim, há divergências quanto à viabilidade da retroatividade.

A reivindicação é antiga e tem expressão significativa no setor educativo regional, inserindo-se a petição apresentada numa luta com mais de duas décadas, sendo esta a terceira iniciativa parlamentar sobre este mesmo tema.

Apesar da falta de dados exatos sobre o número de educadores afetados, estima-se que envolva dezenas ou centenas de profissionais dos Açores. O tema é particularmente sentido entre educadoras que transitaram do setor privado para o público.

Do presente relatório, deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do governo regional com competência na matéria.

Deputadas Joana Pombo Tavares e Andreia Cardoso (PS): Muito bem! Muito bem!

Relatório entregue na Mesa.

RELATÓRIO E PARECER

PETIÇÃO N.º 11/XIII/1.ª

PELO FIM DA DISCRIMINAÇÃO ENTRE DOCENTES E PELA DIGNIFICAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

INTRODUÇÃO

A 14 de outubro de 2024, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a presente petição, à qual foi atribuído o n.º 11/XIII, intitulada "Pelo fim da

discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente", subscrita por 430 cidadãos, cujo primeiro signatário é o senhor António José Calado Lucas.

Por despacho do Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Região Autónoma dos Açores, a mesma foi remetida à Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer, por se tratar de matéria da competência desta.

A Comissão de Assuntos Sociais reuniu no dia 19 de março de 2025, presencialmente e com recurso a meios telemáticos, para audição do primeiro subscritor, apreciação e relato da Petição n.º 11/XIII - Pelo fim da discriminação entre docentes e pela dignificação do trabalho docente.

CAPÍTULO I

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição enquadra-se no âmbito do artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa e exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do anexo da Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, que aprovou a terceira revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação.

A apreciação da Petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à Comissão Especializada Permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do n.º 4 do artigo 73.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Considerando que a matéria da presente Petição incide sobre *educação*, constata-se que a competência para emitir parecer é da Comissão de Assuntos Sociais, nos termos do artigo 4.º da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 1/2024/A, de 8 de abril, que aprova as competências das comissões especializadas permanentes.

CAPÍTULO II

ADMISSIBILIDADE

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais fixados na Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua redação atual, e com o artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do Regimento, e deliberou admiti-la, por unanimidade, em reunião ocorrida a 21 de outubro de 2024, tendo tal decisão sido comunicada formalmente ao primeiro subscritor.

De referir que apesar da Petição apresentar 478 subscritores, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º da Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, na sua atual redação, apenas 430 possuem correta identificação.

CAPÍTULO III

OBJETO DA PETIÇÃO

Os peticionários vêm, através deste instrumento de participação cívica, solicitar "a intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, assumindo uma nova resolução, sobre esta matéria, com carácter de urgência, de modo a resolver a lacuna na legislação regional relativa à abrangência/retroatividade do disposto no n.º 1 do artigo 219.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho. Os Peticionários, no documento entregue, justificam que "Estando já consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, no seu número 1 do artigo 219.º, o reconhecimento do tempo de serviço em valência de creche para efeitos de reposicionamento na carreira do ensino público, não consagrou o legislador a retroatividade da produção de efeitos, criando uma inaceitável discriminação para inúmero(as) educador(e)as, com a totalidade ou parcialidade do seu tempo de serviço prestado na referida valência.

Considerando que, como assumido no DRR n.º 17/2001/A, de 29 de novembro, "a creche é um meio educativo e de apoio à família que presta cuidados educativos e assistenciais à criança e contribui para a sua socialização, para o seu desenvolvimento global e para o despiste de inadaptações, deficiências e precocidades e para o seu equilíbrio emocional e afetivo", sendo o(a) educador(a) de infância, o responsável pela coordenação da elaboração e aplicação do projeto educativo, da respetiva atividade educativa e orientação técnica do pessoal docente e não docente, assumindo a direção pedagógica

(n.º 3 do artigo 45.º do DRR n.º 17/2001/A, de 29 de novembro) e considerando ainda que:

A creche não é uma valência inferior do sistema educativo, mas antes uma das respostas educativas e pedagógicas que propicia uma estimulação da criança tanto ao nível cognitivo, como motor, emocional e afetivo, tornando-se, assim, essencial para o desenvolvimento harmonioso e global das crianças;

O(a)s Educadore(a)s de infância são os agentes educativos de excelência no desempenho de funções pedagógicas, que, na creche, estruturam o processo de vinculação através da promoção do contacto físico, assim como da interação psicoafectiva que propicia o desenvolvimento sensorial e percetivo da criança;

O(a)s Educadore(a)s de Infância que desempenham funções pedagógicas em valência de creche em instituições educativas do setor privado são também agentes educativos no exercício de uma função de interesse público;

o)a)s Educadore(a)s de Infância a prestar serviço em valência de creche exercem a sua função educativa e desenvolvem um projeto pedagógico, promovendo funções técnico pedagógica, de acordo com a sua função docente;

O(a)s Educadore(a)s de Infância a prestar serviço na área de intervenção precoce, no setor público, também desenvolvem a sua prática pedagógica com crianças da mesma faixa etária, e beneficiam do seu tempo de serviço contando para todos os efeitos legais(…);".

CAPÍTULO IV

DILIGÊNCIAS EFETUADAS

Na reunião da Comissão, ocorrida a 31 de outubro de 2024, esta deliberou ouvir, presencialmente ou com recursos a meios telemáticos, o primeiro subscritor da Petição, o Sindicato Democrático dos Professores dos Açores, o membro do governo com competência na matéria e o SINTAP. Deliberou, igualmente, solicitar pareceres escritos à URIPSSA- União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores e URMA-União Regional das Misericórdias dos Açores.

Da Audição do primeiro peticionário, ocorrida a 19 de março de 2025:

O primeiro peticionário, António José Calado Lucas, iniciou a sua intervenção dando nota que a questão da contagem do tempo de serviço em creche é antiga e remonta

há mais de duas décadas, quando foi possível garantir a sua contagem para efeitos de concurso. No entanto, e apesar da introdução de alterações ao Estatuto da Carreira Docente (ECD), facto é que o tempo de serviço em creche não é ainda contabilizado para efeitos de progressão na carreira, omissão que o peticionário atribui a uma eventual cedência por parte do Governo Regional aos interesses das Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), eventualmente pelo facto de estas instituições preverem uma fuga das suas educadoras do setor social/ privado, para o setor público. Neste contexto, António Lucas alertou para as consequências que possam advir desta omissão do ECD, nomeadamente a possibilidade de profissionais com longa experiência serem ultrapassadas na carreira por colegas com menos tempo de serviço, apenas por este ter sido prestado fora da valência de creche.

A Educadora Ana Paula Relvas, que acompanhou o primeiro peticionário nesta audição, usou da palavra no sentido de reforçar a posição tomada anteriormente pelo Professor António Lucas, acrescentando o testemunho de ter sido já contatada por diversas educadoras, que se sentem profundamente injustiçadas, uma vez que o trabalho realizado em creche exige a mesma formação e dedicação do que em jardim de infância. Salientou também que o tempo de serviço em causa passou a ser contabilizado a partir das Alterações ao ECD feitas em 2023, não tendo este sido acompanhado de qualquer mudança nas funções desempenhadas ou até nos requisitos legais, em vigor até então. Sublinhou que muitas IPSS têm vindo a investir na criação de lugares em creche e na gratuitidade desses serviços, mas que continuam a negligenciar as condições laborais das suas profissionais, pelo que no seu entender, a não contabilização retroativa deste tempo de serviço constitui uma desvalorização objetiva do trabalho educativo prestado nas creches.

Aberta a primeira ronda de questões, a Deputada Inês Sá (PS) agradeceu as explicações prestadas e referiu que o tema, pelas suas especificidades, é por vezes difícil de entender para quem está fora do setor educativo. Perguntou se esta matéria já havia sido diretamente colocada à Senhora Secretária Regional da Educação Cultura e Desporto, Dra. Sofia Ribeiro, e, em caso afirmativo, qual teria sido a resposta obtida.

Em resposta, o Professor António Lucas afirmou que o Sindicato dos Professores da Região Açores (SPRA) abordou esta questão junto da tutela logo após a publicação

do novo Estatuto da Carreira Docente. Informou também, que não houve abertura para qualquer alteração, tendo o Governo Regional usado o argumento de que seria politicamente delicado alterar um diploma acabado de publicar. Por fim, acrescentou que, posteriormente, já houve outras alterações ao ECD, mas que nenhuma incidiu sobre esta matéria em concreto.

No uso da réplica, a Deputada Inês Sá lamentou a ausência de evolução entre 2023 e o presente, considerando que, não sendo uma questão nova, a sua resolução deveria já ter sido iniciada. Considerou ainda que, sendo uma reivindicação justa, esta não deveria continuar adiada.

Seguidamente usou da palavra a Deputada Délia Melo (PSD) que começou por reconhecer que o atual Governo Regional havia tentado corrigir uma omissão dos diplomas anteriores e questionou se o sindicato tinha uma noção clara do número de educadoras de infância abrangidas por esta situação e qual seria o impacto financeiro estimado da aplicação desta medida para os cofres da Região.

Em resposta, o Professor António Lucas referiu que é impossível quantificar com exatidão o impacto desta medida, uma vez que não existe um levantamento do universo de educadoras com tempo de serviço em creche antes de 2023. Acrescentou também que, mesmo entre as interessadas, seria necessário apurar individualmente quantos anos trabalharam em creche e quantos em jardim de infância. Sublinhou, no entanto, que o impacto financeiro seria certamente reduzido, comparável ao de acolher docentes oriundos do continente com anos de serviço já cumpridos.

No uso da réplica, a Deputada Délia Melo (PSD) quis saber se, antes de 2023, as educadoras estavam cientes de que o tempo de serviço em creche não era contado para efeitos de carreira, e se, após 2023, surgiram reclamações por desconhecimento.

Na contrarréplica, o Professor António Lucas confirmou que sim, indicando que muitas só se apercebem da situação quando são colocadas no público e verificam que parte significativa do seu percurso não é reconhecida.

Ainda na contrarréplica, a Professora Ana Paula Relvas salientou conhecer várias educadoras com longos anos de serviço em creche, que se sentem inferiorizadas em relação às colegas de jardim de infância. Referiu também que, mais do que quererem transitar para o setor público, estas profissionais procuram que o seu trabalho seja

reconhecido como legítimo e de igual valor.

Seguiu-se a Deputada Hélia Cardoso (CH) que manifestou dúvidas quanto à justiça de uma medida que beneficiaria uma classe profissional específica em detrimento de outras. Perguntou se tal reconhecimento não abriria um precedente para motoristas, auxiliares ou outros profissionais que também podem querer ver o seu tempo de serviço contado na transição entre setores.

Na resposta, o Professor António Lucas replicou que os docentes têm um estatuto de carreira próprio, o qual prevê mecanismos específicos de transição e contagem de tempo. Explicou que, dentro deste estatuto, há já reconhecimento do tempo de serviço prestado no setor privado para efeitos de concurso e, desde 2023, também para efeitos de carreira, mas apenas se esse tempo tiver sido prestado em creche após essa data. Sublinhou que o que está em causa é apenas o alargamento desse reconhecimento para efeitos retroativos.

A Educadora Ana Paula Relvas acrescentou que, apesar das tabelas salariais serem teoricamente iguais, as condições de trabalho são bastante distintas. Nas IPSS, as educadoras têm menos férias, maior carga horária e ausência de reduções progressivas com a idade. Relatou o caso de colégios onde Encarregados de Educação se viram obrigados a retirar os filhos, sendo esta a única forma de garantir períodos de descanso às profissionais. Defendeu que o tempo de trabalho em creche é tão exigente como qualquer outro tempo prestado no setor educativo e que este deve ser reconhecido como tal.

No uso da réplica, a Deputada Hélia Cardoso reconheceu o esclarecimento prestado, concordando que a proposta deve ser analisada à luz da especificidade da carreira docente.

Usou da palavra, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) que começou por questionar o peticionário se, na altura em que foi possível garantir a contagem do tempo de serviço para concurso, já se reivindicava também a sua contagem para efeitos de carreira. Referiu também, que, no seu círculo eleitoral, especialmente no concelho das Velas, houve uma adesão significativa ao concurso, com várias educadoras a transitar das IPSS para o setor público.

Em resposta, o Professor António Lucas reafirmou que a contagem do tempo de serviço para efeitos da carreira era uma reivindicação antiga, constatando que esta questão ganhou maior relevância a partir do momento em que os mapas de pessoal

passaram a discriminar as valências em que o tempo de serviço foi prestado. Por último, considerou o caso descrito relativo à transição das educadoras das IPSS para o setor público, alegadamente verificado no concelho das Velas, seria um exemplo particular, não representativo da realidade regional.

No uso da réplica, a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP) perguntou se houve vagas por preencher no último concurso e se, nessa fase, se detetaram mais situações de injustiça.

Em contrarréplica, o Professor António Lucas esclareceu que a contabilização diferenciada do tempo de serviço começou a ser questionada de forma mais concreta a partir de 2007, quando se exigiu a discriminação das valências nos mapas. Confirmou ainda, que esta petição é a terceira sobre o mesmo tema e que a expectativa, na altura da alteração do ECD, era que o reconhecimento deste tempo fosse total, o que não veio a acontecer.

Como última intervenção da primeira ronda, o Deputado António Lima (BE) manifestou apoio total à petição, considerando pouco lógico que o tempo de serviço seja reconhecido para efeitos de concurso, mas não para progressão na carreira. Perguntou se a ausência de retroatividade resulta da letra da lei ou da interpretação desta por parte da Administração Regional.

Em resposta, o Professor António Lucas informou que o sindicato (SPRA) consultou três juristas, tendo todos concluído que, à luz do Código do Procedimento Administrativo, a ausência de menção expressa à retroatividade implica a sua não aplicação, pelo que é entendimento do peticionário que esta limitação deve ser ultrapassada por via legislativa.

Na segunda ronda, o Deputado José Toste (PS) questionou se existe uniformidade na forma como é contabilizado o tempo de serviço nas transições entre IPSS, ou entre IPSS e o setor público. Quis ainda saber se existe um número elevado de baixas médicas entre educadoras de creche, associadas ao desgaste físico.

O Professor António Lucas respondeu que essa uniformidade depende dos contratos coletivos de trabalho. Em alguns casos, o tempo de serviço é reconhecido, noutros não. Destacou a incoerência de se invocar critérios de mercado quando convém e ignorar as obrigações laborais que dele decorrem.

A Educadora Ana Paula Relvas partilhou que, na sua instituição, nos últimos tempos, três educadoras apresentaram baixas por tendinites, associadas ao trabalho físico

intenso. Admitiu, contudo, não ter dados mais alargados, mas considerou que essa incidência é significativa.

Seguidamente, usou da palavra a Deputada Délia Melo (PSD) questionando o peticionário se este reconhecimento do tempo em creche poderá abrir portas a reivindicações semelhantes noutros setores, como nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

O Professor António Lucas respondeu que, ao contrário da creche, o trabalho nas AEC é analisado caso a caso e não tem exigência de formação em educação. Acrescentou que a lei já prevê essa distinção, pelo que considera improvável uma equiparação generalizada.

Sem mais intervenções na segunda, iniciou-se a terceira e última ronda, tendo tomado da palavra o Deputado José Toste (PS) que questionou se existiu alguma mudança objetiva nas funções exercidas em creche após 2023, que justificasse o novo enquadramento legislativo.

Naquela que foi a sua última intervenção, o Professor António Lucas afirmou que não houve qualquer alteração no conteúdo das funções, no perfil das educadoras ou nas exigências legais. A única mudança foi a introdução, em 2023, do reconhecimento parcial do tempo para efeitos de carreira.

Da Audição do Sindicato Democrático dos Professores dos Açores (SDPA), ocorrida a 22 de abril de 2025:

O primeiro peticionário, Prof. António José Calado Lucas, iniciou a sua intervenção com uma exposição detalhada sobre o conteúdo e motivações da petição. Neste âmbito, sublinhou a importância da valorização da educação desde os zero anos, salientando o papel essencial das creches no desenvolvimento das crianças. Referiu a histórica reivindicação do sindicato pela dignificação das funções dos educadores em instituições particulares e cooperativas, com especial destaque para a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos.

Esclareceu ainda que, apesar da publicação do DLR n.º 23 em junho de 2023, que passou a considerar o tempo prestado em creche para efeitos de ingresso na carreira, não foi possível assegurar a retroatividade desse tempo. Deu também nota do trabalho negocial realizado com a URIPSSA e a URMA que, em 2024, resultou na assinatura de convenções coletivas de trabalho (CCT) com ambas as entidades,

introduzindo melhorias significativas nas condições laborais, como a fixação do horário semanal em 35 horas, com três componentes de trabalho distintas.

Na primeira ronda de intervenções, a Deputada Délia Melo (PSD) pediu a palavra, agradeceu os esclarecimentos prestados e reconheceu os avanços obtidos com a revisão do estatuto da carreira docente e com os CCT. Feita este breve enquadramento, questionou qual o universo de educadores abrangidos por esta situação, e quais as razões pelas quais as anteriores negociações não resultaram na contabilização retroativa do tempo de serviço. Solicitou ainda esclarecimentos adicionais, no sentido de perceber se esta é uma realidade sentida também a nível nacional.

Em resposta, António José Calado Lucas, explicou que é extremamente difícil quantificar com precisão o número de educadores abrangidos, pois seria necessário um estudo de caso individualizado. Estimou, no entanto, que se tratasse de algumas dezenas ou centenas de profissionais. Acrescentou que o SDPA foi o único sindicato a negociar com sucesso as melhorias atuais e que, no passado, não houve vontade política para integrar o tempo de creche nas negociações. Quanto ao contexto nacional, reconheceu diferenças significativas, nomeadamente na equiparação remuneratória e nas condições de trabalho, ainda distantes do que se conseguiu nos Açores.

No uso da réplica, a Deputada Délia Melo (PSD) pretendeu confirmar o eventual facto de algumas instituições irem além do estabelecido nos CCT e se, no passado, esta mesma reivindicação já havia sido expressa pelos educadores junto do Governo Regional.

Em contrarréplica, o Prof. António José Calado Lucas confirmou que algumas instituições adotaram melhores condições e reiterou que, nas negociações anteriores, a ausência de alterações decorreu da falta de vontade política à época, sublinhando que a conjuntura atual de carência de professores e valorização da carreira docente permitiu avanços antes impossíveis.

Seguiu-se a intervenção do Deputado José Miguel Toste (PS), que agradeceu a presença do peticionário e colocou três questões. A primeira sobre a discrepância entre a contagem do tempo de creche para efeitos de concurso e o seu não reconhecimento para efeitos de progressão na carreira. A segunda sobre a relevância do tempo prestado em jardim de infância antes de 2023. E a terceira sobre

se a distinção entre os períodos anterior e posterior a 2023 era meramente política ou baseada em alterações na natureza do trabalho.

Em resposta, o Prof. António José Calado Lucas esclareceu que, de facto, antes de 2023 o tempo em creche contava apenas para concursos e não para progressão na carreira, contrariamente ao tempo em jardim de infância. Com a entrada em vigor do novo estatuto em 2023, o tempo em creche passou a contar também para progressão, mas apenas a partir dessa data. Confirmou ainda que a diferença de tratamento resulta de uma opção política, e não de uma alteração na natureza do trabalho prestado.

O Deputado José Miguel Toste (PS) usou da réplica para sublinhar a necessidade de uma mudança de paradigma na valorização do trabalho em creche, defendendo a sua equiparação ao trabalho em jardim de infância. Argumentou que essa valorização seria coerente com a evolução da perceção social sobre o papel educativo das creches e permitiria reconhecer o contributo de educadoras com décadas de serviço ainda não valorizado para progressão na carreira.

Neste contexto, o Prof. António José Calado Lucas concordou com a análise do Deputado, reforçando que o reconhecimento da importância da creche como resposta educativa tem vindo a ser sublinhado pelo Conselho Nacional de Educação e por organismos internacionais. Admitiu ainda que o sindicato apoia o reconhecimento pleno e retroativo do tempo prestado em creche, defendendo uma visão educativa integrada desde os zero anos.

Sem mais pedidos de intervenção e sem necessidade de recorrer a uma ronda seguinte, deu-se por terminada esta audição.

Da Audição da Secretária Regional da Educação, cultura e Desporto, ocorrida a 06 de maio de 2025:

A audição iniciou-se com a intervenção da Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, a Dra. Sofia Ribeiro, que começou por enquadrar o tema da petição, destacando que o Governo Regional introduziu alterações significativas no Estatuto da Carreira Docente durante a atual e anterior legislaturas, nomeadamente para os educadores de infância que exerceram funções em creche. Sublinhou que, anteriormente, o tempo de serviço em creche apenas contava para efeitos de concurso e não para progressão na carreira, o que foi alterado em 2023,

passando esse tempo a contar para todos os efeitos. Indicou que esta decisão foi tomada com base em recomendações internacionais, incluindo da UNESCO, reforçando a importância da educação desde a primeira infância. Realçou, no entanto, que a aplicação retroativa dessa medida não foi adotada por razões de justiça, utilidade e comportabilidade, apontando para a diversidade de situações passadas, a ausência de avaliações formais no setor privado e o impacto orçamental imprevisível.

Seguiu-se a primeira ronda de intervenções com a Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP), que perguntou se a matéria tinha sido negociada com os sindicatos, se neste âmbito o Governo Regional manteve desde o início uma posição clara e qual o universo de educadoras abrangidas. Em resposta, a Senhora Secretária Regional confirmou que houve uma negociação coletiva obrigatória e várias rondas com os sindicatos, onde foi sempre comunicado que a contagem do tempo de serviço em creche se aplicaria apenas após a entrada em vigor da lei. Indicou ainda que, ao longo dos anos, foram recebidos cerca de 160 pedidos para contagem de tempo de serviço para efeitos de concurso, mas não era possível aferir o número exato de educadoras abrangidas pela questão da progressão

O Deputado José Eduardo (PS) interveio de seguida, reconhecendo a importância da medida adotada em 2023, mas questionando a natureza distinta ou não do tempo de serviço prestado antes e depois dessa data. Perguntou ainda se o impacto financeiro foi decisivo na decisão de não aplicar a medida retroativamente e se havia abertura para essa possibilidade numa futura revisão do Estatuto da Carreira Docente. Por sua vez, a Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, a Dra. Sofia Ribeiro, clarificou que a natureza das funções não se alterou em 2023, mas que a vontade política é que se tinha alterado. Reforçou a inexistência de meios para garantir a certificação retroativa do tempo de serviço, tendo em conta as práticas do passado, e salientou a importância de garantir justiça e equidade no sistema atual.

No uso da réplica, o Deputado José Eduardo (PS) voltou a frisar a evolução da perceção da creche como resposta educativa e não meramente social, citando declarações do Professor António Fidalgo e do Conselho Nacional de Educação. Neste sentido, questionou novamente se, mediante análise futura, o Governo poderia abrir-se à retroatividade da medida.

Em contrarréplica, a Dra. Sofia Ribeiro reafirmou que a posição do Governo tem sido

clara, sublinhando que a medida de 2023 é prova do compromisso com a valorização da carreira docente desde a creche, mas que retroatividade implicaria problemas sérios de aplicabilidade e justiça.

O Deputado António Lima (BE) considerou que houve uma quebra de expectativas para os peticionários com a ausência de retroatividade, defendendo que a uniformização das condições laborais entre o setor público e o setor social poderia eliminar os receios de fuga de educadoras. Em resposta, a Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, afirmou que a coexistência dos dois setores tem funcionado como um sistema dinâmico, com alternância na atração de profissionais, e que foi precisamente para evitar penalizações nas opções dos educadores que se avançou com a alteração legislativa ao ECD em 2023.

No uso da réplica, o Deputado António Lima (BE) sugeriu que seria positivo o Governo dispor-se a negociar esta matéria com os sindicatos numa próxima revisão do Estatuto, ao que a Senhora Secretária Regional respondeu valorizando o trabalho negocial já feito e reafirmando que a proposta de 2023 é um marco importante na valorização da carreira docente.

A Deputada Délia Melo (PSD) elogiou o trabalho realizado pelo Governo nesta matéria, recordando que a valorização das funções pedagógicas exercidas em creche foi finalmente reconhecida, algo que não aconteceu em anteriores governos. Perguntou qual o impacto simbólico e político da medida adotada em 2023. A Senhora Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, a Dra. Sofia Ribeiro, respondeu sublinhando que os educadores de infância, hoje, podem fazer as suas opções profissionais com segurança, sabendo que não serão prejudicados futuramente, e destacou a importância do trabalho em creche para o desenvolvimento das crianças desde as mais tenras idades.

A Deputada Hélia Cardoso (CH) colocou uma última questão sobre a avaliação do desempenho no setor privado e público, nomeadamente se, a partir de 2023, os sistemas passaram a ser equivalentes. Neste particular a Senhora Secretária Regional esclareceu que os sistemas continuam diferenciados e que a grande dificuldade em aplicar retroativamente a medida está na ausência de avaliações formais com os critérios atualmente exigidos.

De referir que, a URIPSSA- União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores e a URMA-União Regional das Misericórdias dos Açores emitiram

pareceres, os quais se encontram anexos ao presente relatório e que dele fazem parte integrante.

CAPÍTULO V

CONCLUSÕES E PARECER

Considerando as pretensões dos peticionários e na sequência das diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 11/XIII, a Comissão de Assuntos Sociais, aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

A Petição foi devidamente subscrita, no mínimo, por 300 cidadãos, nos termos da alínea a) do n.º 1) do artigo 192.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que reúne as condições legais para ser apreciada em reunião plenária da Assembleia;

As pretensões dos peticionários têm origem na lacuna que alegam existir na legislação regional relativa à abrangência/retroatividade do disposto no n.º 1 do artigo 219.º do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho. Nestes sentido, e no documento entregue, justificam que "Estando já consagrado no Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023/A, de 26 de junho, no seu número 1 do artigo 219.º, o reconhecimento do tempo de serviço em valência de creche para efeitos de reposicionamento na carreira do ensino público, não consagrou o legislador a retroatividade da produção de efeitos, criando uma inaceitável discriminação para inúmero(as) educador(e)as, com a totalidade ou parcialidade do seu tempo de serviço prestado na referida valência.

O reconhecimento parcial do tempo de serviço em creche é uma matéria que remonta à última revisão do ECD, realizada em 2023, não tendo sido legislado o seu efeito retroativo. Não obstante, esta alteração veio permitir a contabilização do tempo de serviço prestado em creche para efeitos de progressão na carreira, mas apenas de forma prospetiva. Antes disso, o tempo era apenas contabilizado para efeito de concurso. Esta limitação, segundo o Governo Regional, deve-se a questões de justiça, utilidade prática e impacto orçamental.

A ausência de retroatividade é percecionada como injusta por educadores e sindicatos. Neste âmbito, tanto o primeiro peticionário como os sindicatos representados (SPRA e SDPA) consideram que a não aplicação retroativa do reconhecimento constitui uma

desvalorização do trabalho educativo realizado nas creches. Defendem que as funções e exigências legais não se alteraram em 2023, pelo que o reconhecimento apenas a partir dessa data é arbitrário e injustificado.

O Governo Regional justifica a não retroatividade com critérios técnicos e financeiros, e alega que não é possível aplicar retroativamente à medida, devido à falta de avaliações formais no setor privado, à diversidade de situações anteriores e à dificuldade de certificação do tempo de serviço com os critérios atuais. Aponta ainda o impacto orçamental incerto como obstáculo.

Os diferentes grupos parlamentares reconhecem, em geral, a relevância da matéria e a importância da valorização do trabalho em creche. Ainda assim, há divergência quanto à viabilidade da retroatividade.

A reivindicação é antiga e tem expressão significativa no setor educativo regional, inserindo-se a petição apresentada numa luta com mais de duas décadas, sendo esta a terceira iniciativa parlamentar sobre o tema. Apesar da falta de dados exatos sobre o número de educadoras afetadas, estima-se que envolva dezenas ou centenas de profissionais nos Açores. O tema é particularmente sentido entre educadoras que transitaram do setor privado para o público.

Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor, bem como ao membro do Governo Regional com competência na matéria.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Agradecemos o exercício cívico dos peticionários, na pessoa do primeiro subscritor, o professor António José Lucas, e, em especial, à Sra. educadora Ana Paula Relvas, que demonstrou toda a disponibilidade, quer na Comissão dos Assuntos Sociais, quer fora desta, para prestar todos os esclarecimentos que o CHEGA, e a mim em particular, para que eu pudesse perceber o enquadramento do que estava em causa.

Os Srs. peticionários vêm alertar para a discriminação introduzida pelo Decreto Legislativo Regional 23/2023-A, de 26 de junho, que estabelece a retroatividade do tempo de serviço no setor social para os educadores de infância. Aquele diploma permite que o tempo de serviço prestado por estes docentes nas IPSS seja tido em conta nos concursos públicos e na respetiva carreira na função pública, para a valência de creche, mas só a partir de 2023.

Aqui reside a questão. Numa vida profissional, por exemplo, de 20 anos, no setor privado, apenas são valorizados os últimos dois anos. Ou seja, não é valorizado o percurso profissional todo dos educadores de infância, até 2023.

Faz sentido? Não conseguimos perceber qual.

Uma das justificações da tutela da educação, da Sra. Secretária, na Comissão, prende-se com o volume financeiro que a totalidade da retroatividade implicaria. É um argumento que ponderamos seriamente. A situação da Região é caracterizada por falta de liquidez e consequentes atrasos nos pagamentos.

Sobrecarregar a estrutura da despesa com novos encargos é um caminho a evitar, sob pena de perdermos o controle da nossa autonomia.

Mas, ainda mais importante para nós, CHEGA, é o princípio de igualdade dos açorianos. Passo a explicar. É justo criar esta possibilidade de transitar entre o setor privado e público com reconhecimento da antiguidade apenas e somente para os docentes das creches? Ou defendemos que todas as profissões são importantes para a sociedade açoriana? Ou assumimos que há uns mais iguais do que outros? Qual a autoridade política para negar, por exemplo, aos fisioterapeutas, aos enfermeiros, aos programadores informáticos, aos condutores de coletivos, este regime de exceção?

Vamos dizer-lhe que a atividade que exercem é menos necessária? Ou, mais grave, abrir uma caixa de Pandora, que face a eventuais pressões, estender-se-ia este regime a outras profissões, tornando a despesa da administração pública incomportável.

Governar não é fácil e não é para qualquer um, mas, sem grandes princípios norteadores, é ainda mais difícil.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça a favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me começar por reconhecer a importância das petições, enquanto instrumento do exercício da cidadania, promotora de uma sociedade mais democrática, atenta e participativa.

A petição em debate, subscrita por mais de 400 cidadãos, demonstra claramente o envolvimento e o interesse dos nossos cidadãos por questões que dizem respeito ao funcionamento do nosso sistema educativo e ao reconhecimento do trabalho dos profissionais que nela atuam.

Este tema de ordem laboral que aqui debatemos é de extrema relevância e diz respeito a uma classe profissional de inegável importância para as famílias e crianças açorianas, os educadores de infância.

A sua valorização e dignificação são essenciais para se sentirem mais motivados e, assim, estarem dedicados à qualidade do processo educativo que é fundamental para o desenvolvimento das crianças.

Gostaria de destacar que o Governo Regional tem, ao longo do seu mandato, demonstrado uma gestão competente na área da educação. A revisão do Estatuto da Carreira Docente, por exemplo, foi uma medida que permitiu melhorar

substancialmente as condições de trabalho dos docentes, oferecendo maior estabilidade e segurança laboral.

Desde 2021, mais de 900 professores foram integrados nos quadros da Região, uma prova clara de compromisso deste Governo com a dignidade dos profissionais de educação.

Adicionalmente, a nossa governação tem sido exemplar ao nível social, como demonstram medidas como a gratuidade das creches para todas as famílias, uma resposta educativa e social fundamental para o desenvolvimento global das crianças e para o bem-estar das famílias açorianas.

Reconhecemos, no entanto, a justiça da petição apresentada, cuja apresentação visa valorizar todo o tempo de serviço prestado por educadoras de infância em valência de creche, em IPSS, para efeitos de reposicionamento na carreira do ensino público.

É importante salientar que, desde 2023, o tempo de serviço prestado no setor social passou a ser contabilizado para progressão na carreira, embora sem retroativos, uma medida que, embora positiva, não atendeu integralmente às expectativas das educadoras e das organizações que as representam.

Assim, e apesar do CDS-PP reconhecer a justiça da pretensão, entendemos que é necessário ponderar outros argumentos. É fundamental avaliar o impacto financeiro desta medida, o equilíbrio entre o sistema público e o setor social no recrutamento de profissionais de educação, assim como o número de educadores que poderiam ser abrangidos por esta alteração.

Além disso, a ausência de avaliações formais, no período de serviço prestado no setor social, constitui uma limitação importante ao desenvolvimento de uma solução definitiva.

Assim sendo, consideramos que há espaço para o trabalho conjunto entre a Secretaria Regional de Educação e as forças representativas dos educadores de infância.

Só com uma análise profunda e com uma recolha de mais dados poderemos encontrar respostas concretas que atendam às legítimas aspirações destes profissionais. Ao

mesmo tempo, garantir o equilíbrio necessário entre o sistema público e privado de modo a continuar a corresponder de forma eficaz e responsável às necessidades das famílias açorianas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, o professor António Lucas, que nos trazem a petição a favor da contagem do tempo de serviço de docente, para todos os efeitos legais das educadoras de infância a prestar serviço em valência de creche.

Ora, como é referido na petição, o Estatuto da Carreira Docente, na sua mais recente versão do Decreto Legislativo Regional n.º 23/2023-A, reconheceu o tempo de serviço em valência de creche para efeitos de posicionamento na carreira docente, mas sem reconhecer a retroatividade do tempo de serviço na produção de efeitos.

Esse reconhecimento foi, como é evidente, importante. Importante porque o tempo de serviço prestado na valência de creche é tempo de serviço educativo, tem fins pedagógicos, é um tempo de serviço que não pode ser menorizado, nem tratado como trabalho de segunda. É trabalho que foi prestado e quando tantas vezes se tem debatido nesta Casa, nos últimos tempos, a importância da creche e a importância educativa da creche, não podemos dizer que a creche é importante para a educação das crianças e depois dizer a quem trabalha nas creches, ou quem trabalhou nas creches durante tantos anos, que o tempo de serviço que prestaram não é reconhecido retroativamente para o seu posicionamento na carreira.

Isso, como referem os peticionários, é uma injustiça e é uma injustiça que importa corrigir e é por isso que nos chega esta petição a este Parlamento.

Em primeiro lugar, tenho de dizer que o Governo tem uma oportunidade que nos parece que deveria aproveitar para procurar chegar a uma boa solução para resolver esta

questão. E a boa oportunidade é que, embora não esteja a negociar a revisão do Estatuto, está num processo negocial que é conhecido, relativamente ao Regulamento de Concursos, mas poderia e deveria muito bem, e encetamos o Governo a fazê-lo, negociar uma solução com os sindicatos para esta questão.

Não negamos que ela levanta dúvidas, problemas, levantará até questões do ponto de vista financeiro, mas efetivamente há necessidade de responder a esta reivindicação. Não o fazendo o Governo, naturalmente, nós não rejeitamos, antes pelo contrário, a possibilidade de ser o Parlamento a tomar essa iniciativa. Mas, como disse, há uma boa oportunidade — porque estas matérias devem ter um processo negocial — para ser o Governo fazê-lo e naturalmente insto a Sra. Secretária a agarrar a oportunidade do processo negocial com os sindicatos.

Há aqui dois ou três argumentos, que eu gostaria de não deixar de abordar, de quem não concorda com esta medida ou que tem receios, relativamente a esta reivindicação. O primeiro argumento é o argumento da fuga de profissionais. Já ouvimos o receio que há das instituições e do próprio Governo e de partidos políticos, de que reconhecendo retroativamente o tempo de serviço das educadoras e educadores que estão nas IPSS em valência de creches, eles possam concorrer todos para o público e deixar as creches sem recursos, ou com dificuldade em ter recursos. Quem está a pensar desta forma, está a olhar para o problema na perspetiva errada, em nosso ver. A forma de impedir ou de evitar que haja essa possível fuga, que não me parece que irá acontecer, mas a forma de evitar é exatamente que as condições de trabalho nas IPSS sejam idênticas às condições no público.

Dir-me-ão que as IPSS não quererão isso. Mas, na verdade, o dinheiro vem tudo do mesmo saco, chama-se Orçamento da Região ou da Segurança Social. Vem tudo do mesmo lado, é tudo dinheiro público.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é verdade!

O Orador: Por isso, para resolver qualquer receio deste tipo é igualar direitos nas IPSS e Misericórdias e no setor público.

Depois há quem não concorde que o tempo de serviço dos docentes possa ser reconhecido no privado e no público e que essa deslocação dos docentes entre o público e o privado possa ser um problema. Mas eu tenho uma novidade a dar, é que isto já acontece para todos os grupos de docentes e nunca foi, nem é um problema. Aliás, é uma vantagem clara para os docentes e para a educação, seja no setor público, seja no setor privado ou social.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Por isso mesmo, a gente pôs a contagem a partir de 2023.

O Orador: Essa é uma grande vantagem, que é o tempo de serviço prestado no público, ou no privado, ser tempo de serviço reconhecido.

Por isso, aquilo que está em causa aqui é que para este grupo, para as educadoras, este tempo de serviço não está a ser reconhecido, com o tempo prestado em creche.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): No passado.

O Orador: Daí a injustiça, é porque a exceção é esta.

E termino, dizendo que, naturalmente, acompanhamos a reivindicação das educadoras, percebemos o seu sentimento de injustiça e, como é óbvio, como referi, instamos o Governo a encontrar com os sindicatos, num processo negocial, uma solução que agrade a todas as partes para resolver o problema.

Muito obrigado.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estevão): Havia dois argumentos, qual era o outro?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Aproveito o momento para informar e saudar a presença nas galerias do antigo deputado desta Casa, o Sr. Deputado Gustavo Alves. Muito obrigado pela sua presença.

Aplausos da Câmara, saudando o antigo Deputado Gustavo Alves.

Presidente: Sra. Deputada Inês Sá, faça favor.

(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo, naturalmente, por reconhecer e agradecer esta iniciativa, liderada pelo Professor António José Calado Lucas, enquanto primeiro subscritor. Esta petição, ao ser apresentada, demonstra não só a preocupação com uma causa relevante, como também a vontade de contribuir para a construção de soluções que melhor atendam às necessidades da nossa Região, neste particular, no âmbito da carreira docente.

Esta é, pois, uma preocupação legítima e urgente de uma iniciativa cidadã que merece a nossa mais atenta consideração. Através deste instrumento de participação democrática, os subscritores solicitam a intervenção da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no sentido de ser assumida uma nova resolução sobre esta matéria, com carácter de urgência, com vista a colmatar uma lacuna existente na legislação regional.

Em causa está, pois, o disposto no n.º1, do art.º 219, do Decreto Legislativo Regional, n.º 23/2023-A, onde se consagra o reconhecimento do termo de serviço em valência de creche, para efeitos de reposicionamento na carreira do ensino público.

Tal como assinalam, e bem, os peticionários, o diploma referido, não obstante as suas virtuosidades, no que ao art.º 219 diz respeito, não prevê a retroatividade da produção de efeitos, criando, por isso, uma situação de discriminação inaceitável para muitos educadores e educadoras que prestam serviço em valência de creches.

O que se pede, pois, é justiça, que o tempo de serviço efetivamente prestado não seja ignorado nem desvalorizado e que se assegure a igualdade de tratamento entre profissionais que desempenham funções idênticas em contextos equiparáveis.

Esta omissão legislativa, se não for corrigida, perpetua, sim, uma desigualdade que atenta contra o princípio da equidade na progressão da carreira docente. A creche representa muito mais do que um espaço de acolhimento para crianças em idade precoce. É o primeiro ambiente estruturado onde se começa a construir o futuro de cada ser humano. Nela desenha-se uma parte fundamental do desenvolvimento cognitivo,

emocional e social, estabelecendo-se as bases para a aprendizagem ao longo da vida. É neste contexto que se consolidam os primeiros laços fora do núcleo familiar, aprendem-se rotinas, valores, a convivência em grupo e se desenvolve a autonomia.

Mas, nenhuma creche cumpre a sua missão sem os educadores, profissionais que diariamente acolhem, cuidam, orientam e educam com dedicação, paciência e conhecimento. A sua função não é meramente assistencial, mas profundamente pedagógica e humana. São eles que identificam as necessidades, estimulam capacidades e garantem que cada criança é vista, ouvida e respeitada na sua individualidade.

Dignificar os educadores de infância é, por isso um imperativo social. Significa reconhecer o seu papel essencial com salários justos, condições de trabalho adequadas, estabilidade profissional e acesso à formação contínua. Significa também promover a valorização pública da sua profissão, muitas vezes subestimada, apesar do impacto inegável que tem no presente e no futuro da nossa sociedade.

Investir na creche e na dignificação dos seus profissionais é investir na coesão social, na igualdade de oportunidades e numa sociedade mais justa e mais preparada. Porque uma infância bem cuidada, com afeto e qualidade pedagógica, é semente de uma cidadania plena e consciente.

Recentrando o foco desta petição e tendo por base as declarações do peticionário, em sede de Comissão, o Sindicato dos Professores da Região Autónoma dos Açores identificou, já em 2023, aquando da última revisão do Estatuto da Carreira Docente, que o articulado excluía educadores de infância com tempo de serviço prestado em creches, não tendo havido, à altura, abertura por parte da tutela para considerar os efeitos retroativos desta medida.

Também em sede de Comissão, alega a Senhora Secretária da Educação, Cultura e Desporto a este propósito, que retroagir esta contagem de tempo de serviço em creches levantaria questões de justiça, utilidade e comportabilidade.

Relativamente à justiça, enquanto princípio moral que busca o equilíbrio e equidade

nas relações sociais, entendemos que esta só será alcançada quando a contagem de tempo de serviço realizada em estabelecimento público ou privado, em valência de creches ou jardins de infância, for considerada para todos os efeitos, sem limitações temporais.

Quanto à utilidade, a existência desta petição e os relatos que diariamente nos chegam por parte dos educadores e das educadoras de infância a exercer as suas funções, em contexto de creche, que nos dão nota de se sentirem esquecidos, pouco valorizados e menos reconhecidos, se dúvidas ainda houvesse, justificam *per si* a utilidade de, através de uma iniciativa legislativa, se fazer retroagir a contagem deste tempo de serviço.

Quanto à comportabilidade, numa ótica democrática, construtiva, mas acima de tudo responsável, considerando até aquilo que foi referido por ambos os sindicatos, em sede de Comissão, acreditamos que o impacto financeiro desta medida em nada difere da imprevisibilidade do concurso de pessoal docente realizado anualmente e que impõe ao Orçamento da Secretaria Regional da Educação e Cultura, na medida em que não é possível prever qual o escalão remuneratório em que se encontra um docente que venha integrar os quadros da nossa Região.

Pelo exposto e com o propósito de garantir a equidade entre todos os profissionais de educação na infância, independentemente da instituição onde exercem as suas funções, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já apresentou, durante esta sessão plenária, um Projeto de Decreto Legislativo Regional com o objetivo de corrigir esta lacuna legislativa.

A aprovação desta iniciativa exige um compromisso político firme, com vista à dignificação da profissão docente em todos os seus contextos. A harmonização das condições laborais entre os dois setores, com respeito pelas especificidades de cada um, deve ser encarada como uma prioridade estratégica. Valorizar todos os educadores é valorizar a infância, a educação e o futuro da nossa sociedade. Sem isso, estaremos a perpetuar desigualdades num setor que, por natureza, deveria promover a inclusão, a justiça e a equidade, desde o primeiro dia de vida escolar.

Esta Assembleia tem, portanto, a responsabilidade de responder com celeridade e firmeza ao apelo dos peticionários, através de uma correção legislativa que honra os princípios da justiça e da valorização da carreira dos educadores de infância da nossa Região.

Gostaria apenas de acrescentar aos argumentos já aqui dados, relativamente a este assunto, que quando falamos da falta de avaliação das entidades privadas, esse argumento não é válido, porque atualmente já acontece a saída de educadores do setor social ou privado para o ensino público e essas instituições passam, de facto, uma declaração com uma avaliação que é feita — eles lá saberão como — mas a verdade é que existe essa documentação, porque só assim é que os professores e os educadores podem concorrer ao concurso público. Sem essa avaliação, eles são automaticamente excluídos. Portanto, isso já acontece nos dias que correm.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Délia Melo, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Délia Melo** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por saudar os peticionários que, com a sua ação cívica e democrática, trazem a esta Casa este tema para podermos discutir e dizer que nós reconhecemos, de facto, as motivações para a apresentação desta petição: a valorização do trabalho educativo realizado em creche e a defesa da dignidade profissional destes trabalhadores, dos educadores de infância.

É inegável que o trabalho desenvolvido em creche, ao longo de vários anos, foi tornado quase invisível no plano legal e institucional e só com a evolução legislativa de 2023, levada a cabo pelo Governo de coligação, é que, de facto, se veio finalmente a

reconhecer que a creche é uma resposta educativa essencial e, consequentemente, também, reconhecendo o tempo de serviço aí prestado para efeitos de reposicionamento na carreira do ensino público. Portanto, foi com este Governo Regional. E foi um passo importante e há que reconhecer isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

A Oradora: Contudo, nós compreendemos, de facto, a desilusão dos peticionários e dos educadores de infância que gostariam que o seu tempo passado também fosse contado, que fosse contada a retroatividade desta medida.

Essa é uma perceção legítima, sim.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Essa procissão ainda vai a meio!

A Oradora: Temos, porém, também de compreender aquilo que foi explanado aquando da audição da Sra. Secretária, na Comissão de Assuntos Sociais, que falou, e já foi dito daquela tribuna, que a retroatividade pode levantar problemas sérios de justiça, aplicabilidade prática e equidade, bem como de comportabilidade.

A verdade é que nós não podemos ignorar os impactos financeiros que esta medida poderá ter e também a real impossibilidade de nós verificarmos, com critérios uniformes e objetivos, o tempo de serviço prestado noutras valências em contextos diferenciados.

Levantam-se aqui questões, até de ética e é preciso ter isso em conta, antes de tomar qualquer decisão. É um problema, talvez ultrapassável, mas é algo que tem de ser estudado, porque não pode ser, e ficamos agora a saber, que há uma proposta do Partido Socialista para fazer esta alteração que desconhecemos, que ainda não foi distribuída …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já foi, já.

A Oradora: Eu ainda não vi, peço desculpa pelo lapso, mas terei oportunidade de ver. De qualquer forma, gostaria de dizer que esta é uma reivindicação muito antiga. É tão antiga, tanto é que já houve petições sobre esta matéria e, na altura, quem nunca teve

qualquer abertura para discutir este tema aqui, nesta Casa, foi o Secretário Regional da Educação, da altura. Portanto, sempre que foi levantado o problema, nunca houve sequer predisposição para a discussão deste tema aqui.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Se hoje estamos a dar passos concretos para a resolução do problema, é graças à vontade política deste Governo Regional em resolver a situação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não só no reconhecimento do tempo de serviço para todos os efeitos legais, como inclusivamente na importância das creches para a educação na primeira infância. Daí a gratuitidade das creches para todas as crianças e todas as famílias.

E, obviamente, aquilo que eu ouvi há pouco, estamos sempre a tempo de mudar de ideias, mas até veio a propósito dos 500 anos do nascimento de Luís de Camões, do nosso autor da Epopeia, eu poderia relembrar aqui os versos da poesia camoniana: "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades."

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu vou-lhe arranjar um espelho! É mais "mudam-se os tempos, mudam-se as verdades".

A Oradora: Nesse caso, talvez eu diria, e adaptando aqui à nossa Assembleia: "Muda-se de bancada, muda-se de convicções."

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Ora bem, é legítimo. O que eu quero dizer e reforçar é que há que ver esta situação com muita atenção, devido a tudo aquilo que isto implica, porque não se trata

de uma alteração simples para se fazer justiça. Há muito mais a ser visto, a ser analisado numa medida destas. E nós, obviamente, reafirmamos o nosso compromisso, como fizemos desde a primeira hora e sempre defendemos essa dignificação do trabalho das educadoras em creche, reafirmamos o nosso compromisso com a dignificação da carreira docente, com a valorização da educação, desde a primeira infância, mas também com a justiça e com a sustentabilidade das medidas que adotamos. E vamos continuar a ouvir, a dialogar para fazermos o melhor.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições para apreciação desta petição.

Pausa.

Não havendo, damos por apreciada a Petição n.º 11/XIII. Avançamos para o ponto 10 da nossa agenda – Petição n.º 12/XIII – Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, na ilha de Santa Maria.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Sr. Presidente, uma interpelação.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente. Era para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental, regressamos às 19h50.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente, uma interpelação no sentido

de que este intervalo regimental do Partido CHEGA, naturalmente vai nos levar para uma hora que não dará tempo de apreciação na totalidade da próxima petição e acho que seria mais correto também com os peticionários que fizéssemos tudo no mesmo dia e começássemos com essa petição amanhã na agenda da tarde.

Muito obrigado.

Presidente: Os senhores líderes parlamentares autorizam-me que encerre os trabalhos? Estão encerrados os nossos trabalhos. Bom descanso.

Eram 19 horas e 23 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista

Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**

Partido CHEGA

José Paulo Machado de **Sousa**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Os Serviços de Redação.